

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CENTRO DE PESQUISAS E PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DO MESTRADO:
ESTRATÉGIA E ORGANIZAÇÕES
LINHA DE PESQUISA: ESTRATÉGIA E MUDANÇA ORGANIZACIONAL

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**ESTRATÉGIAS NAS RELAÇÕES DE PODER: O CASO DA UNIOESTE
(1897-1995)**

AUTOR: RICARDO ROBERTO BEHR

CURITIBA, DEZEMBRO DE 1996

RICARDO ROBERTO BEHR

ESTRATÉGIAS NAS RELAÇÕES DE PODER: O CASO DA UNIOESTE.

(1987-1995)

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre. Curso de Pós-Graduação em Administração, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná. Orientador: Prof. Dr. José Henrique de Faria.

CURITIBA

1996



P A R E C E R

A Banca Examinadora da Dissertação, apresentada pelo Mestrando RICARDO ROBERTO BEHR, sob o título “ESTRATÉGIAS NAS RELAÇÕES DE PODER: O CASO DA UNIOESTE”, após argüir o candidato e ouvir suas respostas e esclarecimentos, deliberou aprová-lo, com base nas seguintes notas e Conceitos, pelos Membros: Professor Doutor José Henrique de Faria - 9,0 (nove), Professor Doutor Clóvis L. Machado-da-Silva - 8,5 (oito inteiros e cinco décimos), e Professor Doutor Francisco Gabriel Heidemann - 8,0 (oito), do que resulta a aprovação com o conceito “B” .

Em face da aprovação, deliberou, ainda a Banca Examinadora, na forma regimental, opinar pela concessão do Título de “Mestre em Administração” ao candidato RICARDO ROBERTO BEHR.

é o Parecer,

Curitiba, 17 de dezembro de 1996.

Prof. Dr. José Henrique de Faria
Presidente

Prof. Dr. Clóvis L. Machado-da-Silva

Prof. Dr. Francisco Gabriel Heidemann

Daniela, Graziela, Raquel, Priscila e Rodolfo.

Vivo em falta com vocês. A vida tem me mantido distante. Amo vocês.

Harry e Rachel. Vocês são o meu porto seguro.

Agradecimentos

À Profa. Mestre Mara Lucia Cristan, minha Companheira, desde os tempos da UNIOESTE até hoje, que me despertou para a consciência crítica da vida em sociedade e me incentivou na realização deste estudo. com suas contribuições metodológicas e de conteúdo.

Aos Professores do Mestrado, principalmente ao Prof. Dr. Clóvis Luiz Machado da Silva, que desde os tempos do Mestrado em Administração da UFSC me apoiou e muito contribuiu academicamente e profissionalmente para a minha formação de professor universitário.

Ao Prof. Dr. José Henrique de Faria, orientador desta dissertação.

À Profa. Dra. Alcina Maria de Lara Cardoso, minha irmã, pelo apoio, incentivo e revisão desta dissertação.

À Profa. Dra. Nadir Domingues Mendonça pelo apoio e revisão final.

À Áurea Koch, Secretária do Mestrado em Administração da UFPR pela dedicação e amizade.

Ao Departamento de Administração da UFES, pelo apoio material.

Sumário

SIGLAS	vi
LISTA DE ANEXOS	viii
RESUMO	ix
ABSTRACT	x
I INTRODUÇÃO	01
II BASE TEÓRICO-EMPÍRICA	04
1- ESTRATÉGIA	04
1.1 - A estratégia nas relações de poder	04
1.2 - A estratégia como produto de arte da guerra	05
1.3 - A estratégia como instrumento de conquista e manutenção das estruturas sociais fundamentais: O Estado	08
1.4 - A estratégia como ferramenta nas organizações	11
2- PODER	20
3- ELITES	31
4- HEGEMONIA	34
5- INTELECTUAL	36
III METODOLOGIA	39
1- PROCESSO TÉCNICO	39
2- DEFINIÇÃO CONSTITUTIVA DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE	40
3- ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA	40
4- DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	41
4.1 - População e amostragem	41
4.2 - Delineamento da pesquisa	42
4.3 - Dados: coleta e tratamento	42
a) Dados primários	42
b) Dados secundários	43
IV ESTRATÉGIAS DO GRUPO CONSERVADOR	44
V ESTRATÉGIAS DO GRUPO HISTÓRICO	74
VI CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	104
ANEXOS	xi

SIGLAS

ACIC- Associação Comercial e Industrial de Cascavel

AMOP- Associação dos Municípios do Oeste do Paraná.

ASSOESTE- Associação Educacional do Oeste do Paraná

CAD- Conselho de Administração

CEFET- Centro Federal Tecnológico

CEPE- Conselho de Ensino e Pesquisa

CFE- Conselho Federal de Educação

CNE- Conselho Nacional de Educação

COU- Conselho Universitário

CPV- Comissão Permanente do Vestibular

FACIMAR- Faculdade de Ciências de Marechal Cândido Rondon

FACISA- Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Foz do Iguaçu

FACITOL- Faculdade de Filosofia e Ciências de Toledo

FECIVEL- Faculdade de Ciências e Letras de Cascavel

FG- Função Gratificada

FGV- Fundação Getúlio Vargas

FUNEFI- Fundação Educacional de Foz do Iguaçu

FUNIOESTE- Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná

IES- Instituição de Ensino Superior

LDB- lei de Diretrizes e Bases da Educação

OCEPAR- Organização das Cooperativas do Estado do Paraná

PDT- Partido Democrático Trabalhista

PMDB- Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSC- Partido Socialista Cristão

PRN- Partido da Reconstrução Nacional

PT- Partido dos Trabalhadores

SEFA - Secretaria de Estado de Fazenda do Paraná

SEMPOESTE- Seminário de Pesquisa da UNIOESTE

SETI- Secretaria Especial de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior do Paraná

SINTEOESTE- Sindicato dos servidores da UNIOESTE

TIDE- Tempo Integral e Dedicação Exclusiva

UEL- Universidade Estadual de Londrina

UEM- Universidade Estadual de Maringá

UEPG- Universidade Estadual de Ponta Grossa

UFES- Uferdeal do Espírito Santo

UFPR- Universidade Federal do Paraná

UNB- Universidade de Brasília

UNESP- Universidade Estadual Paulista.

UNICAMP- Universidade Estadual de Campinas

UNIOESTE- Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

UNIVEL- Universidade de Cascavel

USP- Universidade de São Paulo

LISTA DE ANEXOS**DEPOIMENTOS**

01- José Afonso de Oliveira	xii
02- Zeferino Perin	xv
03- Flávio Vendelino Scherer	xxiv
04- Tarcísio Vanderlinde	xxxI
05- Liana Fátima Fuga Vasconcelos	xxxiv
06- Maria Ceres Pereira	xxxvii
07- Eurides Rossetto	xl
08- Ubaldo Martini Puppi	xlvi
09- Erneldo Schallemburger	xlviII
10- José Luiz Ames	xlIx
11- Venturino Savaris	I
12- Izolete Nieradka	II

RESUMO

Esta dissertação é um estudo sobre mudança organizacional que descreve as estratégias utilizadas pelos grupos que durante o processo de implantação e reconhecimento da UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná - revezaram-se na administração da Universidade. Evidenciando-se os jogos de interesse entre os atores e os grupos sociais envolvidos no processo de constituição de uma universidade com quatro *campi* estabelecidos em cidades diferentes, Foz do Iguaçu, Toledo, Marechal Cândido Rondon e Cascavel, situadas no Oeste do Estado do Paraná.

O estudo compreende também uma revisão bibliográfica sobre os conceitos de estratégia, poder, elites, hegemonia e de intelectual, destacando-se o conceito de estratégia, como sendo o conjunto de idéias engendradas por um grupo com a finalidade de se conseguir um objetivo. Estratégias que, num primeiro momento encontram-se ocultas, só vindo a serem explicitadas quando há perigo de não se alcançar o objetivo planejado, quase sempre também oculto.

ABSTRACT

This dissertation is a study about organizational changes that describes the strategies used by the groups in charge of the UNIOESTE West Paraná State University administration. We spot the interest's games between the actors and the social groups involved in the university building process with four campi in different cities (Foz do Iguaçu, Toledo, Marechal Cândido Rondon. e Cascavel) in the west of Paraná State.

The study also includes a bibliography reverse about the strategy concepts, power, elite, intellectual and hegemony, where we emphasize the strategy concept as the ideas created by a group to achieve a specific objective. These strategies are at a first moment not explicit, but become clear when there is the danger that the objective, in general occult, may be not achieved.

I - INTRODUÇÃO

O processo de criação de Universidades no Brasil tem como característica predominante a sobreposição do público sobre o privado.¹ Objetivando atender uma demanda em prol do ensino público, e possibilitando economia na montagem da infra-estrutura necessária, a diretriz de implantação da universidade brasileira pelo poder público, especialmente nos anos 70, tomou o modelo da transformação de faculdades isoladas em instituições unificadas em torno de uma estrutura administrativa centralizada.

A Lei n. 5.540 de 1968, da Reforma do Ensino Superior tinha por finalidade, além de propiciar a aglutinação em torno de uma unificação administrativa e acadêmica, evitar a duplicação de meios para fins idênticos, uniformizar objetivos e condições para o exercício das atividades de ensino, extensão e pesquisa.

O ensino superior no Oeste do Paraná, não fugiu a esta linha de implantação, embora em sua origem devam ser consideradas algumas peculiaridades. A criação das instituições de ensino superior no Oeste do Paraná constitui-se em espelho da história da própria região. Assim como a ocupação e a colonização só foram possíveis porque um povo desbravador, dentro de suas condições histórico-culturais, se dispôs a construir a região, a iniciativa de implantação do sistema de ensino superior na região assumiu características similares.

¹ FREITAG, Barbara. Escola, Estado e Sociedade. São Paulo: Moraes, 1980.

Na década de 1970, os centros urbanos mais desenvolvidos da região sentiam necessidade, a partir de seu próprio desenvolvimento histórico, de ampliar as condições e níveis de escolaridade da população para a constituição de uma força de trabalho especializada. Na época, os agentes educacionais regionais e as representações civis buscaram diversas alternativas, para solucionar o problema da ausência de cursos superiores na região. E foi a constituição de Fundações Municipais para manutenção do ensino superior que emergiu como a melhor opção. Em última instância, as comunidades locais criaram todas as condições para manutenção do ensino superior na região.

Ainda na primeira metade da década de 80, os agentes sociais, os educadores e os formadores de opinião perceberam que os cursos superiores do Oeste do Paraná, mantidos por Fundações Municipais e mensalidades de alunos, não teriam recursos para crescer e ampliar o leque de opções profissionais de uma clientela em expansão sem recorrer ao espírito associativo e empreendedor da região.

Neste contexto é que foram buscadas as novas soluções e possibilidades adequadas à cultura local. E tal como já tinham feito os antigos colonos na busca de soluções para a falta de estradas e escoamento da produção, a mesma tendência associativista foi seguida para resolver os problemas de atendimento e oferta de ensino superior para a região. Foi esta a alternativa encontrada após diversos encontros entre diretores, professores e estudantes, que perceberam a possibilidade de vincular as IES² regionais e transformar as diversas Fundações Municipais numa única

² IES - Instituição de Ensino Superior.

Fundação Mantenedora do Ensino Superior do Oeste do Paraná . Esta perspectiva, mesmo que embrionária, converteu-se na idéia da Universidade do Oeste.

É, portanto, objeto desta pesquisa: identificar e analisar as estratégias adotadas pelas lideranças universitárias e políticas da região e os jogos de interesses entre os atores e os grupos sociais envolvidos no processo de constituição de uma Universidade com quatro *campi* estabelecidos em cidades diferentes.

A contribuição deste trabalho prende-se a uma análise sistemática e necessária ao conjunto de ações pertinentes à uma política universitária para a UNIOESTE³, bem como consiste na formulação de uma proposta teórica que auxilie na reflexão sobre a constituição de Universidades caracterizadas como *multicampi*.

³ UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Universidade regional, *multicampi* com unidades em Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo e Marechal Cândido Rondon.

II- BASE TEÓRICO-EMPÍRICA

1- ESTRATÉGIA

1.1- A Estratégia nas relações de poder

A administração de qualquer organização requer instrumentos que facilitem o alcance dos objetivos propostos. Tais instrumentos, na maioria das vezes, vêm sendo buscados nos exemplos surgidos nos grandes conflitos, e a estratégia não foge à regra.

Em vários aspectos, as estratégias utilizadas nas guerras podem ser apontadas como uma das principais fontes de inspiração para os ideólogos da administração que têm, como uma constante nos diversos modelos que incorporam, a luta e a conservação do poder como escopo.

Esta utilização é apontada por diversos autores, que vêem no cruzamento das dimensões macrossocietária e microssocietária o inter-relacionamento entre a dinâmica das estruturas sociais fundamentais e a dinâmica organizacional, permeadas pela orientação política que todo tipo de estratégia comporta. Portanto, o nosso objetivo é esboçar uma abordagem da estratégia como forma que absorve completamente os ditames das teorias em Ciência Política .

Do mesmo modo, nossos argumentos convergem na direção de tomar como fundamental para entendimento do conceito de estratégia a noção de que a estratégia (suas técnicas e discurso) não é neutra, ao contrário, a natureza política da existência da estratégia alia-se, mediante uma visão coesa, aos objetivos econômicos que a organização vislumbra.

1.2 - A Estratégia como produto da arte de guerra

A palavra estratégia vêm do grego *estratègós* (general) e significou em toda a antigüidade e até provavelmente o século XVIII “arte do general”. No século XIX, estratégia foi definida como “arte dos empregos das batalhas como um meio de se chegar ao objeto da guerra (...)”.⁴ Esta definição invade o campo da política. A estratégia, na avaliação deste autor, deve estar subordinada à política. Com efeito, a tarefa da condução estratégica é uma prudente escolha dos meios, que implicam sempre o uso da força física e/ou das armas, ou pelo menos a sua exibição, como instrumento de coerção, para alcançar os objetivos indicados na política.

Não se pode, pois, dizer que a estratégia se concretize só no uso da violência física, material, pois pode-se escolher outras formas de ações estratégicas indiretas, sem que seja necessário a coerção. Tais ações são fundamentadas em instrumentos de convencimento e coesão que objetivam alcançar vantagens conferidas pela vitória.

Para Lenin “ (...)a melhor estratégia na guerra, consiste em adiar as operações até que a desintegração moral do inimigo possibilite o desencadeamento do golpe final”.⁵ Também Hitler ampliou o conceito de estratégia, concluindo que “(...) Há uma estratégia mais ampla, aquela que emprega armas intelectuais (...) nossa estratégia consiste em destruir o inimigo de dentro para fora e em conquistá-lo com sua própria ajuda”.⁶

Fica assim reforçada, em sua plena evidência, a importância da fórmula Clausewitziana que faz da guerra continuação da política com

⁴ CLAUZEVITZ apud BETLHEM, Agrícola de Souza. **Política e Estratégias de Empresas**, Editora Guanabara Dois, Rio de Janeiro: 1981. Ag. 03.

⁵ LENIN, apud HART, Liddell. **Estratégia**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1966. p.272.

⁶ HITLER, apud HART, 1966. p. 273.

outros meios, transpondo claramente no âmago da reflexão o papel da estratégia como elo entre o momento pacífico e o momento violento da vida política.⁷

Outro conceito de estratégia é definido pelo Arquiduque Carlos Da Áustria. Para ele “Estratégia é a ciência da guerra. Ela esboça os planos e estabelece a conduta das ações militares; é, mais propriamente, a ciência dos generais-em-chefe”.⁸

Von Bulow define “Estratégia é a ciência dos movimentos militares efetuado fora das vistas do inimigo”.⁹ Já Bernhardi a compreende como sendo “(...) a arte de dirigir tropas em combate, na direção decisiva e nas condições mais favoráveis”.¹⁰

O dicionário Littré explica: “Estratégia é a arte de preparar um plano de campanha, de dirigir um exército sobre os pontos decisivos ou estratégicos e de reconhecer os pontos sobre os quais, nas batalhas, convém levar as grandes massas de tropas, para assegurar o sucesso”.¹¹

O conceito de estratégia da guerra é absorvido pela teoria das organizações, onde é usado de maneira análoga pelas empresas e organizações de um modo geral. O mapeamento dos fatores de custo-benefício por empresas que pretendem se instalar em uma determinada região ou país é um bom exemplo da aplicação de estratégias semelhantes às utilizadas nas guerras. Mas a maior evidência de que a administração

⁷ BOBBIO, N. Dicionário de Ciência Política. Brasília: Editora Brasiliense 1986. p. 432.

⁸ ARQUIDUQUE CARLOS DA ÁUSTRIA, apud, ÁLVARES. Obino Lacerda. Estudos de Estratégia, Bibliex-Ebrasa, Brasília: 1973, p. 33,

⁹ VON BULLOW apud, ÁLVARES, 1973, p.33.

¹⁰ BENHARDI apud ÁLVARES, 1973, p. 33.

¹¹ Definição do dicionário Littré citado por LEON HAMON, apud ÁLVARES, 1973, p. 33.

realmente absorve estratégias das guerras está presente no vocabulário bélico utilizado por administradores. Expressões como “atacar pelos flancos”, “atingir o alvo”, “metas”, “planejamento tático”. “análise de ameaças e oportunidades”, ou mesmo a utilização de técnicas eminentemente militares como a técnica Delphi, demonstram que os planejadores atuais utilizam as estratégias de guerra nas organizações de um modo geral.

Esta transposição dos princípios da estratégia militar para as organizações não se dá, contudo, dentro da mais absoluta tranquilidade e garantias de sucesso. É preciso estar alerta para o fato de que:

“o uso ou a simples transposição da perspectiva militar ou do sentido comum de estratégia pode ser perigoso e falacioso para a gerência organizacional moderna. A complexidade alcançada pela empresa contemporânea exige habilidades gerenciais específicas para decidir e agir num contexto de grandes riscos e incertezas”.¹²

A grande estratégia de qualquer organização, deve ser aquela cujo objetivo é atingir o “calcanhar de Aquiles” da capacidade do inimigo, do adversário ou do concorrente na luta pelo poder, pela posse ou pelo mercado, enfim pela posição que se quer alcançar. Por este motivo ela é, na maioria dos casos, velada, obscura, dada a necessidade de demandarem sigilo.

A estratégia deve procurar um ponto vulnerável das forças adversárias. A aplicação da força no local em que o adversário é mais forte enfraquece consideravelmente o efeito visado. Para se obter grandes efeitos, a estratégia deve estar direcionada contra um ponto fraco. A verdadeira

¹² MOTTA, Paulo Roberto. **Gestão Contemporânea: A Ciência e a arte de ser dirigente.** Rio de Janeiro: Record, 1993. p.82.

finalidade da estratégia é diminuir a capacidade de resistência do adversário.¹³

Na abordagem de administração estratégica e planejamento estratégico, a base da análise organizacional é a prospecção e a projeção que se faz para se definir cenários futuros, verificando-se internamente pontos fracos e fortes, bem como oportunidades e ameaças no ambiente externo.

Este modelo de planejamento estratégico vem confirmar a utilização dos conceitos de estratégia utilizados na guerra e transportados para a teoria das organizações, não só para a análise organizacional mas, mais especificamente, para a manutenção e controle do poder nas relações entre as classes e frações de classes antagônicas. Distante de qualquer conotação de neutralidade, as técnicas utilizadas no planejamento estratégico são meios empregados para obtenção de um determinado fim, quer se apliquem nas instâncias microsocietárias, quer se refiram às estruturas sociais fundamentais.

1.3 - A estratégia como instrumento de conquista e manutenção de estruturas sociais fundamentais: o Estado.

O Estado é o melhor exemplo de estrutura social fundamental porque a orientação política que ele assume determina e influencia a vida de todas

¹³ HART, 1966.

as demais organizações. Portanto, como realização não de uma vontade suprema, quase divina, do Absoluto, como queria Hegel, mas dos interesses de uma classe que se manifestam e consolidam por meio dos diversos mecanismos que o Estado coloca em ação. Deste modo, entendemos que o Estado deva ser analisado, dado o peso que ele possui, nos processos de modelagem que as organizações assumem.

Dentro desta perspectiva, compreender a estratégia que grupos ou indivíduos colocam em marcha para conquistar e conservar o poder, implica em uma relação direta e necessária com o desenho que organizações menores adquirem no contexto político/ideológico que o Estado formula. Portanto, as considerações que traçaremos não se reportam à teoria do Estado em sua totalidade, mas remetem-se ao contexto dos que objetivaram a tomada e controle do Estado, mesmo que historicamente muitos dos planos e das concepções sobre os quais se fundamentaram tal planejamento tenham logrado sucesso.

Nosso interesse em tais abordagens se deve muito mais pelo fato de constituírem-se em formulações que tanto compreendem o enfoque político que a abordagem estratégica possui, quanto vislumbrem a possibilidade de ações que, fundadas sobre concepções antitéticas ao Estado capitalista, abalem, levem à derrocada e estructurem o Estado sob outras matrizes. Não cabe aqui, embora elas apareçam dado o enorme grau de contraditoriedade que muitas destas concepções comportem, uma crítica a cada uma delas. O fundamental é que, do lado oposto ao dos vencedores na história, todas estas formas de compreender estratégias de tomada do poder provieram de

correntes opositoras ao sistema, sequiosas do controle dos mecanismos de organização da sociedade.

Quando o Estado-nação já era uma realidade na Europa e o capitalismo havia se consolidado como modo de produção, outros autores pensaram estratégias para a conquista do Estado e que orientação política este deveria assumir. É o caso de toda teoria que se construiu visando a derrubada do Estado burguês. Pregando mudanças radicais, segundo alguns autores, a possibilidade de controle do poder demandava estratégias violentas, sem as quais o Estado jamais alteraria seu curso.

Alguns destes pensadores viam no conflito armado a possibilidade de instauração revolucionária do Estado socialista. Os principais autores que conceberam estratégias para a conquista e condução do Estado, são: Bakunin, Marx, Kautsky, Rosa Luxemburgo, Otto Bauer, Stalin, Lênin e Trotsky. Outros autores, como Gramsci, Poulantzas, Gorz, Althusser, etc., também interpretam as possibilidades de controle do poder, mas, embora valendo-se cada qual de arranjos teóricos originais, têm seu discurso derivado, em grande parte, das premissas discutidas em torno da Primeira Internacional Socialista.

A tomada e controle do Estado, quer sejam pela esquerda ou pela direita têm, no emprego da força, na organização do aparelho burocrático, na montagem do aparelho jurídico-político, na organização da força de trabalho, no controle de movimentos populares, na condução dos processos de produção (tecnologia) e expansão dos mercados, etc., as melhores ferramentas que a estratégia deve se valer.

A amarração de tais instâncias se faz dentro da perspectiva política que os atores sociais assumem e, em função dela, é que se arma todo arcabouço ideológico que sustenta a ordem. Portanto, considerar as técnicas utilizadas na composição da estratégia como pertinentes à esfera da neutralidade é, ingênua ou intencionalmente, rejeitar o quadro de referências e auxiliam na composição das estratégias.

1.4 - A Estratégia como ferramenta nas organizações

No âmbito interno às organizações, a estratégia vem sendo pensada por diversos autores que vão desde matizes mais críticos - que percebem o inter-relacionamento das esferas macro e microsociedades - bem como o peso que tais possibilidades de abstração têm sobre os relacionamentos intersubjetivos até visões mais "castas" - que crêem nas estratégias como meras técnicas destituídas de intencionalidade e que ultrapassem os requisitos do mercado .

Na senda dos que não especificam precisamente o perfil político, que toda estratégia assume vemos, Steiner e Canon que definem estratégias como sendo, "aquelas decisões de grande amplitude que se relacionam com a orientação básica da organização e com a maneira pela qual ela usa seus recursos".¹⁴

Pereira trata de mudanças revolucionárias, como sendo aquelas rápidas, de grande impacto, geralmente provocadas por um evento externo significativo.¹⁵ Mudanças que provêm quase sempre de uma decisão estratégica emanada da direção superior, o que implica considerar a

¹⁴ **STEINER e CANON**, apud **CASALI**, Adriana. **Implementando Estratégias. Aspectos Funcionais e Operacionais**, Mestrado em Administração. UFPR. Curitiba: Mimeo, 1994. p. 03,

¹⁵ **PEREIRA**, M. J. L. Bretas. **Mudanças nas Instituições**, São Paulo: Nobel, 1988.

estruturação da hierarquia e a distribuição, desigual ou eqüitativa, de poder entre as funções

Este tipo de enfoque releva o caráter autoritário das mudanças que são impostas na organização. Tal abordagem revela que estruturas, culturas e estratégias não são apenas neutras e funcionais, mas devem ser consideradas como capazes de proteger o interesse dos grupos dominantes. A abrangência desta análise evidencia críticas a processos de mudança, estabelecendo conexões entre estas formas pelas quais os envolvidos mobilizam o contexto ao seu redor e os modos através dos quais garantam legitimidade à mudança.

Reafirmando a conotação política que a estratégia adquire, Pessoa toma como fundamental, na análise da estratégia, o sentido que as disputas por poder têm no balizamento de sua elaboração. Este autor considera que "(...) dentre os elementos essenciais da estratégia aparecem a oposição de vontades, a hostilidade, que pode chegar às vias da violência, e os objetivos que são sempre políticos." ¹⁶

Tomando como extremamente importante e positiva, Simon conceitua estratégia dando à ela um caráter meramente instrumental, quase neutro.¹⁷ Sem mencionar qualquer elo entre a reprodução ampliada, necessária ao capital, e o tipo de homem que a sociedade industrial gerou, ele classifica a estratégia como sendo composta por um conjunto de decisões que modificam o comportamento dos indivíduos ou grupos para que se alcance objetivo pré-determinado.

¹⁶ PESSOA apud ÁLVARES, 1973. p. 113.

¹⁷ SIMON, Hebert A., Comportamento Administrativo, Rio de Janeiro: FGV, 1979.

Como é possível notar, sua percepção acerca do planejamento estratégico não é somente superficial, mas concentra-se apenas no nível microssocietário e, mesmo nesta esfera de abstração, limita-se à tônica nas relações interpessoais.

A estreiteza desse tipo analítico pode ser vislumbrada nas organizações que, de forma lúcida ou subliminarmente, total ou parcialmente, a absorvem determinando um padrão de comportamento, colocando para as pessoas que integram a organização uma espécie de “camisa de força”. Exemplos acerca de tal procedimento, podem ser encontrados nos processos de seleção em recursos humanos ou em abordagens típicas aos programas acéfalos de qualidade total.

Embora se possa considerar que o comportamento a ser exigido num determinado período de tempo dos indivíduos ou grupos possa também ser chamado de estratégia, é preciso não perder de vista os inconvenientes que a utilização desta modalidade de estratégia possa trazer para a equipe de trabalho.

Estes padrões de comportamento, exigidos para que objetivos pré-determinados sejam atingidos, nada mais são do que a escolha de uma alternativa de comportamento por um grupo que dirige, que toma as decisões, muitas vezes realizados sem discussão com subordinados ou elaborados por pessoas que não fazem qualquer distinção crítica ou criteriosa dos processos internos à organização que terminam por detonar.

A ausência de mecanismos de participação nas empresas e a ignorância acerca de teorias que balizem a condução de mudanças organizacionais, caracterizam o processo decisório interno como autoritário,

mesmo porque o comportamento que se pretenda modificar é, via de regra, o daqueles que, por algum motivo, não compactuam com o alcance do objetivo final programado pelos que ocupam postos superiores na hierarquia da unidade de produção.

O principal objetivo da empresa modelada pela dinâmica do modo de produção capitalista é a acumulação e a reprodução ampliada, como seu corolário temos a extração de mais-valia (relativa e absoluta), a fetichização das relações intersubjetivas e o fenômeno de estranhamento do trabalhador ante a objetivação e objetificação do trabalho.

Teorias como as desenvolvidas por Argyris evidenciam estratégias de diagnose e prognose de comportamentos e suas motivações ¹⁸. Portanto, como ele demonstra por meio da exemplificação de diversas experiências em psicologia industrial, nem mesmo a conduta ou a organização da personalidade do indivíduo se faz sem interferência das relações capital/trabalho. A mudança de comportamento não é decisão do trabalhador, é uma artimanha do capital, é uma estratégia.

Esta realidade não é negada nem pelos teóricos mais críticos ao sistema, nem pelos gerenciadores de força de trabalho. O problema que se coloca é, para as duas perspectivas em questão, o dos objetivos e da estratégia que se empreenda. Se a decisão de se modificar o comportamento dos indivíduos ou grupos é colocada como meta, usa-se a coerção como estratégia de intimidação ou outros instrumentos de convencimento, que obrigam, que submetem a vontade do trabalhador à uma força exógena: o capital e suas necessidades expansionistas. Os instrumentos estratégicos

¹⁸ ARGYRIS, Chris. A integração indivíduo-organização. São Paulo, Atlas, 1975.

utilizados, de acordo com a lógica do capital e sob hipótese alguma, prejudicam o principal escopo e sustentáculo do sistema: a extorsão de sobretrabalho.

Pode-se dizer que toda estratégia que trata o processo de formação como se já houvesse uma forma final, é uma tentativa de antecipar o futuro abstratamente. Pois bem, um método que se utiliza de modelos e que não leva em consideração as possibilidades de mudança, que não toma como dado relevante a realidade concreta, desde o início se mostra um método debilitado. As alternativas que se mostram mais viáveis, ao que tudo indica, são as construídas com base numa teoria que leve em consideração a possibilidade da ocorrência de ambigüidades, de situações inusitadas e que garantam dinamismo à produção. Com os processos de globalização e mundialização dos novos parâmetros de produtividade e produção, é fundamental assumir uma postura flexível e atenta às modificações em marcha.

Se isto for considerado, a burocracia pode ser dimensionada sob dois ângulos. De um lado, ela se torna extremamente eficiente quando o problema está centrado no controle do poder por grupos de interesse. De outro, ela é tida como ineficaz em suas estratégias quando, dentro de um clima organizacional específico, procura implantar mudanças.

A primeira assertiva adquire consistência sobretudo se a análise se voltar para a burocracia traçada à moda do Estado patrimonialista português, pois o perfil que ela assume não é identificável apenas pela rigidez dos costumes que incorpora, mas porque tem como típica a representação explícita dos interesses das camadas que concentram poder. Logo, se ela é

industrializada como mecanismo que gera exclusão e que garante o domínio de grupos de interesse, ela é eficiente como estratégia. Mas se ela é programada tendo em mira o alcance de novas metas, e se a elaboração dos processos de mudança forem realizadas sem quaisquer referências à dinâmica organizacional sobre a qual se instalará, sem considerar o aprendizado e o capital cultural que todo membro da organização porta consigo, ou mesmo sem levar em conta a necessidade de que as mudanças sejam incorporadas, sejam aceitas mediante processos que impliquem um certo grau de tomada de decisão pelo conjunto dos trabalhadores, a forma burocrática implantada logrará poucas possibilidades de subsistir e se adaptar aos processos em curso.

Talvez, por isto, é que toda mudança estratégica em organizações autoritárias sejam passageiras, durem por tempo determinado e necessitem sempre de novas modificações. Em certos casos, tais mudanças não conseguem atender plenamente ao que se propuseram, dado que concentram seus esforços na aparência e não nas estruturas mais essenciais.

As estratégias que o capital põe em curso para garantir a permanência do sistema, são as estratégias de perpetuação da dominação sobre a força de trabalho, da conservação e convencimento de que uma parcela das pessoas deve ocupar a condição de sujeito livre em duplo sentido: como força de trabalho e como mercadoria que juridicamente possa ser legalmente adquirida. É estratégia do capital manter os meios de produção, propriedade dos capitalistas, para isto a conquista do Estado e

sua instrumentalização torna-se recorrência essencial à toda estratégia que os detentores de capital levem à efeito.

O obscurantismo que mascara tal estratégia pode ser rompido quando analisamos um conjunto de táticas que compõem esta grande e principal estratégia. Portanto, não é sem motivos que o capital procura manter as unidades produtivas dentro da lógica de uma crescente e maior produtividade, isto tudo às custas da extorsão do trabalho e do convencimento ou coação dos trabalhadores para que aceitem tal condição.¹⁹

De modo semelhante e dentro da mesma lógica, o sistema se legitima e se perpetua graças aos mecanismos acionados pela ideologia. A coesão do grupo. O acatamento à autoridade e aos objetivos propostos pela organização só se tornam possíveis devido aos apelos do ato fundador, da criação de mitos e de culto à supostos heróis que teriam acumulado capital em função de sua enorme capacidade de empreendimento e trabalho.

A ideologia incorpora funções específicas e, além da função geral - distorcer a realidade e dar coerência a imagem que se quer propagar - abarca aspectos como os da dominação, que se efetivam tanto no discurso lacunar, quanto na técnica e na ciência.

Em suma, o problema que se apresenta para a estratégia é a compreensão do que está no âmago da estratégia organizacional, ou seja, os elementos ocultos que ela comporta, porque o princípio da estratégia é se

¹⁹ OFFE, Claus. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro, Ed. Tempo Novo, 1984.

mostrar obscura, inatingível à primeira vista, pois sua descoberta implica em seu fracasso.

Os elementos de que se constituem as estratégias foram, grosso modo, levantados e explicitados em sua dinâmica que, como se pretendeu argumentar, não comporta a neutralidade técnica ou teórica enquanto plano sob o qual se desenha. Todavia, não nos parece procedente analisar o papel da ideologia, da burocracia e de outros aspectos nela implicados como demandantes de uma visão maniqueísta. O que importa frisar, é o fato de que toda estratégia, traz embutida, uma perspectiva política.

Considerando que a estratégia está presente em todos os níveis organizacionais entendemos, que os ideólogos da administração buscam os conceitos de estratégia na antigüidade e o reformulam evoluindo para o espelhamento de uma situação de luta, não necessariamente a guerra bélica, mas da qual tomam vocabulário, técnicas e atitudes. Isto pode ser demonstrado tomando como paralelo a competição por mercados onde, tal qual nos conflitos armados, as estratégias visam atingir metas tidas como simétricas à vitória nas guerras. Para ambas, o escopo está centrado no poder que se quer conquistar e controlar.

Para isto, na disputa por mercados, as estratégias são, como na guerra, as artimanhas, que levam o general, o dirigente, o governante, o gestor, o administrador a lograr vitória sobre seus adversários. Esta característica da estratégia permite inferir que a estratégia é uma arte de conotação política, pois visa a aplicação do poder. por quem o detém, bem como sua permanente expansão.

A estratégia se executa por intermédio de ações levadas à efeito no campo político, econômico, psicológico, social, militar e organizacional. A estratégia, como instrumento da política, é a ciência de preparar e aplicar o poder, para conquista e preservação dos objetivos vitais da organização. Mas estes objetivos são atingidos mediante análises que referendem concepções ideológicas que sustentem a ação dos atores envolvidos nos processos organizacionais e coadunem-se com aspectos da política na instância macrossocial. Ou seja, as estratégias meio e as estratégias operacionais devem estar articuladas de tal forma que garantam coesão entre a ideologia da organização e a formatação que o Estado e os tipos de mercado adquirem no contexto sob o qual tais organizações se estruturam.

Porém, isto só é possível se a dimensão política/econômica for tomada como uma das determinantes na elaboração de estratégias organizacionais. O binômio Estado/mercado, com todas as suas implicações operacionais, coloca no centro da questão a análise de que a estratégia é uma forma de ganhar o jogo social. Em tal construção, considera-se o conflito entre classes e fragmentos de classe como um dado fundamental, porque cada um destes grupos, em situação de enfrentamento, busca vencer seu opositor. Neste sentido, a classe dos detentores dos meios de produção utiliza como estratégia maior a reprodução ampliada que faz convergir dois momentos contraditórios da existência do capital: a produção crescente de mais-valia (relativa e absoluta) e a reprodução da força de trabalho .

Não há dúvida de que os conceitos de estratégia utilizados na teoria das organizações são inspirados na guerra e na política. O cuidado a ser observado na transposição do conceito da guerra e da política para a

administração, como propõe Motta é procedente.²⁰ Mas também não há dúvida de que a maior estratégia e o maior objetivo de uma organização não está explícita nos planejamentos, nunca está transparente nas falas, nos discursos, não aparece nos programas oficiais. São aqueles que só se consegue ver nas entrelinhas. São aqueles de conhecimento restrito à cúpula, da alta hierarquia, do dirigente maior.

A estratégia e o objetivo principal são ocultados, guardados para o momento decisivo. Os meios estratégicos são os instrumentos com que se pretende derrotar o adversário, o concorrente, significando o controle do poder, significando o alcance do objetivo também oculto. Portanto, a estratégia e o objetivo real nunca são explicitados, se assim o for, a estratégia perde a eficácia e o objetivo não é alcançado.

2- PODER

A estratégia está diretamente relacionada com a questão das relações de poder, de forma que a origem do poder se dá no momento em que nas relações estabelecidas entre os homens, forças dominantes passam a limitar as ações de uns em função das ações dos outros. Isto significa que um ou vários homens assumem posições de mando e outros obedecem as diretrizes impostas pelos primeiros. Essa dominação encontra sua maior expressão no Estado como forma de poder organizado.

²⁰ MOTTA, 1993.

Maquiavel foi um dos que refletiram sobre o Estado e suas idéias marcam o começo da Ciência Política como uma disciplina autônoma, separada da moral e da religião.

Temos um clássico desta “sede de poder” em Maquiavel que, já no século XIV, redigiu “O Príncipe”²¹ com a finalidade de orientar governantes a conquistar e manter o poder, mas também em agradar a Lourenço de Médici, de quem esperava receber favores. Ironicamente, Maquiavel não foi atendido e “O Príncipe” passou longos anos esquecido até que fosse recuperado para a história.

Atualíssimo, as várias lições dadas por Maquiavel vêm sendo parcialmente incorporadas por vários governantes que imortalizam algumas de suas fórmulas, tais como: “os fins justificam os meios”, “o bem deve ser distribuído aos poucos, enquanto o mal e o castigo em dose única”, “para ser amado, o príncipe deve ser temido”, bem como oferece inúmeros conselhos para que os governantes não sejam odiados, como o príncipe deve agir para ser estimado, como devem ser constituídas as milícias, que conduta deve ser mantida diante de conflitos, como deve se dar a conquista de domínios com armas, qual a utilidade das forças mercenárias, etc.

O Estado já não têm mais a função de assegurar a felicidade e a virtude, como afirmava Aristóteles, nem é mais uma preparação dos homens para o reino de Deus como era concebido na Idade Média. Para Maquiavel, O Estado passa a ter suas próprias características. faz política, segue suas

²¹ **MACHIAVELLI**, Nicoló. **O Príncipe**; Traduções de Lívio Xavier. 4a. ed. São Paulo: Nova Cultural, Coleção os Pensadores. 1987.

técnicas e suas próprias leis. Maquiavel concebe o Estado como uma forma organizada de dominação sobre os homens.

A política - Diz Maquiavel:

“ É a arte do possível, é a arte da realidade que pode ser efetivada, a qual leva em conta como as coisas estão, e não como elas deveriam estar. Existe aqui uma distinção nítida entre política e moral, pois esta última é que se ocupa do que deveria ser ”.²²

Assim Maquiavel estabelece uma nova moral. a moral do cidadão, do homem que constrói o Estado, é uma moral imanente, mundana, que surge do relacionamento entre os homens.

A política deve considerar a natureza humana. que para Maquiavel é caracterizada pela ingratidão, a aversez de lucro e a inescrupulosidade, portanto o poder do Estado Moderno deve fundar-se sobre o terror.²³

Marx apresenta uma concepção crítica do Estado, da democracia burguesa e do liberalismo. O liberalismo separa a sociedade civil do Estado, tanto que a concepção Marxista considera que o Estado é expressão da sociedade civil, entendida como um conjunto de relações econômicas, que explica o surgimento do Estado, seu caráter, a natureza das leis.²⁴

Sobre as relações de produção levanta-se uma super-estrutura jurídica e política a qual corresponde determinadas formas de consciência social. O Estado garante essas relações econômicas junto com a estrutura

²² **MAQUIAVEL** apud GRUPPI, L. **Tudo Começou com Maquiavel. As concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci.** Porto Alegre: L & PM. Editores Ltda, 1983.

²³ **MAQUIAVEL** apud GRUPPI. 1983.

²⁴ **MARX, Karl. ENGELS, F. A IDEOLOGIA ALEMÃ** (Feuerbach) Hucitec, São Paulo:1987.

jurídica, além disso a ideologia, a concepção burguesa do Estado e da sociedade as justificam.²⁵

Desta forma a classe que detém a propriedade dos meios de produção institucionaliza sua dominação econômica mediante organismo de dominação política e jurídica. O Estado também tem a função de amenizar o conflito decorrente das contradições de classe e de manter a ordem. Aparece como uma potência colocada aparentemente acima da sociedade, estranho a ela, quando pelo contrário é uma expressão de dominação como também de mediação.²⁶

A igualdade jurídica da democracia burguesa é na verdade uma abstração que separa a unidade do homem, aparecendo o homem cidadão com direitos iguais, tanto que o homem trabalhador, produtor, não goza de igualdade, a diferença fica estabelecida em relação a posse dos meios de produção.

Poulantzas afirma que as classes e o conflito de classes, longe de se criarem nas relações de produção, seriam instituídos na distribuição global, em todos os níveis, do poder no interior das sociedades autoritárias: de dominação-subordinação consistindo em uma distribuição não igualitária, a todos os níveis desse poder.

As relações de poder, tendo como campo as relações sociais, são relações de classes e as relações de classes são relações de poder, na medida em que o conceito de classe social indica os efeitos da estrutura sobre as relações entre as práticas das classes em luta.

²⁵ Gruppi, 1983

²⁶ Ibid, 1983

Os interesses de classe, como limites de extensão de uma prática específica de classe, deslocam-se de acordo com os interesses das outras classes presentes. Portanto a capacidade de uma classe para realizar os seus interesses objetivos, o seu poder de classe, depende da capacidade do adversário, portanto do poder do adversário.²⁷

Marx na Ideologia alemã revela que: "os interesses comuns (...) de uma classe(...) existem não só na imaginação, como uma generalidade, mas sobretudo na realidade como dependência mútua de indivíduos entre os quais se divide o trabalho social".²⁸

As relações de poder não constituem uma totalidade expressiva simples, mas sim relações complexas e defasadas. determinadas em última instância pelo poder econômico. Os poderes político ou ideológico não são a simples expressão do poder econômico. Uma classe pode realizar seus objetivos econômicos sem ter interesses políticos: pode possuir um poder econômico sem exercer um poder político ou ainda pode obter um poder político sem possuir um poder ideológico correspondente. Se tivermos em conta o conjunto das relações complexas, veremos que são as classes que detêm o poder dominante.²⁹

As instituições, consideradas sob o ponto de vista do poder, não podem ser relacionadas senão às classes sociais que detêm o poder. A autonomia relativa das diversas instituições - centros de poder - em relação as classes sociais não decorrem do fato de possuírem um poder próprio, mas

²⁷ POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**, São Paulo; Martins Fontes, 1986.

²⁸ MARX apud POULANTZAS, 1886. p. 108.

²⁹ José Henrique de Faria conceitua relações de Trabalho como relações de poder. Ver FARIA, J. H. **O Autoritarismo nas Organizações**. Curitiba: Criar, 1985, p. 22.

sim das suas relações com as estruturas. É nesse sentido que as diversas instituições não se constituem em termos de poder, órgãos de poder, mas sim instrumentos de exercício de um poder de classe que se relacionam entre si como centros de poder, por exemplo: O Estado; as empresas; as instituições culturais, etc.

As relações de poder sempre estiveram presentes nas organizações, onde o poder é exercido para manter sob domínio aqueles que dependam delas para sua sobrevivência.

Poulantzas³⁰ esclarece que as relações entre as classes são relações de poder. Os conceitos de classe e poder são aparentados, na medida em que têm como lugar de constituição o campo definido pelas relações sociais. Para Foucault o poder não existe, existem práticas ou relações de poder.³¹ O que significa dizer que poder é algo que se efetua, que funciona, como uma máquina social que não está situada em lugar privilegiado ou exclusivo, mas que se dissemina por toda a estrutura social. Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação.

O poder se explicita de diversas formas, algumas sutis, sob forma atraente. Um exemplo é a comunicação por meios eletrônicos, que são utilizados como uma forma de poder para manter o dominado alienado. Portanto, o poder não é privilégio de um sistema político ou forma de governo, o poder está presente em todas as sociedades.

O poder surge de diversas maneiras, mas sempre com o intuito de dar a direção, sempre para satisfazer a vontade do mais forte ou para legitimar a hegemonia de uma classe ou fração de classe. O poder transparece: pela

³⁰ POULANTZAS, 1986.

³¹ FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988

força; pelo saber; pelo temor ao castigo; pelo respeito à tradição; pelo amor; pela alienação, pelo terror. Essas formas se explicitam em ambiente político; econômico ou cultural, portanto estão presentes em todas as manifestações e relações do ser humano. Na perspectiva Weberiana, o poder é definido como, "a possibilidade de que um homem, ou um grupo de homens, realize sua vontade própria, numa ação comunitária até mesmo contra a resistência de outros que participam da ação"³²

Esta possibilidade de impor a vontade de uma pessoa ou um grupo de pessoas sobre o comportamento de outras, pode se basear na força, pela coerção ou pela dominação.

Existe uma variedade de crenças que legitimam o exercício do poder, tanto de parte do dominado como do dominante. Estas crenças sobre a legitimidade do poder são muito importantes porque que determinam a relativa estabilidade dos sistemas de dominação e também facilitam as diferenças básicas entre os sistemas.

Weber conceitua a dominação: " como a relação de poder em que o governante, a pessoa que impõe sua vontade as outras, crê que têm direito ao exercício do poder, e o governado considera que seu dever é obedecer as ordens daquele "³³

Weber estabeleceu uma tipologia da dominação na qual distingue três formas desse fenômeno, correlacionada com suas correspondentes formas de legitimação. Temos assim: Dominação Carismática: Carisma significa, literalmente, "dotado de graça", uma qualidade excepcional em virtude da

³² WEBER, Max, Ensaio de Sociologia. Rio: Zahar, 1982. p. 211.

³³ WEBER apud MOUZELIS, Nicos P. Organization Y Burocracia. Uma Análise. 2a Edição, Barcelona: Artes Gráficas S/A. 1975

qual chega-se a ser chefe. O líder carismático, seja profeta, herói ou demagogo, justifica sua dominação por suas extraordinárias proezas e capacidade, seu caráter exemplar e pelos padrões normativos revelados ou ordenados por ele. Seus subordinados aceitam seu poder por que têm fé na sua pessoa. Dominação tradicional: A obediência na autoridade tradicional está baseada na aceitação das crenças enraizadas na tradição. O líder tradicional é o superior que ordena em virtude de um *status* herdado. Seus súditos obedecem-lhe em face de uma lealdade pessoal ou pelo respeito a seu *status* tradicional. Dominação Legal: sustenta-se na crença, no acerto das leis e no direito que legitima a autoridade. O governante é considerado como superior porque chegou a essa posição através de procedimentos legais (designação, eleição etc.). Em virtude de tal posição de superioridade, o governante exerce o poder conforme as regras legalmente estabelecidas. Esta forma de poder é o que Weber chama de burocracia.

Hall observa que, toda relação social envolve poder, e um dos resultados do poder é o conflito³⁴, Apresenta uma abordagem³⁵ em de que considera três visões para o conflito, interesses e poder. Na visão unitária o papel do poder é ignorado na vida organizacional, na visão pluralista o poder é considerado uma variável crucial na organização. É o meio através do qual os conflitos de interesses são diminuídos e resolvidos. Na visão radical, o poder é um fenômeno de soma zero desigualmente distribuído, associado com o processo de controle social.

Barcharach e Lawer afirmam:

³⁴ HALL, R. **Organizações: Estrutura e Processos**. São Paulo: Prentice-Hall do Brasil, 1984

³⁵ HALL, R. 1984

“A organização é como sistema de barganha política, pois esta é formada por grupos de trabalho que são as pessoas que atuam numa mesma unidade, por grupos de interesse que são as pessoas que conhecem o caráter comum de suas metas e por coalizões que são agrupamentos de grupos de interesse com objetivo comum (...).”³⁶

Consideram ainda o acesso ao conhecimento como uma base do poder, ou seja “os indivíduos ou grupos controlam as informações de tal modo que detém o poder pelo acesso às informações que somente eles as terão no momento da tomada de decisão”.³⁷

Segundo Hall distinguir as fontes, as bases e os tipos de poder tem pouca significação a não ser quando se consideram os resultados dos atos de poder para a organização e seus participantes ³⁸. Ele vê também as relações verticais do ato de poder e algumas de suas conseqüências: Quanto a obediência e envolvimento, Hall salienta que poder é um ato, é algo usado ou exercido e que com freqüência o ato de poder é ignorado nas análises, que se centram nos resultados de um ato de poder mais freqüente como conflito e a obediência.

A obediência foi utilizada por Etzioni na montagem de sua tipologia como cerne e conceitualização das organizações³⁹. Etzioni identificou os tipos de envolvimento das pessoas, em relação a sua obediência e as formas de poder empregadas, as quais chamou-as de envolvimento alienatórios quando exercido o poder coercitivo; envolvimento moral quando a base do poder é normativo; e calculativo quando o poder é remunerativo. Ele revelou em seus estudos que, quando as organizações conseguem

³⁶ BARCHARACH e LAWER apud HALL, 1984, p. 93.

³⁷ Ibid. p. 96.

³⁸ HALL 1984,

³⁹ ETZIONI apud HALL, 1984, p.97.

desenvolver e estimular o envolvimento moral dos participantes o compromisso destes com a organização aumenta.

Obediência e envolvimento são fenômenos interligados, para a organização voluntária é importante o envolvimento moral, que aumenta quando os indivíduos são incentivados a participar. Portanto a participação contribui para a obediência através do processo de envolvimento. Convém salientar aqui as pseudo-participações amplamente utilizadas pelas organizações que ao invés de valorizar as idéias de seus membros, ao contrário; utilizam-nas para manipulá-los e descobrir o que realmente eles pensam, para aumentar os processos punitivos. Enquanto isso, os subalternos acham que realmente estão participando do processo decisório quando as decisões já foram tomadas previamente.

O processo decisório afeta o poder dos indivíduos que ocupam posições na organização, porém a participação pode aumentar o poder daquele que o detém. Por outro lado se os receptores do poder adquirem conhecimento antes da participação, através da obtenção de informações, por exemplo: o seu poder aumenta em relação aos detentores do poder. Entretanto convém lembrar que dificilmente os donos do poder deixam escapar qualquer informação fundamental de um processo de decisão sem que queiram que os outros saibam.

Os detentores de poder no processo de tomada de decisão, determinam quais são os problemas, ou seja uma questão só será importante se eles assim a considerarem.

O sistema de comunicação é um importante mecanismo para o poder, pois, as informações auxiliam o processo decisório, bem como são

fundamentais a todo o processo organizacional. É a linha mestra que permite a interdependência, o inter-relacionamento das partes de qualquer organização.

Acontecimentos externos podem afetar os processos sociais e psicológicos dentro da organização, conduzindo a um nível mais elevado de controle interno, assim como as condições de alto nível de envolvimento por parte dos membros, contribuem para o poder da organização no ambiente.

As condições externas afetam o sistema de poder, através das relações da Instituição com todas as variáveis que se situam no macro ambiente e no ambiente de tarefa, as quais exercem influência direta no processo organizacional como um todo.

Michels lembra que o poder é auto-perpetuador, logo quem está no poder quer conservar-se. A legitimidade é um fator importante no arranjo de poder pois facilita a perpetuação da distribuição do poder.⁴⁰

Quanto ao problema da sucessão de pessoal nos níveis da organização, há a indicação⁴¹ de que pode haver influências importantes para a organização quando assume um líder com bases de poder diferentes da anterior, e a rotatividade contribui também para a instabilidade das relações de poder.

Ainda Hall salienta que as relações de poder desenvolvem-se a partir dos arranjos estruturais existentes e que a natureza do poder usada nas organizações tem consequências importantes para a maneira como os indivíduos se vinculam à organização e a sua eficácia.⁴²

⁴⁰ MICHELS apud HALL, 1984.

⁴¹ GULDNER et al apud HALL, 1984, p. 106.

⁴² HALL 1984, p.111.

Concluimos então que o poder, tanto para Poulantzas, como para Foucault, Marx, Faria e outros, que o poder não existe sozinho, o que existem, são relações de poder e que as relações de poder, tanto para Weber, como na perspectiva de Hall, Etzioni e outros, são situações particulares do exercício do poder.

3 - ELITES

Pareto sustenta a tese de que “em toda a sociedade há uma classe superior que detém geralmente o poder político e o poder econômico, á qual se deu o nome de aristocracia ou elite”.⁴³ Chamou de elites aqueles que fazem parte do grau superior, se deteve particularmente sobre os indivíduos que ocupando os graus superiores da riqueza e do poder, constituem a elite política ou a aristocracia.

O *Tratato de Pareto*, revela:

“O estudo da política é o estudo da influência daqueles que a exercem (...) Aqueles que têm influência são aqueles que tomam a maior parte daquilo que se pode tomar. Os valores disponíveis podem ser classificados como valores de deferência, de renda, de segurança, aqueles que obtém maior parte dela são elites, o resto é massa”.⁴⁴

Mosca não se limitou a enunciar o principio segundo o qual existe, em toda a sociedade, uma classe política composta por um número restrito de pessoas. Explicou que a classe política encontra sua própria força em ser organizada de forma que constitui-se num grupo homogêneo e solidário contra a mais numerosa, dividida, desarticulada. dispersa e desagregada

⁴³ RODRIGUES, José Albertino (Organizador) **Vilfredo Pareto: Sociologia**, São Paulo: Ática, 1984. p. 25.

⁴⁴ O **TRATTATO DE PARETO**, apud, BOBBIO, 1982. p. 64.

classe que é dirigida. A teoria da classe política é habitualmente chamada de teoria da minoria organizada.⁴⁵

Michels estudando a estrutura de um grande partido concluiu que a organização tem por consequência a formação de um grupo oligárquico, Michels, confirmou empiricamente a teoria das elites.⁴⁶

Lasswell articulando melhor o conceito de elite, distingue, “ A verdadeira elite, que é constituída por aqueles que têm o poder maior numa sociedade, da elite média, constituída por aqueles que têm um poder inferior, e da massa constituída por aqueles que têm um poder menor”.⁴⁷ Ainda Lasswell afirma sobre a possibilidade da existência de elites em consonância com um regime democrático: “A democracia de uma estrutura social não depende do fato que exista ou não exista uma elite, mas das relações que decorrem entre a elite e a massa; do modo como a elite é recrutada e do modo como exerce seu poder”.

Mills define:

“A elite no poder, composta de homens que se acham em posições tais que lhes é possível transcender o ambiente do homem comum e ocupam aquelas posições estratégicas da estrutura social em que estão atualmente concentrados os instrumentos de poder, a riqueza e a celebridade”.⁴⁸

Algumas críticas à teoria da elites foram feitas. entre elas os marxistas defendem que a elite no poder não se encontra, de verdade, articulada nos

⁴⁵ MOSCA, Gaetano, in ALBERTONI, Ettore A. **Doutrina da Classe política e teoria das elites**. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1990. p. 23.

⁴⁶ CAMPOS, Edmundo, (Org.). **Sociologia da Burocracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971. p. 101.

⁴⁷ LASSWELL, Harold D. e LERNER, Daniel. **As elites revolucionárias**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1987. p. 24

⁴⁸ MILLS apud, BOBBIO, 1982. p. 65.

três setores indicados por Mills, porque a classe dominante é uma só, a dos detentores do poder econômico.

Entre os defensores da teoria das elites⁴⁹, há concordância em diversos aspectos comuns: Em toda a sociedade organizada, as relações entre indivíduos são relações de desigualdades: cujas causas estão na distribuição desigual do poder, ou seja, no fato de que o poder tende a ficar concentrado nas mãos de um grupo restrito de pessoas. Entre as várias formas de poder, o mais determinante é o poder político; ou seja, a classe política propriamente dita, é sempre uma minoria. E uma das causas que leva uma minoria a dominar um número bem maior de pessoas, está no fato de que os membros da classe política, sendo poucos e tendo interesses comuns, têm ligações entre si e são solidários pelo menos na manutenção das regras do jogo que permitem o exercício alternativo do poder. Um regime se diferencia do outro pelo modo diferente como as elites surgem, se desenvolvem e decaem, pela forma como se organizam e pela forma como exercem o poder.

Liberais democratas e marxistas se unem na crítica à teoria das elites. Para os radicais democráticos é possível uma sociedade em que o poder seja exercido efetivamente pela maioria e para os marxistas, estando o poder relacionado a propriedade dos meios de produção, é possível uma sociedade fundada sobre o poder da maioria, ou seja, sobre o poder de todo o povo, desde o momento em que a propriedade dos meios de produção seja coletivizada.

Miliband afirma:

⁴⁹ BOBBIO, 1982.

“A classe dominante da sociedade capitalista é a classe que possui e controla os meios de produção e que é capaz em virtude do poder econômico que em decorrência disso lhe é conferido, usar o Estado como instrumento de dominação da sociedade”.⁵⁰

Em oposição a este ponto de vista, os liberais. dizem que é impossível formar-se uma classe dominante. E que no máximo pode se formar uma pluralidade de elites competitivas, que por falta de coesão e de objetivos comuns são incapazes de formar uma classe dominante de qualquer tipo.

Finalizando, a teoria das elites serve, na sua fase realista, para descobrir e colocar a nu o fingimento da democracia manipulada.

4 -HEGEMONIA

Hegemonia, segundo Poulantzas, tem como campo a luta política de classes em uma formação capitalista, recobrando particularmente as práticas políticas das classes dominantes nessas formações. Poder-se-á assim dizer, localizando a relação entre o Estado capitalista e as classes politicamente dominantes, que esse Estado é um Estado com direção hegemônica de classe.⁵¹

Trata-se de um conceito que permite dar conta das práticas políticas das classes dominantes nas formações capitalistas desenvolvidas. O conceito de hegemonia parece indicar uma situação histórica na qual a dominação de classe não se reduz a simples dominação pela força e pela violência, antes comporta uma função de direção e uma função ideológica

⁵⁰ MILIBAND, Ralph. O Estado na Sociedade Capitalista, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972, p. 36.

⁵¹ POULANTZAS, 1986.

particular, por intermédio das quais as relações entre dominantes e dominados se baseiam em um consentimento ativo das classes dominadas.

Hegemonia é a ideologia-consciência-concepção do mundo da classe-sujeito da história, da classe hegemônica, que fundamenta a unidade de uma formação, na medida em que determina a adesão das classes dominadas em um sistema de dominação determinado. Este conceito de hegemonia foi igualmente utilizado por Gramsci no domínio da prática política das classes dominadas, em particular da classe operária.

Para Poulantzas o conceito de hegemonia, se reveste de dois sentidos. O primeiro indica a constituição dos interesses políticos das classes, na sua relação com o Estado capitalista, como representativos desse corpo político que é o povo-nação e que tem como substrato o efeito de isolamento no econômico, como bem explica Gramsci:

“Um terceiro momento é aquele em que atinge a consciência de que os seus próprios interesses corporativos, no seu desenvolvimento atual e futuro, ultrapassam os limites da corporação, de um grupo puramente econômico, e podem e devem tornar-se nos interesses de outros grupos subordinados. É a fase em que as ideologias, que até então germinaram, se tornam partidos, se avaliam e entram em luta até o momento em que só uma dentre elas, ou uma combinação, tende a levar a melhor, a impor-se, a expandir-se em toda a área social, determinando também a unidade intelectual e moral, enunciando todos os problemas em torno dos quais a luta se intensifica, não no plano corporativo, mas em um plano universal, e criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre os grupos subordinados. O Estado é certamente concebido como o organismo próprio de um grupo, destinado a criar condições favoráveis à maior expansão possível do próprio grupo; contudo, este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias nacionais, que dizer que o grupo dominante está coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e que a vida do Estado é concebida com uma formação contínua e uma contínua superação de equilíbrios estáveis (dentro dos limites da lei) entre os interesses dos grupos fundamental e os dos grupos subordinados, equilíbrios estes em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas só até um

certo ponto, isto é, não até ao mesquinho interesse econômico-corporativo”.⁵²

O segundo sentido é esclarecido por Poulantzas:

“O Estado capitalista e as características específicas da luta de classes em uma formação capitalista tornam possível o funcionamento de um “bloco no poder” composto de várias classes ou frações politicamente dominante. Entre essas classes e frações dominantes, uma delas detém um papel dominante particular, o qual pode ser caracterizado como papel hegemônico. Nesse segundo sentido, o conceito de hegemonia exprime a dominação particular de uma das classes ou frações dominantes em relação à outras classes ou frações dominantes de uma formação social capitalista”.⁵³

Tal conceito permite precisamente decifrar a relação entre estas duas características do tipo de dominação política de classes que as formações capitalistas apresentam. A classe hegemônica é aquela que em si concentra, ao nível político, dupla função de representar o interesse geral do povo-nação e de manter uma dominância específica entre as classes e frações dominantes; isto é, na sua relação particular com o Estado capitalista.

5 - INTELECTUAL

Segundo Gramsci:

“o aspecto essencial da hegemonia da classe dirigente reside em seu monopólio intelectual, isto é: na atração que seus próprios representantes suscitam nas demais camadas de intelectuais “os intelectuais da classe dominante, em determinadas condições exercem tal poder de atração que terminam, subordinando a si os intelectuais dos outros grupos sociais, criando, conseqüentemente, um sistema de solidariedade entre todos os intelectuais, com laços de ordem psicológica, e freqüentemente de casta. Essa atração leva a criação de um bloco ideológico ou intelectual que vincula as camadas de intelectuais aos representantes da classe dirigente.”⁵⁴

⁵² GRAMSCI apud POULANTZAS, 1986. p. 136.

⁵³ POULANTZAS, (1986)

⁵⁴ GRAMSCI apud PORTELLI, Hugues. Gramsci e o Bloco Histórico, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 65.

A classe dos proprietários, se utiliza de qualquer expediente para manter a hegemonia e são sabedores que uma forma de manter a hegemonia é a utilização das escolas e universidades, pois através da tentativa de controle de parte de seus programas curriculares e professores, é possível transmitir a ideologia dominante.

Este processo, nada mais é do que o que descreve Gramsci Para elaboração da ideologia, da estrutura e do material ideológico, os representantes da classe fundamental apelam para os intelectuais, para os representantes de outras camadas sociais, aquelas subalternas a classe fundamental, mas pertencentes a ela. O vínculo desses intelectuais com sua categoria é orgânico, pois conseguem explicar à categoria a realidade, portanto são diferentes dos intelectuais tradicionais que pertencem ao bloco hegemônico enquanto que os intelectuais orgânicos organizam-se internamente no bloco histórico, buscando a hegemonia.⁵⁵

A classe dominante, hegemônica, busca cooptar o intelectual orgânico para participar da classe dominante, na condição subalterna como fração da classe dominante. Quando não consegue cooptar, usa a força, o terror para dizimar e para impedir o surgimento de uma força intelectual orgânica que venha colocar em cheque a dominação.

Daí a utilização de estratégias como a burocracia, com regras, formalidades e sua racionalidade formal que lhe dá "legitimidade" para poder punir, excluir, perseguir aqueles que ameaçam o "*status quo*".

⁵⁵ GRAMSCI, apud PORTELLI, 1977.

Outra estratégia é o uso das próprias elites da classe dominante ou fração dela , para se dar a falsa impressão de que há rotatividade no poder, para se mascarar a democracia, como se as eleições e a mudança de pessoas ou a cooptação de intelectuais de todos os tipos demonstrasse uma igualdade de direitos entre as classes.

É estratégia também da classe dominante. hegemônica, controlar o Estado, as escolas e universidades, além da absorção dos intelectuais dos outros grupos sociais, para perpetuar a dominação, impedindo sistematicamente a formação de lideranças, de intelectuais orgânicos nos grupos adversários. Assim a hegemonia é mantida sem que seja necessário o uso da força ou a derrota total dos dirigentes, intelectuais orgânicos da classe dominada.

III - METODOLOGIA

Sem pretender esgotar as possibilidades de construção de um referencial para análise dos problemas colocados, fizemos uma reflexão sobre estratégia, poder e elites, conceitos embricados entre si, que contribuíram para o esclarecimento do estudo em pauta. Além desses, também foi importante o aprofundamento dos conceitos de hegemonia e de intelectual.

A elaboração do instrumental analítico adequado sustentou-se no fato de que, as questões colocadas por este estudo têm como linha mestra as estratégias e as relações de poder estabelecidas entre grupos que, relativamente ao quadro regional, monopolizam uma forma de poder local, se caracterizando como elites locais.

1. PROCESSO TÉCNICO

Enquanto conjunto de técnicas utilizadas durante o desenvolvimento do trabalho de coleta de dados, grosso modo, pode-se dizer que o principal problema foi a escolha dos sujeitos da pesquisa e o método de abordagem destes.

Após consulta às fontes documentais, os critérios para seleção dos sujeitos foram definidos a partir da relevância ou não do sujeito em relação à história de criação da UNIOESTE e do relacionamento dos grupos dirigentes da UNIOESTE com a elite local.

2. DEFINIÇÃO CONSTITUTIVA DA CATEGORIAS DE ANÁLISE.

Estratégia - São as idéias engendradas pelos grupos, que precisam ser lidas nas entrelinhas. São o conjunto de ações aparentemente ocultas. São as decisões de conhecimento só da cúpula, da minoria dominante das elites dirigentes.

Poder - É a capacidade que tem um grupo de definir e realizar seus interesses objetivos específicos através das relações entre os indivíduos e os grupos, mesmo contra a resistência que possa existir.

Elites - São as elites econômicas, representadas pelos empresários. Elites políticas, representadas pelos prefeitos, deputados, vereadores, governador e Vice-governador do Estado. Elites intelectuais, intelectuais orgânicos e tradicionais, que são os divulgadores das ideologias, tanto nas empresas, quanto na Universidade e nas comunidades locais.

Hegemonia - bloco dominante de uma classe que busca incessantemente manter o poder sobre a outra classe ou frações de classe.

Intelectual - Professores e Técnicos Administrativos da UNIOESTE, disseminadores do conhecimento, pertencentes à elite local

3. ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA

Questões para reflexão:

- 1- Qual a concepção de Universidade prevista no projeto da UNIOESTE?
- 2- Quais as estratégias utilizadas para a implantação da UNIOESTE contidas no plano de concepção?
- 3- Quais as estratégias que influenciaram na decisão do Estado do Paraná em assumir o controle na UNIOESTE?

- 4- Quais as estratégias que permitiram a condução do processo de implantação da UNIOESTE?
- 5- Quais as estratégias utilizadas para o reconhecimento da UNIOESTE pelo grupo nomeado?
- 6- O reconhecimento da UNIOESTE direcionou a universidade para qual sentido?
- 7- Quais foram os grupos sociais envolvidos na criação da UNIOESTE?
- 8- Quais as articulações dos grupos sociais ao nível da política partidária, contextualizada em relação ao Oeste do Paraná?
- 9- Qual o grupo dentro da UNIOESTE que elaborou o Plano de Ação e Concepção da Universidade Estadual do Oeste do Paraná?
- 10- Quais as propostas do grupo que elaborou o plano de ação em relação à universidade?
- 11- Quais os intelectuais que foram perseguidos politicamente por representarem as forças contrárias às decisões praticadas pelo grupo governista?
- 12- Quais os atores sociais que representaram o grupo governista?

4. DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

4.1- População e amostragem

Os sujeitos da pesquisa foram os atores sociais que desempenharam papel relevante no período citado, cuja amostragem compõe-se de: dirigentes universitários, políticos, líderes estudantis, lideranças da comunidade; citados em documentos, jornais da UNIOESTE e da região.

4.2- Delineamento da Pesquisa

A pesquisa é um estudo de caso, delimitado pelo período da criação da Fundação Federação Estadual de Instituições de Ensino Superior do Oeste do Paraná, em 27 de abril de 1987, pelo decreto nº 399, até a posse do primeiro Reitor eleito, Professor Erneldo SchalleMBERger, em dezembro de 1995.

4.3- Dados: Coleta e Tratamento

a- Dados Primários

O critério para determinação da seleção dos sujeitos e tamanho da amostra é definido pela aplicação de um procedimento técnico conhecido por "bola de neve"⁵⁶. Tal técnica determinou o tamanho da amostra, pois os sujeitos inquiridos seguiram informando pessoas que tiveram relação com os fatos e que também foram interrogadas. O uso desta técnica permitiu tanto a confrontação de informações e a aquisição de dados adicionais, nem sempre recordados no momento da entrevista, como garantiu um certo controle sobre a fala dos informantes.

A forma de abordagem dos sujeitos selecionados, foi resolvida utilizando-se a técnica da "entrevista guiada". O uso da entrevista guiada por perguntas previamente formuladas pelo entrevistador com base em informações anteriormente adquiridas, oportunizou tanto a confrontação com informações obtidas, como tornou possível o aprofundamento de determinados aspectos entendidos como essenciais.

⁵⁶ THIOLLANT, Michel., **Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária**, São Paulo: Polis Ltda., 1981.

No texto "Metodologia do Trabalho Científico" Severino chama atenção para um aspecto que foi observado na realização desta dissertação. "Só a teoria pode dar valor científico a dados empíricos, mas, em compensação, ela só gera ciência se estiver em interação articulada com esses dados empíricos."⁵⁷

Este autor sugere que existem dois momentos articulados na realização dos trabalhos científicos, ou seja, um que é "real" e diz respeito aos procedimentos técnicos adotados no levantamento dos dados, e outro que é "lógico", estando ligado à intervenção teórica. A confluência destes dois momentos da pesquisa que, embora interligados, são realizados em momento mais ou menos distintos, se faz mediante o processo de intervenção da teoria na interpretação dos dados empíricos. As duas etapas do processo são denominadas por metodologias epistemológicas e processos técnicos.

b- Dados secundários

Foram analisados os documentos oficiais das antigas Fundações Municipais, da Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná, do Conselho Estadual de Educação e da Secretária de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, órgão estadual ao qual atualmente está subordinada a UNIOESTE. Estas fontes constituíram em matriz para um levantamento inicial da amostra pertinente ao estudo. Da mesma forma, foram utilizadas as observações pessoais que fizemos durante o período que participamos do processo de implantação da UNIOESTE.

⁵⁷ SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez, 1986. p. 191.

IV - ESTRATÉGIAS DO GRUPO CONSERVADOR.

Desde 1971, lideranças do oeste do Paraná lutavam para implantar o Ensino Superior na região. Em 1972 surge a FECIVEL⁵⁸. Em 1979 a FACISA⁵⁹. Em 1980 a FACIMAR⁶⁰ e a FACITOL⁶¹.

No governo de José Richa e João Elísio foram tomadas decisões que vieram permitir a estadualização das faculdades do oeste do Paraná, mas foi o governador Álvaro Dias que assinou o decreto nº 399 no dia 27 de abril de 1987 instituindo a Fundação Federação Estadual das Instituições de Ensino Superior do Oeste do Paraná.

O início da estadualização das faculdades do oeste se deu muito mais por pressão da população e lideranças universitárias do que por sensibilidade dos governos. Tanto foi assim que Álvaro Dias adotou desde o início de seu governo, uma postura estratégica de “desmantelamento da educação e do ensino Superior”⁶², alegando que os custos, as reduzidas pesquisas e o número excessivo de servidores nas universidades e faculdades isoladas consumiam recursos da educação de 1º e 2º graus. Deixou claro isto, quando as estratégias dirigidas à educação de nível superior começaram a ser implementadas.

No final do Governo de Álvaro Dias e durante o processo eleitoral para Governador do Estado, em 1992, os candidatos a sucessão de Dias, já avistando as potencialidades políticas do controle sobre uma instituição

⁵⁸ Faculdade de Ciências e Letras de Cascavel- FECIVEL

⁵⁹ Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Foz do Iguaçu. FACISA.

⁶⁰ Faculdade de Ciências de Marechal Cândido Rondon. FACIMAR.

⁶¹ Faculdade de Ciências de Toledo. FACITOL.

⁶² Álvaro Dias, durante seu mandato de governador tomou decisões autoritárias em relação à educação. Durante uma concentração de professores da rede Pública Estadual que reivindicavam melhores salários e condições de trabalho em frente ao Palácio Iguaçu, permitiu que a Polícia Militar usasse cavalos, jogando os animais contra os manifestantes.

influyente no Oeste do Paraná iniciaram uma estratégia de aliança, “arranjo entre candidatos a governador e vice”.⁶³ Esta estratégia foi operacionalizada entre os candidatos Roberto Requião e Mário Pereira, ambos do PMDB.

Esta aliança se deu em função de Mário Pereira estar ligado à região do Oeste do Paraná, o que, no balanço eleitoral, permitia a possibilidade da chapa ser eleita, pois Requião representava a região de Curitiba e o adversário mais forte na época era o Deputado José Martinez do, PRN, candidato apoiado pelo Presidente Collor.

Martinez, representava a região do Norte do Paraná, tradicionalmente mais forte nas campanhas eleitorais, inclusive porque a maioria dos governadores do Paraná, tiveram sua origem no norte do Estado.

Requião, construiu sua carreira política, advogando para sindicatos de trabalhadores na região de Curitiba e foi a base nos sindicatos que lhe garantiu a eleição para Deputado Estadual. Posteriormente, conseguiu sua eleição para Prefeito de Curitiba, derrotando Jaime Lerner que mesmo com suas destacadas administrações anteriores ficou em segundo lugar, pois, na época pesou o fato de ter sido nomeado duas vezes pelos militares para o exercício do cargo de Prefeito da capital Paranaense. Requião elegeu-se Prefeito com um discurso socialista e também devido a sua atuação no legislativo paranaense. Era o paladino dos pobres, desafortunados, explorados. Sua campanha denunciava a corrupção, o judiciário, os latifundiários e exploradores.

⁶³ Pela primeira vez na história do Estado do Paraná, um político do Oeste, Mário Pereira, apoiado pela elite latifundiária e empresarial, conseguiu aproximar-se do Palácio Iguaçu, sede do Governo Estadual. Requião não tendo conseguido parceria de políticos do Norte procurou apoio no Oeste, formando uma aliança que tornou possível o sucesso eleitoral.

Na campanha para Governador, Requião e sua assessoria de comunicação conseguiram através de um depoimento falso no programa eleitoral pela televisão, caso já provado na justiça. inclusive com sentença condenatória contra seu assessor de comunicação, que um certo Ferreirinha denunciase a família de Martinez, relatando que no passado haviam mandado executar posseiros devido as questões de terras do Paraná. Este depoimento falso, foi explorado ao máximo contra o candidatura Martinez, o que contribui muito para a definição das eleições para Governador no Paraná.

O Oeste do Paraná votou em peso na dupla Requião/Pereira, pois era a primeira vez que um representante do Oeste poderia chegar ao Palácio Iguaçu.

O perfil político de Requião até aquele momento, antes do depoimento falso no “caso Ferreirinha”,⁶⁴ indicava ser ele um legítimo representante do socialismo, seu discurso contra os latifundiários e as oligarquias no Paraná o credenciavam a ser o candidato da maioria pobre e desassistida.

Mário Pereira representava os empresários e latifundiários do oeste do Paraná. Conseguiu aglutinar a sua volta a maioria do povo oestino, pois era a primeira vez que um político do oeste representava a região em eleições majoritárias. Com esta aliança e a artimanha forjada na mídia, Requião e Mário Pereira conseguiram assumir o governo do Estado.

⁶⁴ Ferreirinha, era o nome da falsa testemunha inventada pela equipe de Requião que em programa eleitoral, denunciou a suposta violência efetuada pela família do candidato Martinez (PRN), adversário de Requião (PMDB) nas eleições para Governador do Paraná.

A aliança firmada entre os dois candidatos do PMDB, mostrou-se mais tarde, contraditória, pois não havia identidade ideológica entre as partes, sendo apenas uma estratégia para a subida ao poder.

A ascensão de Requião ao governo do Estado foi a continuidade do desmantelamento da educação superior pública estadual no Estado do Paraná. Uma das estratégias de desestruturação do Ensino superior foi a “perseguição política”, iniciando-se pela perseguição ao Prof. José Kuiava⁶⁵.

Kuiava, pedetista, brizolista, nunca escondeu sua filiação partidária. Foi Presidente do PDT na cidade de Cascavel. Pregava que a sua condição de homem público exigia uma opção política partidária clara e transparente, o que não impedia em hipótese alguma a ocupação de cargos públicos, principalmente na sua área de atuação, a educação pública. Intelectual, divulgador das idéias socialistas, esteve durante sua trajetória profissional a frente dos movimentos educacionais importantes do Oeste do Estado do Paraná. Combateu os governos estaduais cujas políticas educacionais, conforme sua visão, não atendiam as necessidades do oeste e propôs soluções para a questão educacional no Paraná.⁶⁶

A combatividade, as críticas e, principalmente, por não pertencer ao partido que detinha o poder estadual, eram os motivos pelos quais as autoridades impediam suas ações em prol das diversas instituições

⁶⁵ José Kuiava, Filósofo, Mestre em Educação, Professor de Ensino do 2º grau do Estado do Paraná, Professor Universitário na FACISA, Diretor de Colégio Estadual em Foz do Iguaçu, Fundador e Diretor da ASSOESTE, Professor e Diretor da FECIVEL, Presidente da UNIOESTE. Atualmente exerce o cargo de Assessor de Convênios da Reitoria da UNIOESTE.

⁶⁶ Kuiava analisou a política Educacional do Estado do Paraná no governo Richa em sua dissertação de mestrado.

educacionais públicas do Oeste do Paraná por quais passou. As autoridades dificultavam o acesso de Kuiava aos órgãos públicos estaduais.

Assim se expressou, certa vez, na televisão o, então, Vice-governador Mário Pereira: *“ por que que vou receber em meu gabinete sem marcar hora uma pessoa que só faz crítica ?”*

Esta restrição a Kuiava, era estendida a todos que com ele trabalhavam. Foi a estratégia montada para desestabilizar a direção da UNIOESTE e colocá-la em choque direto com a comunidade. Divulgava-se que as coisas não aconteciam na UNIOESTE porque seu presidente era de outro partido e que usava seu cargo para fazer política partidária. Esta estratégia ficou explícita, quando, durante o processo eleitoral para escolha do Diretor Presidente da Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná em 1992, representantes do Estado alegavam que o candidato Erneldo SchalleMBERger⁶⁷ era herdeiro de Kuiava, por isso sua nomeação não aconteceria.

Após a nomeação do Prof. Marcos Vinícius Pires de Souza⁶⁸ para presidência da UNIOESTE a “estratégia de perseguição” tornou-se prática

⁶⁷ Erneldo SchalleMBERger, Professor na FACITOL, Assessor de Assuntos Acadêmicos da UNIOESTE, Mestre em História da Cultura, foi o candidato a Diretor Presidente da UNIOESTE na eleições de 1992. Apoiado pelos grupos histórico e emergentes, respectivamente, o grupo dirigente liderado pelo Prof. Kuiava e os professores concursados e titulados da UNIOESTE recém contratados liderados pelos Diretores: Eurides Rossetto da FECIVEL, Ricardo Roberto Behr e Silvana Aparecida de Souza. ambos da FACISA, Tarcísio Vanderlinde da FACIMAR e Celso Hoffmann da FACITOL. A chapa composta por SchalleMBERger e Lair José Bersch foi eleita com a maioria dos votos, mas foi impedida de tomar posse.

⁶⁸ Marcos Vinícius Pires de Souza, Professor da FECIVEL, Mestre em Física, quase não conseguiu ser aceito para ser professor da FECIVEL. O grupo retrógrado (conservador), composto por professores em sua maioria da FECIVEL, aqueles que não fizeram concurso e não tinham titulação, impediam de todas as formas que candidatos com titulação maior conseguissem serem aprovados nos concursos públicos. As bancas eram montadas de forma a permitir somente que candidatos “apadrinhados” passassem nos concursos. Percebendo esta estratégia, o Diretor da FECIVEL, Prof. Rossetto, exigiu banca externa para que o Marcos Vinícius fosse avaliado. Aprovado no concurso por banca neutra, Marcos Vinícius imediatamente iniciou sua carreira relâmpago. Coordenou o laboratório de física,

comum. A estratégia foi explicitada e estendeu-se a outras pessoas. Como bem esclarece Vanderlinde: “Requião não demonstrou grande interesse a não ser destituir diretores que ousaram ‘afrontar’ o poder”⁶⁹

Marcos Vinicius passou a estender os braços do Estado arbitrário em volta dos diretores que lhe faziam oposição, conforme afirma Scherer:

“Os que persistiram em manter a resistência, foram demitidos e submetidos a duvidosos inquéritos administrativos, como foi o caso dos diretores José Luiz Ames (Toledo)⁷⁰, Eurides Rossetto⁷¹ (Cascavel) e Ricardo Roberto Behr (Foz do Iguaçu).”⁷²

Os processos Administrativos, tornaram-se práticas usuais, abriam-se sindicâncias contra qualquer diretor ou professor que ousasse não concordar com as decisões unilaterais do governo e da direção da UNIOESTE. Kuiava, Rossetto, Behr, Ames, foram alguns dos perseguidos.

Nesta ocasião Marcos Vinicius publica Editorial no UNIOESTE Informativo:⁷³

“A luta de nossa instituição não é direcionada contra o Governo do Estado - seu mantenedor. Muito menos, contra os diversos segmentos da sociedade em que estamos inseridos e, com os quais, devemos buscar sempre uma maior integração. Também não é interna, entre as diversas classes que formam a nossa comunidade acadêmica e que, embora diversas, somente unidas representam os nossos ideais.

que o Diretor Rossetto montou. Através do laboratório conseguiu aproximar-se da ACIC aproveitando a sua posição institucional. Filiou-se ao PMDB, conseguiu o apoio dos professores retrógrados (aqueles que não o queriam como professor da FECIVEL) e dos emergentes (novos, porém conservadores) para concorrer a presidência da UNIOESTE. Caiu nas “graças” do Vice-governador Mário Pereira. Perdeu as eleições, mas foi nomeado Presidente da UNIOESTE por Requião. Exerceu o mandato. continuou como Reitor ‘*pró-tempore*’. Em 1995 perdeu novamente as eleições para Schallemberger, mas dessa vez o resultado das urnas foi preservado. Ernildo Schallemberger foi nomeado e é o primeiro Reitor legítimo da UNIOESTE.

⁶⁹ VANDERLINDE, Tarcísio. Depoimento concedido a Ricardo R. Behr. Cascavel: 1996.

⁷⁰ Prof. José Luiz Ames, Filósofo, Mestre em Filosofia, foi Diretor da FACITOL. Atualmente é Assessor da Reitoria da UNIOESTE.

⁷¹ Prof. Eurides Rossetto, graduado em Letras, Mestre em Letras-Ingles, foi Diretor da FECIVEL (Cascavel), foi Assessor de Assuntos acadêmicos (Pró Reitor Acadêmico) da UNIOESTE. Atualmente é Professor e Coordenador do 3º Grau do CEFET- PR. Pato Branco.

⁷² SCHERER, 1996.

⁷³ UNIOESTE Informativo, nº 2, ano I. Agosto de 1993. Editorial “A Luta da UNIOESTE.”

Nossa luta tem uma direção e sentidos bem definidos, que apontam insofismavelmente para o reconhecimento e consolidação da UNIOESTE. Qualquer outra luta neste instante, diferente desta, não representa a nossa bandeira institucional, mas sim os interesses escusos de alguém ou algumas pessoas que não compartilham de nossas metas.(...)"(grifo nosso)

Ficou muito evidente, que Marcos Vinícius não permitia divergência, ou se pensava como ele ou então seus opositores eram perseguidos implacavelmente.

O Jornal Gazeta do Paraná⁷⁴ publicou em manchete na 1ª página com o seguinte texto:

“O diretor-presidente (sic) da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel (FECIVEL), Eurides Rossetto, foi demitido ontem pelo governador Roberto Requião sob a alegação de atuar contra os interesses da entidade. Para o governador, Rossetto fazia parte da equipe de Nilton Friedrich. ‘O Nilton morava no Rio de Janeiro, era funcionário do Governo sem minha autorização. O Rossetto é um dos remanescentes da equipe do Nilton’ explicou irritado. Já ao se referir a Rossetto, o governador comentou que a diretoria da FECIVEL possuía CR\$ 2 bilhões aplicados, mas mantinha a entidade em funcionamento precário. ‘Chegava até a faltar giz nas salas de aula e isso é inaceitável’.

(...) Com a demissão de Rossetto da FECIVEL, o Partido dos Trabalhadores (PT) perde um importante apoio dentro da comunidade universitária. Salienta-se que o mesmo não foi demitido por militar politicamente, mas por incompetência na gestão do campus universitário”

O jornal do SINTEOESTE⁷⁵ publica matéria referindo-se a exoneração do Prof. Eurides Rossetto.

“O Prof. Eurides Rossetto, Diretor da FECIVEL, foi conduzido ao cargo pelas vias democráticas, no final de 1990. Sua eleição foi legitimada por mais de 55 por cento dos votos da comunidade acadêmica. Eurides representava oposição a uma administração extremamente centralizada e burocrática e ao emperramento e sucateamento das questões acadêmicas, diretamente ligadas aos fins da universidade: o ensino, pesquisa e extensão. Hoje representa a maior oposição a intervenção e ingerência política na UNIOESTE, patrocinadas

⁷⁴ Gazeta do Paraná, 29 de agosto de 1993, Cascavel, Artigo “ Demitido Diretor da FECIVEL”

⁷⁵ Jornal do SINTEOESTE, nº 3, ano I, setembro de 1993, entrevista “Não a Intervenção” p.3

pelo governador Roberto Requião e pelo professor Marcos Vinícius Pires de Souza, nomeado Diretor-Presidente da instituição bionicamente, após ter sido derrotado nas urnas. A FECIVEL, sem dúvida, é o maior foco de resistência pela democracia e autonomia da UNIOESTE. Nesta entrevista, Eurides Rossetto esclarece os principais fatores desta celeuma. Sua exoneração, se for oficializada, fechará, não resta a menor dúvida, o ciclo intervencionista na UNIOESTE”.

O ex-Deputado Federal Nelton Friedrich do PDT, ocupava um cargo de Assessoria na UNIOESTE, sua função era a de trabalhar junto aos órgãos públicos federais para viabilização de projetos que necessitavam de verbas Federais.

Para ser funcionário da UNIOESTE em cargo comissionado não havia necessidade da autorização do governador bastava apenas que o Diretor-Presidente nomeasse quem quer que fosse. O fato de Nelton Friedrich ser do PDT, mesmo partido de Kuiava, Diretor-Presidente da UNIOESTE, foi a causa que deixou Requião irritado.

Quanto a Rossetto pertencer a equipe do Nelton, não tem nenhum fundamento, pois Rossetto era Diretor eleito da FECIVEL, não tinha nenhuma ligação partidária com o ex-Deputado Nelton Friedrich e em nenhum momento trabalhou para o ex-Deputado.

No que se refere ao PT, Rossetto, não era filiado ao partido. Era no máximo simpatizante. O que incomodava ao Governador, Vice-governador e ao Presidente da UNIOESTE, Marcos Vinícius, era que Rossetto tinha idéias muito semelhantes as divulgadas no programa do Partido dos Trabalhadores, além do que Rossetto, junto com Kuiava e Behr, não aceitou e criticou em todas as oportunidades, a política do governo do Estado para o

ensino superior e a nomeação de Marcos Vinícius para Diretor-Presidente da UNIOESTE.

Quanto ao dois bilhões de cruzeiros aplicados, é sabido que na Administração pública o que vale é a lei orçamentária, isto quer dizer que o dinheiro referente a uma determinada rubrica, não pode ser aplicada em outra. Naquela ocasião, o dinheiro aplicado estava destinado a obras, investimentos, portanto não poderia ser aplicado em custeio, compra de giz, etc., e se Rossetto gastasse o dinheiro em outra coisa a não ser o previsto no orçamento, aí sim, estaria praticando um falta administrativa grave, desvio de dinheiro público, que seria no mínimo ilegal.

Outra estratégia direcionada à desestruturação da gestão do Prof. José Kuiava foi a “constante visita de auditores do Estado”, que buscavam constantemente o levantamento de problemas, principalmente os relacionados às questões financeiras. Essas auditorias, na maioria da vezes, foram ocasionadas por denúncias irresponsáveis, como uma da várias feitas pela Profa. Nilza Bello⁷⁶ da FECIVEL, que acusou Kuiava de ter desviado recursos e por maus tratos.⁷⁷

O Estado aproveitava as denúncias e remetia imediatamente auditorias. Em muitas ocasiões autorizava a abertura de sindicâncias e

⁷⁶ A Profa. Nilza Bello, do grupo retrógrado conservador, foi candidata por duas vezes a direção da UNIOESTE. Na eleição de 1992, teve como vice de sua chapa a figura folclórica do Prof. Dr. Nilton Sabbá Guimarães, do grupo emergente conservador, da FACISA, detentor de 2 doutorados e 3 mestrados, em seu currículo constava ter sido membro da liga anticomunista, do que tinha imenso orgulho. Nilza Bello reivindicava o direito “natural” e “hierárquico” de ser a Reitora, porque sua aposentadoria se aproximava e por ser uma das professoras mais antigas da Universidade.

⁷⁷ Nilza Bello acusou Kuiava de tê-la expulsado do gabinete da Presidência da UNIOESTE com empurrões. Durante a sindicância que foi aberta pelo Palácio Iguaçu, Nilza Bello foi intimada a comparecer para depor, mas suas denúncias não foram consideradas, pois devido a sua prática de denúncias constantes sem fundamento, a professora não teve credibilidade nem com aqueles que buscavam quaisquer argumentos para perseguir Kuiava e os outros diretores da UNIOESTE.

processos administrativos, o que passou a ser prática constante da administração estadual em relação a UNIOESTE.

As auditorias se revezavam, ora a Secretaria da Fazenda, em seguida o Tribunal de contas, em outros momentos, técnicos da Secretaria de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior.

As auditorias sempre encontraram as finanças e os cumprimento de normas administrativas em ordem na gestão Kuiava. Os diretores das faculdades e a direção central trabalhavam com a maior lisura possível, como recomendam os princípios da administração pública, probidade, impessoalidade, etc. Todos os diretores, José Kuiava, Eurides Rossetto, Ricardo Roberto Behr, José Ames e Tarcísio Vanderlinde, tiveram suas contas aprovadas com certidões expedidas pelo Tribunal de Contas.

Outra estratégia que visava gerar dificuldades na administração da UNIOESTE na gestão do prof. José Kuiava foi a de "retardamento do reconhecimento da UNIOESTE".

O Vice-Presidente do Conselho Estadual de Educação, Prof. Teófilo Bacha Filho, nomeado pelo governador sem ter sido eleito por seus pares, participou nos governos Álvaro Dias, Requião e Mário Pereira como assessor especial no Palácio Iguaçu. Exercia ainda o cargo de professor da rede pública estadual e mesmo não sendo prof. universitário, foi presidente da Câmara de Ensino Superior do Conselho Estadual de Educação, CEE.

O Prof. Teófilo Bacha foi nomeado relator do processo de reconhecimento da UNIOESTE e, como tal, dirigiu os trabalhos de acordo com os ventos que sopravam do palácio Iguaçu. Entre seus convidados para fazer a peritagem da UNIOESTE, com a responsabilidade de emitir parecer

técnico sobre as atividades e etapas a serem cumpridas para o alcance do reconhecimento estava o Prof. Dr. José Dias, da UNICAMP, irmão do ex-governador Álvaro Dias. José Dias presidiu os trabalhos da Comissão de peritos para avaliação das condições para reconhecimento da UNIOESTE. Foi responsável inicialmente pelo estudo e proposta do projeto da estrutura organizacional da UNIOESTE, sendo portanto de sua competência a aprovação da estrutura organizacional implantada.⁷⁸

Bacha, exigiu o cumprimento de diversas etapas, que depois da nomeação de Marcos Vinícius para presidente da UNIOESTE perderam seu caráter de imprescindíveis, por exemplo: a questão da exigência de 35%⁷⁹ do quadro docente composto por mestres e doutores.

Uma outra exigência do CEE, era de que cada *campus* instalasse os cursos conforme o planejado. O que a Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Foz do Iguaçu, FACISA, procurou cumprir, remetendo um projeto de novo curso ao CEE, ao mesmo tempo que providenciava instalações,⁸⁰ equipamentos e professores para um curso na área de computação eletrônica. Porém, mais uma estratégia desmanteladora foi acionada. Mário Pereira, ao assumir interinamente o governo do Estado em dezembro de 1992, numa atitude claramente bairrista autorizou a instalação

⁷⁸ A estrutura organizacional implantada, centralizou as decisões na Reitoria em Cascavel, permitiu a criação de inúmeros cargos comissionados e “inovou” no desenho organizacional, implantando departamentos com sede a mais de 200 quilômetros do centro a qual estão subordinados. Foram Criados cargos de Diretores Administrativos de Centros e de Diretores Pedagógicos de Centros. A estrutura implantada é uma mistura das diversas estruturas organizacionais (Matricial, funcional, departamental, por projetos) encontradas na literatura sobre o assunto. É uma estrutura que representa o projeto centralizador e autoritário imposto por Mário Pereira, Dias, Bacha e Marcus Vícios.

⁷⁹ A Universidade Estadual de Ponta Grossa com mais de 20 anos de existência nem de longe alcançava este índice.

⁸⁰ Através de convênio com a FACISA, a Itaipu Binacional. fez toda a instalação para os micros computadores que fariam parte dos laboratórios do curso de Ciência da Computação.

do curso de Processamento de Dados em Cascavel, não respeitou o planejamento da UNIOESTE, que previa a instalação de curso da área de computação eletrônica em Foz do Iguaçu.

O Prefeito de Foz do Iguaçu, Dobrandino Gustavo da Silva, do PMDB, representante contemporâneo do coronelismo brasileiro⁸¹, na versão paranista populista, apoiou desde a campanha eleitoral seus “companheiros de partido”, Requião e Mário Pereira. Dobrandino nada fez, aceitou passivamente que a cidade de Foz do Iguaçu tivesse prejuízo. A cidade acabava de perder a prioridade para a instalação do curso de ciência da computação. Dobrandino não impediu que situações já definidas no âmbito interno da UNIOESTE, fossem desfeitas ao nível político regional.

O jornalista Juvêncio Mazzarollo publicou o seguinte comentário sobre a luta para a implantação do curso de Ciência da Computação em Foz do Iguaçu:

“(...) A luta pela conquista do curso de Ciência da Computação, aliás por si só revela a perfeição e o estado de indigência em que a faculdade é mantida. Em 92, em plena campanha eleitoral, para prefeito e vereadores, o então diretor da FACISA, professor Ricardo Roberto Behr, eleito pela comunidade acadêmica, batalhava nas frentes estadual, municipal e empresarial para conseguir os equipamentos necessários para o curso pretendido. Ao invés de apoio e ajuda, o que conseguiu, foi envolver-se numa encrenca que lhe custou o cargo, por conta da politicalha. Atritou-se com o governador Roberto Requião, o Vice-governador Mário Pereira e o candidato a prefeito Dobrandino Gustavo da Silva, e, ao invés do novo curso para a FACISA, recebeu sua exoneração.(...)”⁸²

No plano de ação da UNIOESTE estava acordado que o curso de Ciência da Computação deveria ser implantado em Foz do Iguaçu, mas o

⁸¹ Sobre “coronéis” Ver livro de VASCONCELOS João Gualberto M. A invenção do coronel Editora UFES, Vitória. 1996.

⁸² Revista Oeste, nº 87, outubro de 1993

governador Mário Pereira que assumira interinamente o governo em dezembro de 1991, autorizou a implantação do curso na cidade de Cascavel, sem respeitar tudo o que fora decidido pela comunidade acadêmica.

Obedecendo a lógica do grupo político hegemônico de Cascavel, o Presidente da Fundação UNIOESTE, Kuiava e o Diretor da FECIVEL, Rossetto silenciaram,⁸³ evidenciando uma contradição, pois haviam aprovado o planejamento de novos cursos e participavam da Comissão de Planejamento⁸⁴ com um discurso contra a hegemonia Cascavelense.

PROJEÇÃO QÜINQUÊNAL DOS NOVOS CURSOS PARA A UNIOESTE POR CENTRO UNIVERSITÁRIO

FACULDADE	1990/91	1992	1993	1994	1995
FECIVEL	direito informática ⁸⁵	fisioterapia química medicina	nutrição	belas art. arquitetura urbanismo	eng. civil eng. mec.
FACITOL	eng. química	eng. pesca psicologia	farmácia c. políticas	eng. alimen estatística	q. industrial geologia
FACIMAR	agronomia	l.an./germa geografia	veterinária	plaj.urban o eng. prod.	eng. florestal zootecnia
FACISA ⁸⁶	computação	pedagogia ecologia	e.elétrica c.sociais	ed.artist. economia	matemática comunicação

Fonte: Plano de ação e concepção da UNIOESTE 91/92

⁸³ Os Professores Kuiava e Rossetto, devido às circunstâncias, preferiram silenciar, pois a instalação de um curso do peso de Ciência da Computação na cidade de Cascavel naquele momento aliviaría tensões, pois eles estavam pressionados por toda a comunidade Cascavelense.

⁸⁴ A Comissão de Planejamento era hierarquicamente o órgão de deliberação superior da Fundação UNIOESTE, composto pelo Presidente e Vice-Presidente da UNIOESTE e pelos diretores da FECIVEL, FACITOL, FACIMAR e FACISA.

⁸⁵ A Comissão de Planejamento da UNIOESTE, acordou em ata. que a FACISA e FECIVEL instalariam concomitantemente os cursos na área de computação. mas a “preferência para a instalação seria da FACISA”, caso os recursos só pudessem atender a um curso.

⁸⁶ O Diretor da FACISA que participou da elaboração do Planejamento de novos cursos, foi o Prof. Franco Sereni.

A estratégia de “manutenção da hegemonia de Cascavel” foi tão eficaz que o prefeito de Foz do Iguaçu, Dobrandino, nada fez com referência a decisão de instalação do curso na área de informática em Cascavel, mesmo acionado pelo diretor da FACISA, que através da imprensa escrita e eletrônica de Foz do Iguaçu conclamou os políticos locais e comunidade a trabalharem para manter o curso de Ciência da Computação em Foz do Iguaçu. O Prefeito ao invés de abraçar a causa, investiu contra o Diretor da FACISA, Prof. Ricardo Roberto Behr, mandando-o pedir demissão e ameaçando-o de tirar-lhe o cargo caso não se exonerasse. O que veio a acontecer mais tarde, devido a influência política do prefeito.

O curso de Ciência de Computação, com o nome de Processamento de Dados, teve “autorização para funcionar em Cascavel pelo governador interino Mário Pereira em dezembro de 1991”, mês de férias, época de desmobilização na UNIOESTE e na FACISA.

Os arranjos de poder entre os políticos locais, privilegiaram a hegemonia da cidade pólo, basta verificar as sedes regionais das instituições públicas: a reitoria da UNIOESTE, o Hospital Público regional, o Quartel General do Exército, a sede regional da Companhia Telefônica, da empresa de Saneamento, todas em Cascavel.

Mas tais arranjos nunca foram uma forma de se resolver as questões da Comunidade Oestina. Os “conchavos” foram orientados pelo poder e serviram em primeira mão ao político que detém a maior parcela de poder junto às elites locais, regionais e estadual, Daí, não é de se estranhar que um prefeito aliado ao poder político estadual, não aceitasse confrontar-se com aquele que viria a ser o governador do Estado. O Prefeito Dobrandino,

preferiu investir contra uma liderança emergente. simples, mas que lhe incomodava.

Centenas de secundaristas do extremo Oeste do Paraná tiveram que adiar a possibilidade de freqüentar um curso moderno e de fácil absorção pelo mercado, devido à decisão de uns poucos políticos que não estavam preocupados com a questão educacional de nível superior, na região do Oeste do Paraná, mas sim com suas posições pessoais, com a lógica da hegemonia e com seus futuros políticos.

A estratégia de "utilização das elites" para manutenção do *status quo*, da hegemonia da cidade de Cascavel e da hegemonia da elite econômica sobre as demais elites e sobre as demais cidades do Oeste, foi a estratégia montada para envolver os grupos que preocupados com a trama de "consolidação" da UNIOESTE, tinham as características de composição de elites. Todos estes grupos (intelectual, econômico, político), divididos em facções se substituem uns aos outros com o objetivo do exercício do poder. A elite política oestina no poder, liderada por Mário Pereira, percebeu que a elite intelectual que dirigia a UNIOESTE poderia tomar rumos que não interessava à elite econômica local. Diante desta possibilidade, apressou-se em cooptar intelectuais, professores da UNIOESTE. para retomar o caminho que permitisse a Cascavel e à elite econômica manter a hegemonia na região.

Características claras de formação de elites, foram evidenciadas nas articulações tramadas entre os grupos que buscavam o controle da UNIOESTE, Nestas articulações surge o movimento "Universidade Já!" definido por Scherer:

“O movimento ‘Universidade Já’ era, inicialmente, um movimento para desacreditar a UNIOESTE, fracioná-la e torná-la apenas de Cascavel. Visava exatamente a criação de uma universidade só para Cascavel, e projetar politicamente algumas pessoas. Quando alguns líderes se deram conta das exigências e de que era mais fácil investir na própria UNIOESTE, mesmo ‘multcampi’, o movimento definhou e se reduziu a um grupo de empresários e de administradores públicos para tentar assim mesmo criar uma universidade (ou faculdade) particular, o que culminou com a “compra” de projetos e de cursos de entidade de Presidente Prudente/SP, e que deu origem a UNIVEL⁸⁷, criada em agosto.”⁸⁸.

A estratégia desenvolvida pelo “Movimento Universidade Já” pretendia num primeiro momento enfraquecer o grupo que trabalhava pela construção de uma Universidade pública e compromissada com o desenvolvimento social da região. Pereira comenta :

“O movimento tinha como proposição central um ‘apartheid’ cultural e universitário, garantindo assim uma universidade particular forte e centralizada em Cascavel. Os demais integrantes (Foz do Iguaçu, Mal. Cândido Rondon e Toledo) passariam a ser meras faculdades isoladas”.⁸⁹

O “Movimento Universidade Já” serviu de respaldo “popular” ao Governador Mário Pereira, para legitimar as decisões governamentais para implantação da UNIOESTE . Serviu também para a compra de uma faculdade particular. Clara demonstração de que os “empresários” engajados no movimento estavam preocupados com a instalação de uma empresa lucrativa e não com a questão do ensino público e gratuito.

O movimento “Universidade Já” se articulou à elite econômica, aos empresários da cidade de Cascavel, com a elite política relacionada ao governo estadual e com a facção da elite intelectual dirigida por Marcos

⁸⁷ UNIVEL - Universidade de Cascavel, Instituição particular de ensino superior, criada em agosto de 1995, como resultante do “Movimento Universidade Já”.

⁸⁸ SCHERER, 1996.

⁸⁹ PEREIRA, Maria Ceres. Depoimento concedido a Ricardo Roberto Behr. Campinas. 1996.

Vinícius, Presidente da UNIOESTE. O movimento colocava seu potencial reivindicatório no reconhecimento da UNIOESTE respaldado não nos critérios de eficiência e "qualidade", mas nos laços clientelistas que o então Vice-governador do Estado, Mário Pereira, e alguns deputados estabeleceram com as elites da região⁹⁰

Confiantes em que o então Vice-Governador atenderia, segundo suas promessas de campanha, à solicitação de implantação de novos cursos (engenharia, medicina, direito, odontologia, etc.), a elite econômica tinha como certo que as pressões junto ao governo do Estado surtiriam efeito no sentido de atender à demanda desta elite que via, na implantação destes cursos, a possibilidade de manter próximos seus filhos em vez de "mandá-los" para outras cidades no período de realização dos estudos superiores.

Em síntese, a articulação entre elite econômica, intelectual e política é clara na atuação deste movimento. A ambição de garantir uma formação no nível do terceiro grau não se relaciona, para o grupo que ora detém a supremacia, somente ao atendimento da demanda gerada pelo acelerado desenvolvimento econômico da região, mas também a necessidade de reprodução e de perpetuação da elite dominante no poder. Portanto, reside nesta alteração dos fins a que se destina a UNIOESTE uma das diferenças fundamentais no que tange às concepções de grupos que têm, no cenário econômico e político regional, diferentes coligações e interesses.

Outra estratégia utilizada pelo grupo conservador para a manutenção do poder foi a "cooptação" feita pelo PMDB. O partido político no poder

⁹⁰ CRISTAN, Mara Lucia. Projeto de Universidade do Oeste do Paraná pode ruir I. In: Jornal "A Gazeta do Iguaçu", 15/03/92.

chamou para suas fileiras alguns professores que fizeram suas filiações pouco antes da eleições de 1992 para a presidência da UNIOESTE, entre eles, o professor Marcos Vinícius, que passou a ser o candidato a presidente preferencial do então Vice-Governador do Estado do Paraná, Mário Pereira.

Na coligação das elites em torno de um objetivo comum, manter o "*status quo*", a elite intelectual, como facção do grupo que detém a supremacia sobre os demais, auxilia a disseminação de uma ideologia cultural e moral que busca a promoção de uma estratégia de consenso entre a massa. A cooptação do grupo liderado por Marcos Vinícius visava utilizar os "intelectuais" para disseminar a ideologia da elite econômica de Cascavel. Esta estratégia foi denunciada pelo grupo histórico liderado por Kuiava. O grupo hegemônico se valeu então da opressão para manter sob sua direção a UNIOESTE que era até aquele momento dirigida pelo grupo liderado por Kuiava.

A estratégia de cooptação teve seu auge sobre a figura de Marcos Vinicius, uma vez que sua trajetória na UNIOESTE facilitava sua aproximação com a elite econômica e política de Cascavel.

Marcos Vinicius aproveitou-se do *status* que o cargo de Professor e Coordenador do laboratório de física da FECIVEL lhe proporcionava e aproximou-se da Associação Comercial e Industrial de Cascavel, ACIC. Introduziu-se no meio industrial e comercial de Cascavel, tarefa fácil, uma vez que sua filiação ao partido do governo já havia sido concretizada. Apadrinhado pelo então Vice-Governador, que viu em sua pessoa, alguém capaz de realizar exatamente o que lhe mandassem, conforme declaração

do deputado Joni Varisco do PMDB, citado por Scheidt “ não queremos um Reitor que seja bom, queremos um Reitor que faça o que mandarmos” ⁹¹. Desta forma Marcos Vinicius e seu grupo iniciaram a caminhada rumo a direção da UNIOESTE.

Outros professores, intelectuais do oeste do Paraná, após a nomeação de Marcos Vinicius, foram agraciados pelos governos municipais e estadual do PMDB com cargos nas respectivas estruturas governamentais. Em Cascavel, o Prof. Carlos Calssavara foi nomeado Vice-Diretor da UNIOESTE, o Vice-Diretor da FECIVEL, Nilton Nicolau Ferreira, foi nomeado Secretário de Educação de Cascavel, a Vice-Diretora da FACISA, Silvana Aparecida de Souza⁹², foi nomeada Diretora na Secretaria de Educação de Foz do Iguaçu, além de outros professores nomeados para cargos de menor importância na hierarquia do poder público e no meio associativo empresarial, como o caso do Prof. Paulo Nogueira,⁹³ da FECIVEL, que assumiu uma assessoria na ACIC. Posteriormente, foi nomeado Vice-Diretor da FECIVEL, em seguida Diretor, substituindo a Rossetto que havia sido exonerado.

⁹¹ **SCHEIDT**. Milano . Depoimento concedido a Ricardo Roberto Behr. Curitiba, Janeiro de 1996.

⁹² Silvana Aparecida de Souza, apoiou o candidato Dobrandino Gustavo da Silva (PMDB) para a Prefeitura de Foz do Iguaçu. Abandonou seus companheiros do PT onde colaborava na organização do programa de educação do Partido dos trabalhadores. Rompeu com o diretor da FACISA, Prof. Ricardo R. Behr e apoiou a nomeação de Marcos Vinicius para a Presidência da UNIOESTE. Foi à posse de Marcos Vinicius acompanhada de seus ex-adversários no processo eleitoral para a direção da FACISA. Contraditoriamente rompeu com seus aliados na UNIOESTE pois, durante o processo de formação da chapa de Ernildo Schallemburger e Lair Bersch, Silvana A. Souza e Ricardo R. Behr foram os principais articuladores, inclusive porque, os votos da FACISA. Centro Universitário que representavam, foram decisivos para a eleição de Schallemburger e Bersch. Após a nomeação de Dobrandino para a Prefeitura de Foz do Iguaçu e Marcos Vinicius para a Presidência da UNIOESTE, Silvana tomou posse do cargo de Diretora da Secretaria de Educação de Foz do Iguaçu e exonerou-se do Cargo de Vice-Diretora da FACISA.

⁹³ Nogueira foi exonerado, devido a denúncias de uma estudante da FECIVEL que estagiava em seu gabinete.

O Professor Lair José Bersch⁹⁴ foi convidado pelo Vice-Governador Mário Pereira para assumir o cargo de Vice-Presidente na UNIOESTE na Chapa de Marcos Vinícius.

Estratégia decisiva para a manutenção da classe hegemônica cascavelense, foi a “nomeação de Marcos Vinícius para Presidência da Fundação UNIOESTE” em agosto de 1992.

O Governador Requião considerou a UNIOESTE como uma autarquia simples, portanto podendo designar o titular de sua confiança, sem mandato e sem levar em consideração o resultado da eleição.

Vasconcelos esclarece:

“Diretor-Presidente ou o reitor, ainda se empossava como se fosse cargo de confiança, mas isto não significa que o governador não tivesse que manter uma postura democrática e de se respeitar o pleito que foi e a vontade das urnas e ter colocado na direção da UNIOESTE os que foram verdadeiramente eleitos. Foi um processo doloroso para a comunidade acadêmica, incluindo docentes e discentes e pela própria comunidade externa que se sentiu desrespeitada por todo um trabalho que foi feito durante as eleições.”⁹⁵

Requião, entendeu que o eleito, Erneldo Schallemburger, não era de sua confiança, não era do PMDB. Além disso, certamente seus correligionários de Cascavel não admitiriam, na época, um nome que não fosse de Cascavel⁹⁶

⁹⁴ O Prof. Lair Bersch, filiado ao PDT, não aceitou a proposta de Mário Pereira, estratégia que o Vice-Governador havia encontrado para “acalmar” os ânimos da comunidade acadêmica que não estava aceitando a imposição do nome de Marcos Vinícius para Diretor-Presidente da UNIOESTE.

⁹⁵ **VASCONCELOS, Liana F. Depoimento concedido a Ricardo R. Behr**. Cascavel: 1996.

A Prof. Liana é a atual Vice-Reitora da UNIOESTE. Foi eleita independentemente do Reitor Erneldo Schallemburger, as candidaturas foram individuais. Teve o apoio do candidato derrotado Marcos Vinícius. Liana teve iniciada sua trajetória na UNIOESTE como professora da FACIMAR. Foi militante combativa do Sindicato dos Servidores da UNIOESTE. Fez o mestrado em Educação da UNIMEP e ao voltar para Mal. Cândido Rondon assumiu posição contrária ao grupo que havia apoiado na eleição anterior.

⁹⁶ **SCHERER, 1996.**

Atendendo a uma solicitação do PMDB de Cascavel e respeitando o acordo que havia feito com Mário Pereira por ocasião das eleições para o governo do Estado, Requião nomeou Marcos Vinicius, conforme declara Scherer:

“(...)O Marcos não preenchia os critérios para concorrer normalmente à Presidência. Não tinha dois anos de vinculação com a IES. Inscreveu sua candidatura com mandato de segurança, o qual julgado depois, lhe cassou a liminar. Tendo concorrido nas eleições (com mandato de segurança negado depois), além disso perdeu as eleições, e assim mesmo o PMDB de Cascavel, acreditando ser um líder “carismático”, apostou tudo nele! Carisma e competência é o que ele mesmo não tinha! O tempo o desmascarou!”⁹⁷

A nomeação de Marcos Vinicius foi estritamente política como bem informa Rossetto:

“A escolha foi estritamente política, comandada pelo Presidente da Câmara de Vereadores, hoje deputado federal, pelo prefeito e Vice-Prefeito de Cascavel que mobilizaram o empresariado local a fazer pressão junto ao Vice-Governador, inicialmente contrário a idéia de nomear o Sr. Marcos Vinicius, por ser candidato derrotado nas eleições para Diretor-Presidente. posteriormente, o Vice-Governador cedeu à pressão. Conforme declarações pessoais feitas ao então diretor da FECIVEL (a quem prometeu liberação de verbas, construções no campus de Cascavel e abertura de novos cursos, caso viesse apoiar a “nomeação do “interventor”) três razões principais o levaram a mudar de opinião. A primeira porque precisava de alguém confiável, quando assumisse o governo do Estado, para investir na UNIOESTE, mais precisamente em Cascavel. A segunda, porque o Prof. Kuiava, conseqüentemente seu grupo também, constituía-se no “maior inimigo que o PMDB tinha no Estado do Paraná”. A terceira porque era exigência das forças políticas de Cascavel que o Diretor-Presidente da UNIOESTE fosse um cascavelense.”⁹⁸

Com a nomeação do Marcos Vinicius, novas estratégias começaram a ser implementadas, e “a centralização do sistema decisório na reitoria em Cascavel”, foi intensificada a partir de sua posse. Esta estratégia visava a

⁹⁷

Ibid.

⁹⁸

ROSSETTO, 1996.

manter na sede administrativa a maior quantidade de decisões possíveis de maneira que na relação de poder os *campi* ficassem em desvantagem. Para que esta estratégia fosse eficaz, o grupo de Marcos Vinícius, com o apoio do CEE implantou uma estrutura organizacional que favorecesse a centralização do poder pelo Reitor, o que Vanderlinde esclarece: *“Entendo que a elaboração de novas normas regimentais e estatutárias, significa uma ruptura no projeto original. O projeto anterior de concepção descentralizada, foi substituído por um modelo centralizador e pouco funcional”*.⁹⁹

Scherer complementa:

“Sabe-se que essa centralização foi cuidadosamente estudada pela equipe do Marcos Vinícius, para poder dispor de praticamente de todos os cargos e, como primeira consequência, garantir a primeira eleição de Reitor e a carreação de votos sempre em maioria para beneficiar Cascavel.”¹⁰⁰

Nieradka acrescenta:

“O CEE fez uma proposta de estatuto e de regimento que não aquele inicialmente mandado. Não foi levado ao conhecimento da comunidade acadêmica que estava sendo alterado substancialmente e resultado, eles aprovaram e agora um pouco sarcástico, eles aprovaram o estatuto e regimento que eles mesmos propuseram.(grifo nosso) E foi para o MEC. Foi assinado o decreto e somos considerados Universidade. Em Dezembro de 94 e 95 foi implantado a universidade. E posso adiantar, o regimento e estatuto que está aí é extremamente centralizador, ficou toda a administração acadêmica, financeira, administrativa, na mão da reitoria, os Pró-Reitores e o Reitor são os que tem poderes para decidir tudo.(...) Além a centralização foi instalada a burocracia”.¹⁰¹

A estratégia utilizada por Marcos Vinícius e sua equipe, não acatou o já decidido pela estatuinte, numa clara ação de desrespeito a democracia o que confirma Scherer“(...)A estrutura do poder prevista era a mais

⁹⁹ VANDERLINDE 1996.

¹⁰⁰ SCHERER 1996.

¹⁰¹ NIERADKA, 1996.

democrática possível(...).¹⁰² Fica bem clara a intenção nas entrelinhas. A estratégia, foi a de manutenção do poder, através da centralização organizacional e consequentemente controle dos cargos comissionados, pois a maioria passou a ser de indicação da reitoria. Marcos Vinícius passou a distribuir funções gratificadas principalmente entre os servidores técnicos-administrativos da forma que Rossetto comenta:

“(...)as forças conservadoras e as politicamente mais obtusas foram as que deram, inicialmente, sustentação ao Prof. Marcos Vinícius. Outras, posteriormente foram cooptadas, quer pela distribuição indiscriminada de Funções gratificadas, em especial entre funcionários do setor técnico-administrativo; quer pela premiação com cargos, entre o corpo docente.(grifo nosso)(...)”¹⁰³

Esse poder lhe propiciou o controle total da gestão dos recursos, que devido a estratégia elaborada foram desviados de todo o Oeste do Paraná para a cidade de Cascavel.

Durante os governos de Álvaro Dias e Roberto Requião a remessa de recursos eram mínimas e nunca obedeciam ao orçamento previsto.

O Diretor presidente, Kuiava, costumava fazer reuniões para dividir os recursos adotando critérios de proporcionalidade em relação ao número de alunos de cada *campus*, conforme esclarece Scherer:

(...)“a divisão de recursos, seguia um critério, informalmente aceito, de proporcionalidade do número de alunos e de alguns projetos específicos. O fechamento final ocorria em reuniões, sendo portanto bastante democrático. Esse processo desapareceu com o Diretor Presidente seguinte - Marcos Vinícius.”¹⁰⁴

¹⁰² **Ibid.**

¹⁰³ **ROSSETTO, 1996.**

¹⁰⁴ **SCHERER, 1996.**

A discussão democrática do orçamento da UNIOESTE e a distribuição de recursos passou a ter outros critérios com a nomeação de Marco Vinícius, conforme depõe Scherer:

“(...) Mário Pereira - este fez do reconhecimento da UNIOESTE uma de suas principais metas do governo de 09 meses, porém exclusivamente sob a ótica de favorecer Cascavel. (grifo nosso) Fez empenhos em mais de 20 milhões de dólares, principalmente para obras no campus de Cascavel e na Reitoria, construindo espaços abusivos e desnecessários, e jogando grande parte da dívida decorrente, para ser paga no governo Lerner. (...) a prioridade número um de seu governo era investir em Cascavel o máximo que pudesse dos recursos públicos, (grifo nosso) para reconhecer a UNIOESTE, destinando aos outros campi apenas valores no orçamento, mas que rapidamente a direção da UNIOESTE remanejou e aplicou em Cascavel. (grifo nosso)(...)”¹⁰⁵.

Esta estratégia foi pensada pelo Governador Mário Pereira e implementada pelo seu preposto, Marcos Vinícius. A estratégia de “dirigir todos os recursos possíveis para Cascavel” tinha a conivência do partido político no poder, o PMDB, o que Scherer confirma:

“(...) Marcos Vinícius mantinha suas reuniões de planejamento e aconselhamento com o grupo político do PMDB de Cascavel, que planejava, na verdade, usar dos dados regionais e do que mais precisasse para criar a universidade de Cascavel, independente e desmembrada dos outros campi. Por essa razão era necessário fortalecer ao máximo a estrutura e os investimentos em Cascavel(...)”¹⁰⁶

O carreamento dos recursos orçamentários para Cascavel foi estratégia decisiva para a manutenção da hegemonia de Cascavel. O desmonte da prática democrática de discussão no âmbito da UNIOESTE foi uma demonstração clara da nova postura estratégica do grupo nomeado pelo governador Requião.

¹⁰⁵ Ibid.

¹⁰⁶ Ibid.

A estratégia de “diminuir ao máximo os recursos para a educação de nível superior” no setor, teve como sub-estratégia, uma “política salarial desastrosa”, porém eficaz do ponto de vista governamental, uma vez que aniquilou a dignidade dos docentes de nível superior do Estado do Paraná, servindo como desestímulo àqueles que trabalhavam pelo ensino público, gratuito e de qualidade. Scherer afirma:

“O Governador Requião, na verdade, detestava os intelectuais ou os que os pudessem desafiar em seus sarcasmos. Tratou duramente o ensino superior, destinando ao cargo de titular da SET/PR um secretário sem qualquer visão de ensino superior, um “testa de ferro”, um senhor ultrapassado no tempo, um verdadeiro incompetente e, além de tudo, com espírito vingativo, o Sr. Adhail Sprenger, Passos.(grifo nosso) O Governo Requião transformou todas as fundações Estaduais em Autarquias, passando a tratar os professores universitários como meros servidores e não como professores. Por sua iniciativa, em todos os momentos ou reajustes de salários, passou sempre a dar significativa diferença a maior de índice aos professores de 1º e 2º graus (assim mesmo mal pagos) e os professores universitários entravam na categoria dos “demais servidores”. Essa estratégia, de aniquilamento da Universidade por inanição salarial e falta de repasse de recursos, demonstrou o caráter do Governo Requião, semelhante ao dos ditadores políticos de que a história tem milhares de exemplos. No Paraná, incluída a UNIOESTE, muitos professores qualificados pediram demissão, foram para outras IES de outros Estados ou foram para a iniciativa privada, os concursos públicos para docentes não passaram mais a ser atrativos e até o momento não há plano estadual para qualificação docente e conseqüente liberação dos professores.”¹⁰⁷

A estratégia “para cooptar estudantes”, não foi muito diferente da estratégia para cooptar professores e intelectuais.

Durante o processo eleitoral para a escolha da nova diretoria do Diretório Central de Estudantes da FECIVEL, concorreram as chapas “Unidos pela Universidade” e “Mudar é preciso”.

¹⁰⁷ Ibid.

O Diretor-Presidente da Fundação UNIOESTE. Prof. Marcos Vinícius, interferiu profundamente no processo eleitoral, conforme a publicação da "Chapa é preciso mudar".¹⁰⁸

"Os dia que antecederam a eleição foram marcados por um forte esquema de propaganda da chapa "Unidos pela Universidade" (...) Marcos Vinícius não se conteve, e, descaradamente, liderava seus fies aduladores numa ação corpo a corpo, declarando abertamente o apoio irrestrito à chapa derrotada. Até mesmo alguns políticos do PMDB local se prestaram à atuação neste episódio de explícita ingerência política numa instituição pública de nível superior.

(...) A chapa derrotada, apesar da confiança demonstrada na máquina do poder político econômico que foi acionada, perdeu por dois votos, de acordo com apuração realizada publicamente(...)

Os derrotados apelaram. Sem nenhum escrúpulo, aliciaram cinco alunos para recorrerem à justiça comum, sob a alegação forjada de que haviam sido impedidos de votar porque seus nomes não constavam das listas de votação.

A comissão eleitoral desmentiu que tinha sido procurada por esses alunos, mas Marcos Vinícius declarou, num desespero de causa, que foi ele o procurado pelos referidos alunos, deixando claro o envolvimento do interventor nessa farsa.

Então uma liminar foi concedida e a votação realizou-se dezesseis dias após o pleito oficial, modificando o seu resultado. Os cinco votos arrumados, de forma indecorosa pela chapa derrotada possibilitou-lhe três votos a mais do que os concedidos à chapa vitoriosa; "Mudar é Preciso".

Alguns alunos, revoltados com as visíveis manobras que estavam sendo articuladas pela chapa derrotada, resolveram também reivindicar o direito de votar posteriormente, sob a mesma alegação. No entanto, curiosamente, os mesmos juizes que concederam liminar à chapa derrotada, negaram-na para aqueles alunos inconformados, que também fizeram o pedido em tempo hábil. Os juizes em questão não poderiam quem ou se alguém dizia a verdade, pois desconsiderando a decisão e a lisura da comissão eleitoral, não poderiam conferir as listagens já que estas encontravam-se no interior das urnas, devidamente lacradas e guardadas na sede local da OAB.

A chapa legitimamente vitoriosa "Mudar é Preciso" entrou com dois recursos na justiça comum. No primeiro, onde se reivindicava a posse imediata da chapa vencedora, o juiz considerou que não compete a justiça julgar o caso, mas sim as instâncias internas da instituição. O segundo que tentava derrubar a liminar concedida aos aliciados pela chapa derrotada, foi indeferido?!

(...) temos clareza de que esta situação vergonhosa faz parte do mesmo massacre autoritário que se abateu sobre a UNIOESTE, a partir do processo de intervenção. Não é possível que a imoralidade continue se propagar tão descaradamente sem que a juventude universitária tome consciência de seus efeitos desastrosos na formação de

¹⁰⁸ Jornal "A Gazeta do Paraná, 24 de outubro de 1993, p 28, Cascavel, PR.

*cidadãos comprometidos com valores éticos-democráticos.
(...)*

*Se a moda pega...(sic) como fica o nosso direito de voto
nas próximas eleições para o Legislativo e Executivo (...)*

Já pensou se a moda pega?”

A prática autoritária tornou-se tão evidente que nos processos eleitorais onde candidatos da reitoria não obtiam êxito, a nomeação se fazia de qualquer maneira conforme evidencia Rossetto:

“(...).Alguns processos eleitorais, como para Diretor de Centro Universitário, foram aos poucos sendo eliminados. Outros só eram ratificados se o candidato da Reitoria (leia-se PMDB) de Cascavel) fosse vencedor. Caso contrário, como ocorreu com o Diretório Central dos estudantes da FECIVEL, forjavam-se liminares na justiça local e, à semelhança da intervenção na Reitoria, empossava-se o derrotado.”¹⁰⁹

A estratégia de “apoio do empresariado para a manutenção da hegemonia política e comercial de Cascavel” sobre as outras cidades do Oeste do Paraná, teve como suporte a Associação Industrial e Comercial de Cascavel - ACIC. Seus membros sabedores da importância que a Universidade representava naquele momento no contexto regional e preocupados com a instituição que passaria a direcionar os rumos do desenvolvimento na região, inclusive com um suporte de recursos nunca vistos antes na região, apressaram-se em ocupar o espaço político e intelectual representado na UNIOESTE, que conforme Scherer fica evidenciado:

“(...) provavelmente para manter uma vigilância e uma pressão constante de Cascavel em cima do governo do Estado, para obter recursos e investimentos, inclusive para satisfazer à vaidade e a desastrosa precipitação do programa de implantação de cursos da área de saúde. Essa unificação das diversas correntes da ACIC em torno dos interesses únicos de Cascavel produziu também a reação das demais comunidades que, como se viu, apoiaram decisivamente a chapa “Compromisso Regional”, que elegeu o atual Reitor -

¹⁰⁹ ROSSETTO, 1996.

Ernelo Schalleberger¹¹⁰, o que significou um desastre e um duro golpe para Cascavel, ainda não digerido.”¹¹¹

Em dezembro de 1994, por delegação do Conselho Federal de Educação, o Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná reconheceu a UNIOESTE, fundamentando que a Universidade havia cumprido as exigências legais. O então, governador Mário Pereira acatou a decisão e o Presidente da República homologou o resultado, sendo então reconhecida a UNIOESTE.

Marcos Vinicius em sua trajetória na UNIOESTE, deparou-se várias vezes com a justiça, primeiro quando teve sua liminar negada, após concorrer pela primeira vez à direção da UNIOESTE. Posteriormente envolveu-se com a justiça quando arbitrariamente tentou implantar os cursos de Medicina, Odontologia e Engenharia Civil, envolvendo no processo centenas de alunos, candidatos ao curso, que foram impedidos de fazer matrícula e freqüentar as aulas dos cursos que estavam sendo implantados sem a concordância do Estado, do CEE e dos órgãos de classe, desrespeitando assim, as regras, as normas, os acordos, as leis e toda uma série de decisões tomadas anteriormente, que previam a implantação de novos cursos. O Reitor *pró tempore*, querendo agir em nome da autonomia universitária, foi contestado na justiça criando uma situação conflituosa e polêmica.

¹¹⁰ Schalleberger (PDT) foi eleito Reitor da UNIOESTE pela segunda vez em 1995. Desta vez foi nomeado pelo atual governador Jaime Lerner (PDT). Marcos Vinicius (PMDB) foi Reitor *Pró Tempore* por 1 ano, tendo sido mantido no cargo pelo Governador Jaime Lerner, que respeitou a decisão do Governo anterior.

¹¹¹ **Ibid.**

As estratégias adotadas pelo grupo conservador, visavam logicamente a manutenção do poder, por isso eram, a princípio, ocultas¹¹², conforme esclarece o conceito¹¹³ seguinte: “(...) O problema que se apresenta para a estratégia é a compreensão do que está no âmago da estratégia organizacional, ou seja, os elementos ocultos que ela comporta, porque o princípio da estratégia é se mostrar obscura, inatingível à primeira vista, pois sua descoberta implica em seu fracasso. (...) (grifo nosso)

Sendo as estratégias ocultas, não deveriam ser percebidas pelo grupo histórico que, estava no poder aparentemente, por concessão do grupo conservador pois, até o final do mandato do Prof. Kuiava não representavam perigo para as elites econômica e política de Cascavel. O grupo histórico parecia ser controlável pois, a presidência da UNIOESTE era de Cascavel, a maioria dos recursos continuavam sendo aplicados em Cascavel e o reconhecimento da universidade se daria no governo de Mário Pereira.

O processo de reconhecimento estava sendo conduzido por Teófilo Bacha, fiel assessor do Palácio Iguaçu. A estrutura organizacional estava sendo elaborada José Dias, irmão do ex-governador Álvaro Dias, aliado de Mário Pereira. A situação estava sob controle do Vice-Governador portanto, as estratégias estavam funcionando eficientemente e ocultas. Após a primeira eleição de SchalleMBERger é que as elites política e econômica explicitaram suas estratégias, e agora de forma coercitiva pois, o perigo estava eminente, era preciso demonstrar a força e manter o domínio da instituição e da região.

¹¹² Tanto o grupo conservador, como o grupo histórico utilizaram-se do conceito de estratégia para manter e buscar o controle das relações de poder. Por isso as estratégias utilizadas pelos dois grupos foi baseada no conceito definido como “estratégia oculta”,

¹¹³ “Estratégia oculta”- Ver capítulo II, p. 25.

As elites conforme Pareto, Mosca, Bobbio¹¹⁴. definem: “em toda a sociedade há uma classe superior que detém geralmente o poder político e o poder econômico, á qual se deu o nome de aristocracia ou elite”.

A elite cascavelense logo que sentiu o perigo em perder o controle da relações de poder na UNIOESTE, iniciou o processo de recuperação. Deflagrou o movimento “Universidade Já”. Acionou os mecanismos de Estado e interferiu no processo democrático, exigindo a nomeação de Marcos Vinícius, de Cascavel, do PMDB, partido no poder, intelectual emergente porém, conservador e de total confiança da elite¹¹⁵no poder.

¹¹⁴ PARETO, apud RODRIGUES,(1984), MOSCA, apud ALBERTONI,(1990), BOBBIO,(1982).

¹¹⁵ SCHEIDT, 1996. cita o Deputado Joni Varisco do PMDB “Queremos um reitor que faça o que mandarmos”

V - ESTRATÉGIAS DO GRUPO HISTÓRICO.

A “estadualização” da UNIOESTE ocorreu devido a estratégias de pressão que lideranças políticas e universitárias implementaram. A pressão exercida fez com que governo do Estado atendesse à reivindicação, porém com algumas imposições. Para transformar as Faculdades Municipais em universidade pública, a primeira alternativa não foi a via estadual, mas a federal. Desde o início dessa mobilização pretendia-se articular forças políticas regionais e estaduais para requerer a manutenção federal do Ensino Superior do Oeste do Paraná.

Em 1984 foi instituída a comissão Pró-Universidade do Oeste com o intuito de mobilizar a comunidade civil e estudantil da região para a federalização da UNIOESTE. E, no dia 19 de abril de 1985, na cidade de Guaraniaçu, numa reunião conjunta de diversos órgãos dos municípios da região¹¹⁶ chegou-se à decisão unânime de constituir um organismo forte, integrando diferentes setores regionais para consolidar o ensino superior no Oeste, mediante uma Universidade de abrangência regional.¹¹⁷ Ainda em 1985, uma expressiva caravana constituída por representações de diversos segmentos da sociedade do Oeste do Paraná dirigiu-se a Brasília para pleitear a manutenção federal da Universidade do Oeste. Diante da irredutível negativa do Governo Federal, as forças representativas do Oeste do Paraná voltaram seu pleito ao governo do Estado que atendeu à

¹¹⁶ Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP), Associação Educacional do Oeste (ASSOESTE), prefeitos, secretários municipais de educação, diretores das faculdades, professores e representação estudantil, deputados estaduais, membros da Comissão Partidária para Política do Ensino Superior do Paraná. Comissão Pró-Universidade do Oeste do Paraná e representação das Cooperativas Agropecuárias Regionais.

¹¹⁷ **DOCUMENTO MEMÓRIA 1- Movimento em Defesa da Ética, Democracia e Autonomia Universitária.** Cascavel, Oeste do Paraná: 1992.

reivindicação de tornar público o ensino superior, participando da implementação do projeto da Universidade do Oeste, primeiro como seu principal mantenedor, depois assumindo outras funções.

O Governador José Richa foi decisivo para a formação da UNIOESTE. E só autorizou a fundação de uma Universidade no Oeste, quando as cidades, Toledo, Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon e Cascavel, juntas, aceitaram formar uma Universidade Regional. Richa tinha conhecimento de que Cascavel queria ter sua universidade pública, tal qual Maringá, Londrina e Ponta Grossa.

Cascavel pretendia manter a hegemonia, por se pólo econômico portanto, suas elites, representantes da classe dominante utilizaram-se da instituição estatal UNIOESTE para a manutenção da hegemonia. A elite Cascavelense deve ser entendida como Miliband afirma: “A classe dominante (...) é capaz em virtude do poder econômico (...) usar o Estado como instrumento de dominação da sociedade”.¹¹⁸ Ora, Cascavel era sem dúvida hegemônica e utilizaria o Estado para manter o Oeste sob seu domínio, portanto, não perderia a oportunidade de ter sozinha sua universidade pública.

O Governador Richa sabia que os dirigentes do ensino superior de Foz do Iguaçu não queriam submeter-se à hegemonia de Cascavel, primeiro, porque perderiam o controle da Fundação local, FUNEFI¹¹⁹, que representava muito para aqueles que se serviam dela. Em segundo lugar, porque perderiam o controle sobre a educação superior na cidade, pois já se

¹¹⁸ MILIBAND, 1972 p. 36

¹¹⁹ Fundação de Ensino Superior de Foz do Iguaçu,- FUNEFI, Fundação criada para manter o ensino superior na cidade, ligada à Prefeitura. Mantinha os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Letras, posteriormente. Turismo, oferecidos pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Foz do Iguaçu - FACISA.

discutia a instalação da Reitoria na Cidade de Cascavel, o que confirma Oliveira:

“(...) Agora, abrindo um parêntese que julgo importante e conveniente. A presidência da FUNEFI não desejava a inclusão da FACISA na fundação estadual.(grifo nosso) Esse o motivo pelo qual as demais cidades não tinham interesse em Foz do Iguaçu e somente acabou sendo aceita por pressão do governador do Paraná, na época José Richa. Há uma memorável assembléia de professores, alunos, funcionários e presidência da FUNEFI no Country Club de Foz do Iguaçu, quando o Prof. Orides, tendo chegado de uma assembléia em Toledo dos professores das outras cidades, relatava o que estava se passando, onde aguardavam uma posição de Foz do Iguaçu. A posição tomada pelo seu conselho departamental foi de não participar da fundação estadual. (grifo nosso) Foi a nova presidência da FUNEFI que virou o barco ante as dificuldades financeiras, acabando a FACISA entrando na fundação estadual por pressão do governador.”¹²⁰

A criação da UNIOESTE deu-se num ambiente de conflito entre as lideranças locais e o Governo do Estado. Como bem evidencia Nieradka:

“(...) se começou todo um debate para a estadualização, onde a nossa Instituição participou inicialmente, mas houveram (sic) alguns transtornos no decorrer dessa discussão porque eram 4 instituições e quando se discutia em termos de administração, em termos de autonomia ainda de cada uma das faculdades houve muita divergência com relação a isso e nossa instituição resolveu sair da discussão na época porque não estávamos aceitando a forma com que estava sendo colocado, porque a primeira colocação a maior parte do poder administrativo ficaria com Cascavel, então não aceitando isso nos retiramos da discussão, as outras 3 continuaram no processo(...) Nós enfrentamos no início algumas coisas não muito agradáveis, porque o bairrismo permaneceu muito forte das 4 instituições e Cascavel tinha muito mais força do que nós, vamos dizer assim, infelizmente nós éramos muito incipientes em termos de representação política, acadêmica, inclusive junto a Fundação, alguns embates que nós saímos perdendo algumas coisas com a estadualização, porque as verbas vinham para nós, quando a Fundação é que definiam, mas na reunião dos grupos dos 4, os diretores das faculdades é que definia, mas Cascavel com mais cursos, mais professores, levava as vezes mais que a proporção em relação aos outros. Mas foi positivo, foi a condição de sobrevivência, se não tivéssemos participado, não sei, talvez encontraríamos outras alternativas.”¹²¹

¹²⁰ OLIVEIRA, José Afonso. Depoimento concedido a Ricardo R. Behr. Foz do Iguaçu: 1996.

¹²¹ NIERADKA, Izoete. Depoimento prestado a Ricardo Roberto Behr. Foz do Iguaçu: 1996.

O Oeste do Paraná reivindicava a instalação de uma Universidade, primeiro federal, depois estadual, através da junção das Fundações Municipais de Ensino Superior com sede nas cidades de Foz do Iguaçu, Cascavel, Mal. Cândido Rondon e Toledo, mas não tinha condições estruturais, nem pedagógicas para bancar este novo *status*.

“(...) aquilo que o Estado recebeu, foi realmente, talvez a gente usasse uma expressão, uma espécie de sucata do ensino superior (...) a situação destas instituições do ponto de vista da competência técnica instalada é extremamente frágil, praticamente não havia professores qualificados ao nível de mestrado, muito menos ao nível de doutorado(...)”¹²²

Mesmo sem as mínimas condições de funcionamento as lideranças universitárias do oeste exigiam do governo do Estado um tratamento igual ao dado as outras regiões como Ponta Grossa, Londrina e Maringá. Naquela oportunidade, o Paraná tinha um governador sensível às questões da educação, José Richa, que cedeu e estadualizou as fundações municipais, E, a partir deste momento, tiveram suas folhas de pagamento e custeios financiados pelo poder público Estadual.

O processo de unificação das IES do Oeste do Paraná seguiu um trâmite gradativo e uniformizador, e obedeceu à mesma lógica de sobreposição do público sobre o privado, implícita como procedimento de implantação de outras universidades no Brasil. O dispositivo legal do Poder Legislativo do Paraná que institucionalizou a estadualização do ensino superior no Oeste do Paraná foi estabelecido através da Lei 8.464, de 15 de janeiro de 1987. Esta lei autorizava o Poder Executivo a instituir a Fundação Federação de Instituições do Oeste do Paraná. E foi por meio do Decreto

¹²² PERIN, Zeferino. Depoimento prestado a Ricardo Roberto Behr. Curitiba: 1995.

399, de 27 de abril de 1987, que a Fundação Federação Estadual de Instituições de Ensino Superior do Oeste do Paraná foi implementada, assim como foi nomeada pelo governo estadual a Comissão de Implantação da UNIOESTE.

A lei 8.680, de 30 de dezembro de 1987, autorizou o poder executivo a instituir a Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná - FUNIOESTE, que seria, ora em diante, mantenedora das faculdades existentes na região, definitivamente implementada pelo Decreto 2.352, de 27 de abril de 1987.

A consolidação da UNIOESTE exigiu os mesmos arranjos políticos locais e regionais que caracterizaram as organizações públicas do Oeste.

A “primeira Diretoria da UNIOESTE”, optou por uma estratégia de formação democrática, compromissada com o desenvolvimento regional, e era liderada pelo grupo que apoiava o Prof. José Kuiava.

Desta forma, foi através de negociações entre os políticos locais e outras forças detentoras do poder na região, ou seja, a elite econômica e os intelectuais que definiram os destinos da UNIOESTE, entregando a direção da Universidade ao Prof. José Kuiava. Pelo lado da elite econômica de Cascavel, Kuiava foi considerado morador de Cascavel, o que garantia a hegemonia à cidade. Já a elite intelectual da cidade de Foz do Iguaçu o apoiava, muito mais pela sua reconhecida capacidade intelectual e profissional, com passagens em instituições educacionais Oeste do Paraná, do que pela sua militância política.

Os Professores José Kuiava e Flávio Vendelino Scherer foram eleitos em chapa única. O acordo para a formação da chapa única e a posterior

eleição dos dois professores só foi possível porque a participação da comunidade universitária de Foz do Iguaçu foi decisiva como descreve Oliveira:

“A eleição de Kuiava foi decidida em Foz do Iguaçu, através de um acordo assinado em que Foz ganharia uma Pró-reitoria da futura universidade. No auditório da FACISA localizado no Colégio Barão do Rio Branco os professores Orides Balotin Guerra e José Afonso de Oliveira apresentaram os candidatos aos alunos que lotavam o referido salão. Ambos haviam se candidatado a diretores da FACISA e tendo ganho a maioria dos votos dos alunos, perderam nos votos dos funcionários da antiga faculdade. Graças a esse prestígio, Kuiava e Flávio acabaram eleitos, pois aqui obtiveram expressiva votação.”¹²³

A composição da chapa procurou harmonizar forças contrárias, pois a direção da UNIOESTE deveria atender aso anseios de toda a região. Garantiu-se assim a hegemonia de Cascavel.

A primeira diretoria da Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná, tomou posse com a incumbência de solucionar os problemas que viriam com a implantação de uma organização complexa como é a Universidade, entre eles: cursos noturnos e repetidos nas cidades-sedes; professores sem qualificação, prédios e bibliotecas em lamentável estado de conservação e a pobreza do acervo da instituição.

A UNIOESTE começou *multicampi*, e sua organização iniciou por uma estatuinte instalada em 29 de junho de 1989 onde o estatuto e o regimento interno foram discutidos e elaborados por 99 pessoas, representantes da comunidade acadêmica e regional. Discutiram durante 120 dias o futuro da UNIOESTE conforme Rossetto nos relata:

“(..) O segundo elemento componente da concepção de Universidade compreendia sua organização político-administrativa, fundamentalmente, de respeito aos

¹²³ OLIVEIRA, 1996.

pressupostos da autonomia universitária e aos princípios da gestão participativa.(grifo nosso) Para exemplificá-lo basta lembrar que o Estatuto e o Regimento Interno da futura Universidade resultaram de uma assembléia Estatuinte(...)"¹²⁴

A discussão do projeto de universidade *multicampi* pelos membros da Estatuinte, fez com que a UNIOESTE tornasse uma unidade. A diferenças regionais estavam sendo diluídas, porque o projeto político-organizacional privilegiava a descentralização das decisões administrativas e o entendimento para a tomada das decisões estratégicas se davam num clima de discussão acadêmica, de forma que as soluções, se não agradavam, pelo menos eram aceitas pelos *campi*, pois o processo era democrático e as regras eram aceitas por todos. Nieradka esclarece sobre o processo democrático da estatuinte:

"(...) A estatuinte aprovou a primeira proposta de estatuto e regimento da Universidade, depois de ampla discussão, teve um avanço muito grande na Universidade multicampi, ficou previsto que cada campus ficaria com sua autonomia, que os cursos para implantação seriam dentro de uma vocação de cada região que cada campus atendesse. Os órgãos superiores seriam bem representativos com participação de todos os segmentos da comunidade, além do segmento acadêmico. Tinha assim uma série de avanços que acredito, tornaria ágil todas as ações e possibilitaria um inter-relacionamento entre os 4 campi muito forte e positivo, e o papel da reitoria."¹²⁵

Com a transição política e mudança de governador¹²⁶, o movimento para instalação da Universidade do Oeste continuou. porém num ambiente de enfrentamento ao governo. Enfrentamento este, trazido pelos ventos do norte, onde as universidades de Maringá e principalmente Londrina estavam

¹²⁴ ROSSETTO, Eurides. Depoimento concedido a Ricardo Roberto Behr. Pato Branco: 1996.

¹²⁵ NIERADKA. 1996

¹²⁶ Em 1988 governador João Elisio encerra o mandato "tampão" após ter substituído Richa, que foi para o Senado, e entrega o governo a Álvaro Dias. A mudança na política educacional no sentido do desmantelamento do ensino superior é sentida pelos que trabalham nas universidades estaduais logo no início do Governo de Álvaro Dias.

num confronto direto com o Governo do Estado, porque exigiam para a região de Maringá, a criação dos cursos de medicina e odontologia.

E, por ocasião de uma reunião com o então Secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Prof. Ascêncio, surgiu a idéia pelo lado do governo de se instalar a Universidade no Oeste, conforme relata Perin:

“(...) nos primeiros meses de governo o Secretário de Ensino Superior da época, me chamou e disse: - aqui vou dar um depoimento, aqui a realidade é factual, para depois poder se refletir e interpretar - ‘Vá ao Oeste e comunica a eles que o Governador tomou a decisão de criar a Universidade do Oeste do Paraná’(...) vou colocar mais um fato, revelando um segredo de Estado. Eu fui encarregado de presidir uma comissão para estudar uma política de ensino superior. Na verdade na mente do Secretário, o que ele esperava era um relatório que condenasse a implantação de cursos de medicina e odontologia em Maringá, evidentemente nós seguimos um outro caminho(...)mas como ele havia proposto, isto sem uma discussão prévia que seja, sem levar em conta as variáveis políticas envolvidas e sem levar em consideração as próprias instituições, elas incorporam as estruturas de poder local, ele passou a ter a reação e o repúdio de todos, mas naquela oportunidade quando foram reunidos os dirigentes do ensino superior junto do governador a tentativa de assinar o anteprojeto que iria a assembléia para a criação das Universidades regionais, ele abordou a questão dos cursos de medicina e odontologia em Maringá e acenou vivamente com a possibilidade de implantá-los na Universidade do Oeste do Paraná e para perplexidade então de quem acompanhava o processo em lugar de explorar essa abertura, inclusive de retornar ao próprio Oeste e dizer que havia uma proposta nascida do próprio governo e dita no gabinete do governador, em lugar de explorar exatamente esta abertura, as lideranças da época preferiram continuar com atitude de confronto com o Estado. O Secretário não sobreviveu a este confronto.(...)”¹²⁷

As lideranças do Oeste não aceitaram a idéia da universidade ser instituída pela vontade do Governo e daquela forma. Se queria criar no Oeste uma Universidade diferente daquelas existentes, as lideranças universitárias desejavam uma universidade democrática, compromissada com a região, que tivesse seus estatutos e projetos elaborados pela comunidade e não impostos de cima para baixo.

¹²⁷ PERIN, 1995.

Esta postura coerente das lideranças locais, principalmente daquelas que encabeçavam o movimento dentro da instituição, em posição de confronto com Estado, era em decorrência da forma que o Estado sempre tratou o Oeste, pois sua presença na região só era sentida quando o fisco vinha cobrar o seu quinhão. Portanto, a não aceitação do caminho imposto para a constituição de uma universidade sem competência, sem vocação, sem compromissos com a comunidade local fizeram com que as lideranças conscientes recuassem.

Esta posição de enfrentamento ao Governo estadual, perdurou durante todo o governo de Álvaro Dias, continuou durante o governo de Requião e foi o que motivou o Governo estadual a adotar estratégias para o retardamento do reconhecimento, uma vez que, politicamente, só interessava ao grupo político de Mário Pereira, o reconhecimento quando ele estivesse ocupando a cadeira de primeiro mandatário do Estado.

Organizados em torno de uma única "Fundação" mantida pelo Estado, os quatro centros universitários, situados nas cidades de Foz do Iguaçu; Cascavel; Marechal Cândido Rondon e Toledo, deram à UNIOESTE uma característica regional e *multicampi*. Tal posição geográfica consubstanciada na "Carta Consulta" elaborada pela equipe de Kuiava nos anos de 1989/90, foi um aspecto essencial para os objetivos que se propunham: o incentivo à produção de tecnologia, utilizada na promoção do desenvolvimento regional equilibrado e a oferta de melhores condições (qualidade e quantidade) para formação da força de trabalho especializada que o desenvolvimento exigia.

Instituída a estrutura administrativa aglutinadora, desacelerou-se o processo de consolidação do projeto da Universidade para o Oeste do

Paraná e, foi somente em 24 de setembro de 1992, que o Conselho Estadual de Educação instituiu a Comissão Especial para reconhecimento da UNIOESTE. Pela Lei 9.663, de 16 de julho de 1991, o Poder Legislativo autorizou o Poder Executivo transformar, entre outras, a Fundação Estadual do Oeste do Paraná (FUNIOESTE) em Autarquia especial, sem contudo promover qualquer discussão entre os membros da comunidade universitária envolvida, sobre as conseqüências da alteração do "*status*" institucional.

Bionicamente transformada em autarquia pelo governo do Estado que, desconsiderando o direito garantido às autarquias especiais em constituir sua representação por meio de eleições entre seus membros, sucessivamente, desrespeitou as decisões que a comunidade universitária da UNIOESTE tomava.

Durante o Governo de Álvaro Dias e posteriormente no de Requião, o processo de reconhecimento andou a passos lentos no que se refere as decisões tomadas pelo governo. Já na UNIOESTE houve um trabalho exaustivo e longo, mas que não reverteu em ações concretas por parte do governo que parecia não ter interesse em constituir uma universidade crítica como a que vinha se desenhando até aquele momento.

Outra estratégia para consolidação do Projeto de Universidade do grupo histórico, foi a "eleição e nomeação em 1990/91 dos novos diretores da FECIVEL, FACISA, FACIMAR e FACITOL", respectivamente professores, Eurides Rossetto, Ricardo Roberto Behr, Tarcísio Vanderlinde e José Ames. Os Prof. Eurides Rossetto e Ricardo Roberto Behr derrotaram em sua respectivas cidades, Cascavel e Foz do Iguaçu, grupos que representavam a elite hegemônica política e econômica das duas regiões, o que representou

um duro golpe para esses grupos, pois as instituições passaram a ter uma outra orientação, agora de acordo com o projeto de Universidade elaborado pela equipe do Prof. Kuiava.

A Comissão de Planejamento, órgão maior da Fundação Universidade do Oeste do Paraná, que tomava as decisões estratégicas e orientava a implantação das decisões, formada pelos novos diretores e Presidida pelo Diretor-Presidente da Fundação Prof. Kuiava, passou a tomar decisões rápidas no sentido de preparar a Universidade para o reconhecimento, cumprindo as etapas que o Conselho Estadual de Educação havia determinado.

Dentre as várias decisões implantadas, uma delas foi a de iniciar e completar o processo eletivo, que culminaria com a nomeação dos novos diretores Presidente e Vice-Presidente, que após o reconhecimento viriam a ser os primeiros a ocuparem os cargos de Reitor e Vice-Reitor da UNIOESTE.

Em 1992, após findar o mandato de Diretor-Presidente e Vice, foram convocadas novas eleições. Nela concorreram três chapas, sendo que duas delas tiveram candidatura impugnada pela Comissão Eleitoral da UNIOESTE, pois os candidatos destas chapas não preenchiam os requisitos legais estabelecidos pelo Estatuto do Funcionário Público do Estado do Paraná que determina um estágio probatório cuja duração é de dois anos para que, a partir daí, o funcionário passe a gozar plenamente dos direitos e das vantagens da carreira. Inconformados com a decisão da Comissão Eleitoral, os candidatos das chapas impugnadas recorreram à justiça comum,

o que permitiu a manutenção provisória de suas candidaturas mediante liminar.

Com isso as três chapas participaram das eleições da UNIOESTE, realizadas em junho de 1992. Embora apresentassem perspectivas diferentes, o debate entre estas chapas foi extremamente rico do ponto de vista de uma reflexão sobre a universidade e todas. de maneira indistinta, contribuíram para ampliar a discussão pública da realidade da UNIOESTE.

A unidade e o projeto de Universidade descentralizada, autônoma estariam garantidos se a estratégia pensada pelos diretores da UNIOESTE tivesse sido respaldada pelo governador. Os diretores se articularam conforme lembra Ames:

“(...) A preocupação de dirigir a Faculdade num contexto de universidade multicampi, fazia-se necessário uma articulação para garantir uma certa unidade nessa administração. E nesse contexto, os diretores das 4 faculdades tinham uma certa unidade na linha de pensamento. E levou também a se estabelecer uma articulação para fomentar uma candidatura que tivesse apoio nos 4 Campi. Chegou-se ao nome do Prof. Erneldo Schallemburger como candidato lançado à Presidente da Fundação pelos 4 Campi e a base interna bem constituída chegou a uma vitória esmagadora em 1992.”¹²⁸

Realizada a eleição, a chapa vencedora foi a do Prof. Erneldo Schallemburger e Lair Bersch (mais de 57% dos votos), ambos professores há mais de dois anos em exercício, portanto em condições legais e legítimas de concorrer à direção da instituição.

Passadas as eleições, a justiça se manifestou definitivamente, cassando a liminar que permitiu a participação das chapas dos professores

¹²⁸ AMES, José Luís. Depoimento prestado a Ricardo Roberto Behr. (entrevista gravada) Cascavel: 1996.

Marcos Vinicius Pires de Souza-Carlos Calssavara e Nilza Bello-Newton Sabbá Guimarães.

A promotoria de Justiça do Estado do Paraná assim se expressou em relação ao Mandado de Segurança que teve o Prof. Marcos Vinicius Pires de Souza como impetrante:

"Reputo que a exigência de, no mínimo, dois anos de serviço público, para os candidatos de Diretor-Presidente e Vice-Presidente da UNIOESTE é justa, legal, amparada nos preceitos do Direito Administrativo, que norteiam a matéria, bem como na Constituição Federal, Artigo 41."

Apesar destas considerações, contrariando a legislação vigente e a vontade da comunidade universitária da UNIOESTE, em 20 de outubro de 1992, o Governador Requião nomeou Marcos Vinicius para o cargo de Diretor-Presidente da Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Mesmo rejeitado pela justiça, pela comunidade universitária e ridicularizado no ato de posse, Marcos Vinicius assumiu a função com a qual foi agraciado pelo governo do Estado.

"A eleição dos Professores Erneldo SchalleMBERGER para Diretor Presidente da UNIOESTE e Lair José Bersch para Vice-Diretor Presidente", foi uma estratégia para a consolidação da Universidade democrática do grupo histórico. Porém tornou-se o marco para o início da crise que veio a culminar com a nomeação do Prof. Marcos Vinicius Pires de Souza, perdedor das eleições, para assumir o cargo de Diretor-Presidente, tendo como Vice-Diretor Carlos Calssavara¹²⁹. Esta nomeação "ilegítima" feita pela

¹²⁹ O Prof. Carlos Calssavara, foi Vice Diretor da FECIVEL compondo a Diretoria com José Kuiava. Após Kuiava ter sido nomeado Diretor-Presidente da UNIOESTE, Calssavara assumiu a direção da FECIVEL. Durante o processo eleitoral para a sucessão de Kuiava na UNIOESTE, Calssavara filiou-se a PSC e aliou-se ao grupo de Mário Pereira, tendo sido incluído na chapa como Vice-Diretor. Calssavara exerceu durante seu mandato na Reitoria as atribuições administrativas, pois era reconhecido como "burocrata, aparentemente neutro", capaz de resolver todos os problemas relativos a "papelada" que circula na

Governador Requião, foi considerada uma surpresa e “intervenção” pela maioria da comunidade acadêmica. Schallemerger nos lembra:

“(...) Num momento inoportuno fomos surpreendidos por um ato governamental arbitrário que anulou os resultados das eleições. Nomeou-se o perdedor da eleição e para justificar esse ato, passou a nossa Fundação para a condição de autarquia. Todo esse discurso era prática política. Ela significou de certa forma um impacto porque desmobilizou todo um discurso.”¹³⁰

A comunidade acadêmica se expressou através de manifestações, inclusive com a revolta dos diretores eleitos dos centros, que foram até a presença do Secretário de Estado do Ensino Superior. Ciência e Tecnologia, Prof. Adhail Sprenger Passos e expuseram as preocupações da maioria da comunidade acadêmica, conforme declara Vasconcelos:

“(...) o governador Requião usou uma prerrogativa, ou seja, a lei de 16/12/1970 que dá ao governador o poder de nomear um da lista sêxtupla, desconsiderando a vontade da comunidade (grifo nosso) e aí existe outro fator preponderante que nesta época nós éramos fundação e o cargo, no caso a Diretor-Presidente ou a reitor, ainda se empossava como se fosse cargo de confiança, mas isto não significa que o governador não tivesse que manter uma postura democrática e de se respeitar o pleito que foi e a vontade das urnas e ter colocado na direção da UNIOESTE os que foram verdadeiramente eleitos. Foi um processo doloroso para a comunidade acadêmica, incluindo docentes e discentes e pela própria comunidade externa que se sentiu desrespeitada por todo um trabalho que foi feito durante as eleições.”¹³¹

Nieradka também confirma a insatisfação da comunidade:

Foi feita a eleição para Diretor Presidente da Fundação e foi feito todo o processo da eleição mas como a lei estadual prevê que o Governador escolhe de uma lista sêxtupla encaminhada após consulta a comunidade acadêmica, por que não é chamada de eleição, é consulta a comunidade

universidade. Com esta flexibilidade circulou pelo poder até o final do mandato *pró-tempore* na UNIOESTE.

¹³⁰ SCHALLEMBERGER, Erneldo. Depoimento prestado a Ricardo Roberto Behr. Cascavel: 1996.

¹³¹ VASCONCELOS, Liana. Depoimento prestado a Ricardo Roberto Behr. Cascavel: 1996.

*acadêmica. Tivemos 3 chapas inscritas e na chapa vencedora, estava o professor Erneldo como Diretor Presidente, não foi ele o nomeado, foi o segundo colocado, Prof. Marcos Vinicius. Foi uma polêmica muito grande, porque se discutia que foi uma decisão política partidária e não política acadêmica, (grifo nosso) mas de qualquer maneira como é prerrogativa por lei do governador, ele foi o Diretor Presidente numa gestão de 4 anos.*¹³²

O ato de nomeação deixou a comunidade estonteada e descontente como esclarece Savaris:

*“(...) A questão de ter sido eleito democraticamente foi uma questão óbvia, justa, correta, representou o anseio de toda a comunidade só que por meio de uma pessoa apenas por um ato como se diz na gíria uma caneteada acabou sendo uma outra pessoa, ferindo todo o sistema democrático, todos os anseios da opinião pública (grifo nosso) e que o prof. Erneldo foi praticamente alijado daquilo que tinha por direito ter sido vencedor de seus votos e a outra pessoa por um ato puramente político e autoritário acabou assumindo o poder (grifo nosso) que não deveria competir ali.”*¹³³

Com Marcos Vinicius como presidente da UNIOESTE, a unidade da Universidade começou a ser desfeita como bem lembra Rossetto:

*“O acordo existente entre os 4 campi foi rompido a partir da intervenção na instituição sob o comando do PMDB de Cascavel e da Vice-Governadoria. Inescrupulosamente como convém a regimes autoritários, abandonou-se o processo em curso, marcado por decisões coletivas, substituindo-se por outro gestado sabe-se lá em que gabinete. Outorgou-se um novo projeto à UNIOESTE, que multiplicou conflitos regionais em torno à Universidade pública, causando quase o rompimento definitivo da unidade até então conseguida entre os campi. O descontentamento gerado foi tanto que, apesar de todo o apoio financeiro e político conseguido do Governo do Estado, o Interventor e o PMDB cascavelense foram vergonhosamente batidos, pela segunda vez, nas eleições para a Reitoria em 1995.”*¹³⁴

Nieradka complementa:

“(...) Em 95 foi implantada a universidade. E posso adiantar, o regimento e estatuto que estão aí são extremamente centralizadores, ficou toda a administração acadêmica, financeira, administrativa, na

¹³² NIERADKA, 1996.

¹³³ SAVARIS, Venturino. Depoimento prestado a Ricardo Roberto Behr. Foz do Iguaçu: 1996.

¹³⁴ ROSSETTO, 1996.

mão da reitoria, os Pró-Reitores e o Reitor são os que tem poderes para decidir tudo.(grifo nosso)(...) Além a centralização foi instalada a burocracia.(...)

(...)Houve a intenção bem clara de centralizar o poder. A preocupação foi mas com as atividades meios do que fins da Universidade. Vieram os equipamentos, mas não houve um trabalho para que este equipamentos fossem uma melhoria para a qualidade dos fins, Está se tentando retomar agora mas houve um tempo perdido com relação a isso. Acho que é sério.”¹³⁵

Foi no Governo de Mário Pereira que as ações para o reconhecimento por parte do Estado passaram a ser eficientes, muito mais pelas vantagens políticas que o reconhecimento viria a trazer para o então governador e seus comandados do que para a Comunidade Oestina. O grupo no poder pensava numa Universidade como mais uma instituição onde o governo poderia estender seus braços e manter a hegemonia política de Cascavel. Não interessava ao grupo no poder manter uma Universidade que tivesse a preocupação real com o desenvolvimento social e transformação da Sociedade Oestina numa sociedade igualitária. Assim declara Vasconcelos:

“(...)Aí, então, tivemos no governo Requião a sua saída e a entrada do Mário Pereira como governador, o que facilitou todo o processo de reconhecimento então em 23/12/1994 da UNIOESTE como universidade, tornando assim a Universidade do Oeste do Paraná. (...) As discursões passaram pelos sindicatos também e aí houve grandes e demoradas reuniões para se discutir o estatuto do que seria a universidade.(...) nada do que foi discutido entre a comunidade acadêmica da UNIOESTE e a comunidade externa foi respeitada. (grifo nosso) O Conselho Estadual de Educação juntamente com uma equipe das faculdades mas com prioridade às ordens emanadas do Conselho Estadual de Educação, foi feito um regimento da UNIOESTE que resultou no seu reconhecimento, modificando toda a sua estrutura, ou seja, hoje nós somos uma universidade multicampi, campus de Marechal Rondon, Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu. Hoje a estrutura comporta em cada campus, centros de áreas afins que são exatamente seis, três no campus de Cascavel, (grifo nosso) um no centro de Toledo, um em Foz do Iguaçu e um em Marechal Cândido Rondon. Se nas faculdades isoladas havia um diretor, hoje são dois diretores, um diretor administrativo e um diretor de centro (...)”¹³⁶

¹³⁵ Ibid. 1996

¹³⁶ VASCONCELOS, 1996.

TABELA COMPARATIVA DE CARGOS

FUNIOESTE¹³⁸ (antes do reconhecimento)	UNIOESTE (após o reconhecimento)
ÓRGÃO/CARGO	ÓRGÃO/CARGO
Gabinete do Reitor	Gabinete do Reitor
Diretor Presidente	Reitor
Secretário Geral	Chefe de Gabinete
Assessoria Jurídica	Assessoria Jurídica
Assessor de Imprensa	Assessor de Imprensa
Coord. de Planejamento	Assessor de Planej. e Controle
Assessor de Ass. Culturais	Auditor Chefe
	Assessor de Convênios e Cap.
	Assessor Especial (3)
	Secretário dos Conselhos
Gabinete do Vice-Diretor	Gabinete do Vice-Reitor
Diretor Vice-Presidente	Vice-Reitor
	Chefe de Gabinete
Assessoria Especial de Adm.	Pró-Reitoria de Administração
Assessor Especial de Adm	Pró-Reitor de Adm. e Desenv.
Coordenador de Informática	Dir. de Administração
Diretor Financeiro	Dir. de Cont. e Finanças
Diretor de R. Humanos	Diretor de R. Humanos
	Diretor de Material e Patrimônio
	Assessoria de Projetos e Planej.
	Assessoria de Obras
Assessoria Especial Acadêmica	Pró-Reitoria de Graduação
Ass. Esp. de Ass. Acadêmicos	Pró-Reitor de Graduação
Coordenador de graduação	Dir. de Assuntos Acadêmicos
Coordenador de Extensão	Dir. de Apoio Pedagógico
Coord. de Pesq. e Pós-Grad.	Assessor Técnico de Legislação
	Presidente da CPV
	Pró-Reitoria de Pós-grad. e Pesq.
	Pró-Reitor de Administração
	Assessor Técnico (2)
Centro Universitário¹³⁹	Campus Universitário
Diretor	Diretor Administrativo
Vice-Diretor	Diretor Pedagógico
Assessor de Planejamento	Diretor de Centro
Chefe do Setor Adm.	Secretária Acadêmica
Chefe do Setor de Pessoal	Chefes de Departamento
Secretária Acadêmica	Chefe do Setor Administrativo
Secretária da Direção	Chefe do Setor Financeiro
Chefe do Setor Pessoal	Chefe do Setor de Pessoal
Chefe do Serviços gerais	Chefes de Departamentos
Coordenador de Pesq. e Pós	Coordenadores de Cursos
Coord. de Ensino.	Secretária do Diretor Administrativo
Coordenador de Extensão	
Chefes de Departamentos	
Coordenadores de Cursos	

Fonte: Adaptado do Plano Ação e do Processo de Reconhecimento da UNIOESTE.

¹³⁸ Os cargos existentes na FUNIOESTE, passariam a ser os mesmos quando do reconhecimento da Universidade, mudando apenas a denominação. por exemplo: O Diretor Presidente passaria a ser Reitor, o Assessor Especial de Administração passaria a ser Pró-Reitor de Administração.

¹³⁹ Os cargos nos centros universitários eram todos FG - Função Gratificada. Somente Diretor e Vice-Diretor eram remunerados por comissão.

O órgão máximo deliberativo da UNIOESTE era a Comissão de Planejamento, formada pelo Presidente, Vice-Presidente e Diretores dos *Campi*. Após o reconhecimento foram instalados os três Conselhos Superiores.

Cada *Campus*, além dos Diretores e Vices, tinham uma estrutura de cargos gratificados que reproduziam a estrutura central. Com a modificação dos estatutos pelo CEE e após o reconhecimento, a estrutura organizacional da UNIOESTE foi alterada de tal forma que teve um aumento em 13 (treze) cargos comissionados, só na Administração Central.

Em cada *campus* foi implantada uma estrutura formada por dois diretores, um Administrativo e outro Pedagógico, e praticamente a mesma estrutura de cargos gratificados. A estrutura relativa à questão acadêmica, foi desenvolvida de forma a manter em Cascavel o maior número possível de órgãos, tanto que no *campus* de Cascavel estão localizados três centros universitários que agregam os cursos de outros *campi*.

Este desenho organizacional, favorece a centralização administrativa na Reitoria em Cascavel, transferindo para o Reitor o máximo de poder possível, já que as relações a partir da estrutura favorecem o controle dos cargos e das comunicações entre as diversas unidades da UNIOESTE.

A partir da implantação dessa estrutura organizacional compreende-se que a estratégia montada era para que o Reitor *pró-tempore* a utilizasse para manter-se no cargo e portanto, perpetuar no poder o grupo social que representava. Scherer nos esclarece:

“O modelo é tão centralizador que até, imagine-se isso, o Biotério ficou diretamente subordinado ao Reitor, como se essa fosse uma das grandes preocupações do Magnífico! Sabe-se que essa centralização foi cuidadosamente estudada pela equipe do Marcos Vinícius, para poder dispor de,

praticamente, todos os cargos e, como primeira consequência, garantir a primeira eleição de Reitor e a carreação de votos sempre em maioria para beneficiar Cascavel.¹⁴⁰

“A instituição do concurso público na UNIOESTE”, foi uma das estratégias mais importantes no processo de implantação da Universidade. Primeiro porque pelo princípio da igualdade de direitos entre os cidadãos, passou a permitir que qualquer pessoa pudesse prestar concurso, uma vez que a instituição é pública. Em segundo lugar, os selecionados, a princípio, são melhores preparados para exercer as funções públicas, ao mesmo tempo que se acabou com o clientelismo.

O concurso público foi instituído para técnicos-administrativos e professores conforme depõe Perin:

“a Universidade do Oeste em formação passou a ter condições,(...), de fazer os concursos e até numa atitude extremamente elogiável, então importante do ponto de vista de estruturação da universidade, buscando divulgar estes concursos no país inteiro e conseguiu contratar efetivamente um grupo significativo de docentes com mestrado sobretudo e acredito até alguns com doutorado. Isto começa a dar um rumo diferente para o projeto, diferente em que pese esses atropelos iniciais a universidade começa a acontecer sobretudo na medida em que se agrega massa crítica, se agrega competência.”¹⁴¹

“A titulação mínima para concurso de professores”, passou a ser, no mínimo, a de professores com créditos de mestrado concluídos. Esta estratégia fez com que em pouco tempo a Universidade estivesse com um número considerável de professores melhor qualificados, porque conseguia trazer para o Oeste massa crítica qualificada sem nenhum custo de

¹⁴⁰ SCHERER, Flávio Vendelino. Depoimento Concedido a Ricardo R. Behr. Cascavel: 1996.

¹⁴¹ PERIN, 1995.

capacitação para o Estado. Devido a esta economia de recursos públicos, podia então a UNIOESTE liberar docentes antigos que tivessem passado em programas de mestrado ou doutorado para recapacitarem-se.

A estratégia para contratação, principalmente de professores, através de concurso público, demonstra como o conceito de estratégia discutido neste trabalho foi utilizado pelo grupo histórico. A estratégia apresentada buscava perpetuar o modelo de universidade que se queria implantar, através da ideologia dos “professores emergentes”, os que estavam entrando por concurso público. A estratégia oculta previa que a ideologia do grupo emergente deveria ser compatível com a concepção de universidade plural, regional, *multicampi*, preocupada com o desenvolvimento social, de orientação ideológica socialista. Para que a estratégia pudesse ser concretizada, a Comissão de planejamento divulgava os concursos nas universidades onde a orientação acadêmica tivesse um perfil, pelo menos em tese, de acordo com o projeto de concepção da UNIOESTE, como por exemplo: a UNICAMP.

Para as bancas dos concursos eram convidados professores que a princípio tinham a mesma orientação ideológica.

A estratégia acima apresentada exemplifica o conceito de “estratégia oculta”¹⁴².

“(...) O problema que se apresenta para a estratégia é a compreensão do que está no âmago da estratégia organizacional, ou seja, os elementos ocultos que ela comporta, porque o princípio da estratégia é se mostrar obscura, inatingível à primeira vista, pois sua descoberta implica em seu fracasso. (grifo nosso)(...) A estratégia é uma arte de conotação política, pois visa a aplicação do poder, por quem o detém, bem como sua permanente expansão.

A estratégia se executa por intermédio de ações levadas à efeito no campo político (grifo nosso), econômico,

¹⁴² O conceito de “estratégia oculta”, está desenvolvido no capítulo II - Base teórico-empírica.(p. 25 e 26.)

psicológico, social, militar e organizacional. (grifo nosso) A estratégia, como instrumento da política, é a ciência de preparar e aplicar o poder, para conquista e preservação dos objetivos vitais da organização. Mas estes objetivos são atingidos mediante análises que referendem concepções ideológicas que sustentem a ação dos atores envolvidos nos processos organizacionais e coadunem-se com aspectos da política na instância macrossocial. (grifo nosso) Ou seja, as estratégias meio e as estratégias operacionais devem estar articuladas de tal forma que garantam coesão entre a ideologia da organização e a formatação que o Estado e os tipos de mercado adquirem no contexto sob o qual tais organizações se estruturam.”

O grupo histórico procurou manter sua posição, no sentido de implantar a universidade conforme a concepção definida no projeto elaborado, e para isso usou em alguns momentos de “estratégias ocultas” para alcançar objetivos também ocultos.

A estratégia de capacitação, juntamente com a estratégia de contratação de docentes com titulação mínima de mestrados com créditos concluídos, teve seu grande impulso no início do ano de 1991. A política de divulgação e recrutamento foi agressiva e a Universidade viria a cumprir o percentual mínimo de 35% de seu corpo docente com mestres e doutores. Mas isto não permaneceu devido ao desmonte da universidade que teve um número grande de docentes demissionários.

A Universidade manteve suas portas abertas a partir de 1992 com o auxílio de inúmeros professores colaboradores.

O quadro docente da UNIOESTE apresentava-se nos anos de 1986, 1991 e 1994 da seguinte forma:

Evolução da titulação

titulação	1986	1991	1994
graduados	99	110	49
especialistas	116	177	127
mestres	13	46	56
doutores	2	3	6
mestrandos	10	49	79
doutorandos	1	6	21
totais	241	391	338

Fonte: Plano de ação e Concepção da UNIOESTE Processo
70/90 parecer 137/94 do reconhecimento da UNIOESTE

VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Uma Universidade. se faz com cérebros!” ¹⁴³

A UNIOESTE, na sua concepção, se propunha a ser uma Universidade crítica da realidade em que estava inserida, ao mesmo tempo comprometida com o desenvolvimento regional equilibrado.¹⁴⁴ Portanto, pretendia ser transformadora, no sentido de diminuir a desigualdade social existente entre a elite no poder e a classe dominada. Para tanto deveria ser capaz de revelar e preparar uma elite de intelectuais de novo tipo capaz de levar avante a transformação da sociedade. Saviani a respeito da concepção de Universidade afirma:

“Passar do senso comum á consciência crítica filosófica significa passar de uma concepção fragmentária, incoerente, desarticulada, implícita, degradada, mecânica, passiva e simplista a uma concepção unitária, coerente, articulada, explícita, regional, internacional, ativa e articulada”¹⁴⁵

A implantação do projeto de Universidade transformadora, representava uma mudança nos aspectos sociais, políticos e culturais da região. Sentindo-se ameaçada pela elite intelectual de novo tipo que surgia na UNIOESTE, a elite no poder da região de Cascavel usou estratégias autoritárias influenciando para que o governo do Paraná não perdesse o controle político na UNIOESTE.

A retomada do controle político foi a grande estratégia do grupo conservador. Consolidou-se a decisão autoritária que demonstrou força, e que se apoiou em instrumentos “legais”. A partir daí, com o auxílio de

¹⁴³ Frase citada por Erneldo Schalleberger ao autor deste trabalho, por ocasião das eleições para a presidência da UNIOESTE em 1992 na cidade de Cascavel.

¹⁴⁴ **Plano de ação e Concepção da UNIOESTE.** Cascavel:Assoeste, 1984.

¹⁴⁵ **SAVIANI, in PLANO DE AÇÃO e Concepção da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.** Cascavel: ASSOESTE, 1984.

expedientes burocráticos, iniciou-se o período de autoritarismo. Formaram-se comissões de sindicância e de processos administrativos para incriminação de diretores e professores opositores. Organizaram-se perseguições políticas, agressões físicas, desmoralização através da imprensa escrita e eletrônica.

O grupo conservador Criou uma nova estrutura de cargos. Investiu astronômicamente na estrutura física da Universidade com desvio de verbas orçamentárias de outras regiões para aplicação na UNIOESTE, mais precisamente em Cascavel, pois o Governador Mário Pereira, que havia assumido o governo tratou de realizar sua promessa, implantar a Universidade do Oeste a qualquer custo e de qualquer maneira, desde que fosse em seu período de governo.

Ao mesmo tempo que se providenciava a estrutura física, tratava-se de eliminar os “obstáculos intelectuais”, que estavam denunciando àquela prática autoritária de instalar uma pseudo-universidade. Não mais aquela Universidade transformadora, e sim uma Universidade reprodutora e submissa à vontade de políticos conservadores, preocupados somente com seu futuro político.

As estratégias utilizadas pelo grupo no poder tornaram-se fulminantes. Foram estratégias decisivas, para encerrar definitivamente o conflito, até mesmo com exibição da força. Tais estratégias manipularam as instituições governamentais e na relação de forças sufocaram a elite de intelectuais de novo tipo, buscando não permitir o avançar da possibilidade de contra-estratégias.

Os instrumentos autoritários, foram operacionalizados como táticas e concretizaram a estratégia maior de manter o poder na UNIOESTE através da coerção.

O autoritarismo ficou evidenciado como estratégia das elites conservadoras, baseado em arranjos, em golpes, em tramas. Foi a estratégia da cooptação, da manutenção da ordem, da reprodução do *status quo*.

Desde que foi iniciada a retomada do poder na UNIOESTE, o grupo que ocupou ilegalmente a direção da instituição promoveu uma política universitária marcada, basicamente, pelo conflito entre grupos que representam os quatro *campi* que compõem a UNIOESTE.¹⁴⁶

A fachada que esta relação conflitiva apresentou, chocou-se frontalmente com o Plano de Ação e Concepção da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, documento apresentado como texto principal à Comissão especial para reconhecimento da UNIOESTE e que teve como finalidade expor o projeto de Universidade *multicampi* para o Oeste do Estado, projeto este que pensou a Universidade tal qual descrito por Carvalho:

*“(...) de não-atrelamento do ensino superior a lógica do mercado, de produção, do empresariamento (sic); para que a universidade possa ser útil à sociedade necessita da melhoria de qualidade das condições de trabalho; de que o ensino superior precisa ser visualizado como lugar de formação de compromisso político, de reflexão crítica e prática engajada, de reelaboração do saber universal, em face da realidade do País, de forma criativa”.*¹⁴⁷

¹⁴⁶ CRISTAN, Mara Lucia **Projeto de Universidade do Oeste do Paraná pode ruir II**. In: Jornal "A Gazeta do Iguaçu", 16/03/92.

¹⁴⁷ CARVALHO, Janete Magalhães. **O Pensamento da Comunidade Acadêmica Sobre o Ensino Superior e as Decisões Constitucionais**: Elementos de Reflexão em Face da Elaboração da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Educação Brasileira, Brasília, 11(22): 197-217, 1º semestre. 1989.

E, ainda, conforme propõe Fávero “(...) que os cargos de direção em todos os níveis sejam preenchidos por docentes eleitos em eleição diretas(...)”¹⁴⁸

O que aconteceu na UNIOESTE, foi justamente o contrário. As eleições diretas de nada serviram, ou melhor, serviram para mostrar à comunidade paranaense e oestina qual era a ética dos governantes da época e de seus assessores, principalmente dos políticos ligados ao Oeste do Paraná.¹⁴⁹ Tais políticos naqueles momentos. não tiveram dúvidas, desrespeitaram o processo democrático, fazendo exatamente o contrário do que pregavam.¹⁵⁰

Hoje, em termos de materiais e de instalações a UNIOESTE é uma universidade porém, questões de importância capital foram negligenciadas. É preciso retomar os projetos, de capacitação docente, de capacitação técnico-administrativo. Recuperar o acervo bibliográfico. Investir na pesquisa, no ensino e na extensão.

O legítimo Reitor Prof. Erneldo Schalleberger em seu programa para a gestão 1995/1998, busca recuperar o tempo perdido e têm como estratégia resgatar a massa crítica que foi obrigada a deixar a UNIOESTE no tempo da obscuridade conforme o próprio Schalleberger esclarece:

“(...)Os atos do passado não devem ser mais repetidos aqui dentro, mas devem servir de lição para a história, porque eles fizeram com que muita gente se afastasse dessa região, gente que como eu veio com toda a esperança para uma

¹⁴⁸ FÁVERO *apud* CARVALHO 1989, p. 201.

¹⁴⁹ Políticos já citados: Requião, Mário Pereira, Dobrandino Gustavo da Silva, Adhail Sprenger Passos e os assessores Teófilo Bacha, Marcos Vinícius Pires de Souza, Carlos Calssavara, Silvana Aparecida de Souza e José Vicente Corrêa Rodrigues(Diretor nomeado sem ter sido eleito para a FACISA).

¹⁵⁰ Tal atitude demonstra contradição, pois principalmente, Requião, Adhail e Dobrandino incluem em seus currículos a participação e luta contra a ditadura militar ou seja contra o autoritarismo.

região, gente qualificada que conseguiram com muito mérito entrar em outras instituições de renome no país. hoje temos professores que eventualmente estariam aqui, espalhados nas melhores Universidades do país. Isto faz com que a gente lamente certas coisas.

(...)Quando se valoriza os aspectos políticos partidários e o aspecto administrativo e não se valoriza a política acadêmica, o espaço acadêmico, você está expulsando cérebros. Hoje estamos preocupados em criar este espaço, este elo acadêmico.”¹⁵¹

Tanto o grupo histórico, como o grupo conservador utilizaram-se em momentos diferentes do conceito de “estratégia oculta”. A diferença ficou clara durante o processo de condução das estratégias. O grupo, conservador, logo que se sentiu ameaçado, tornou explícito seu objetivo, manter o poder na UNIOESTE, e explicitou suas estratégias, cooptação, ameaças, controle político, esclareceu suas táticas, passando a utilizar-se da força, do arbítrio e principalmente das relações de poder externas à UNIOESTE.

A elite política no poder do Estado do Paraná era a mesma elite política de Cascavel. O Governador, Requião (PMDB), retribuiu à elite política e econômica de Cascavel o favor que havia recebido por ocasião de sua eleição. A nomeação de Marcos Vinícius estava justificada.

O reconhecimento da UNIOESTE foi feito durante o governo de Mário Pereira, tal qual havia sido planejado e implementado através de estratégias ocultas (retardamento do reconhecimento durante a gestão Kuaiva, perseguição e punição de diretores e professores, através de, “processos administrativos”, que denunciavam e criticavam decisões arbitrárias e tendenciosas do governo do Estado para com a UNIOESTE, etc.).

¹⁵¹ SCHALLEMBERGER, 1996.

O reconhecimento da UNIOESTE e a implantação da estrutura física e o carreamento de verbas para Cascavel, deveriam ser o maior trunfo eleitoral de Mário Pereira, concebido no espaço de nove meses em seu “mandato tampão”.

O reconhecimento e a verbas públicas aplicadas em Cascavel, deveria proporcionar a elite política de Cascavel no poder, o controle permanente das relações de poder na região, visava a continuidade do PMDB na Prefeitura de Cascavele e na Reitoria da UNIOESTE bem como, pretendia colaborar para a eleição de vereadores e futuramente de deputados estaduais e federais.

O grupo histórico, também utilizou-se de estratégias ocultas porém, durante a condução do processo de implantação do projeto da UNIOESTE, tratou de consolidar sua posição através de instrumentos democráticos explícitos, convocando a estatuínte, estabelecendo concursos públicos, conduzindo processos eleitorais para escolha e nomeação de diretores e do reitor.

A diferença na postura dos grupos antagônicos mostrou que, a condução política pela via democrática, tornou possível a volta ao controle das relações de poder no UNIOESTE do grupo histórico, hoje liderado pelo Reitor Erneldo Schallemburger.

A segunda eleição de Schallemburger e sua nomeação se deu em função do aprendizado por ocasião da nomeação arbitrária de Marcos Vinícius. Desta vez, o grupo histórico tratou de estabelecer relações com a elite econômica e política, não só de Cascavel mas, também com as elites de

Foz do Iguaçu, Toledo, Marechal Cândido Rondon e com o novo Governador Jaime Lerner (PDT).

Quanto as características de elites, os dois grupos, conservador e histórico, estão a se revezar no poder porém. o grupo histórico atua democraticamente pois, conforme define Laswell “A democracia de uma estrutura social não depende do fato que exista ou não uma elite, mas das relações que decorrem entre a elite e a massa; do modo com a elite é recrutada e do modo como exerce seu poder”.¹⁵²

¹⁵² LASSWELL, 1987. 24.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁLVARES, Obino Lacerda. **Estudos de Estratégia**, Bibliex-Ebrasa, Brasília: 1973.

ARGYRIS, Chris. **A integração indivíduo-organização**. São Paulo, Atlas, 1975.

AMES, José Luís. **Depoimento prestado a Ricardo Roberto Behr**. Cascavel: 1996.

BOBBIO, Norberto. **Teoria das Elites**, in: Curso de Introdução à Ciência Política. Brasília: Ed. UNB, 1982.

BERSCH, Lair José. **Depoimento prestado a Ricardo Roberto Behr**. Cascavel: 1996.

BETLHEM, Agrícola de Souza. **Política e Estratégias de Empresas**, Editora Guanabara Dois, Rio de Janeiro: 1981.

BLAU, P. M., Scott, W. R. **Organizações Formais**. São Paulo: Atlas, 1979.

BRUYNE, Paul de. **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais**, Francisco Alves Editora, Rio de Janeiro: 1991.

CAMPOS, Edmundo,(Org.). **Sociologia da Burocracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

CARVALHO, Janete Magalhães. **O Pensamento da Comunidade Acadêmica Sobre o Ensino Superior e as Decisões Constitucionais**: Elementos de Reflexão em Face da Elaboração da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Educação Brasileira, Brasília, 11(22): 197-217, 1º semestre. 1989.

- CASALI, Adriana. **Implementando Estratégias. Aspectos Funcionais e Operacionais**, Mestrado em Administração, UFPR., Curitiba: Mimeo, 1994.
- CASTRO, Cláudio de Moura. **Estrutura e apresentação de publicações científicas**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1976
- CHAMPION, D. **Sociologia das organizações**. São Paulo: Saraiva, 1979.
- CRISTAN, Mara Lucia. **Projeto de Universidade do Oeste do Paraná pode ruir I**. In: Jornal "A Gazeta do Iguaçu", 15/03/92.
- _____. **Projeto de Universidade do Oeste do Paraná pode ruir II**. In: Jornal "A Gazeta do Iguaçu", 16/03/92.
- DOCUMENTO MEMÓRIA 1- **Movimento em Defesa da Ética, Democracia e Autonomia Universitária**. Cascavel, Oeste do Paraná: 1992.
- DOCUMENTO MEMÓRIA 2- **Movimento em Defesa da Ética, Democracia e Autonomia Universitária**. Cascavel, Oeste do Paraná: 1993.
- ENGELS/MARX. **O Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Saraiva, 1979.
- ETZIONI, Amitai. **Organizações Modernas**. São Paulo: Pioneira, 1976.
- FARIA, José Henrique de. **O Autoritarismo nas Organizações**. Curitiba: Criar Edições/FAE, 1985.
- _____. **Comissões de Fábrica, Poder e Trabalho nas unidades Produtivas**. Curitiba: Criar Edições/FAE, 1987.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FREITAG, Barbara. **Escola, Estado e Sociedade**. São Paulo: Moraes, 1980, (Coleção Educação Universitária).

GREGORY, Valdir. Depoimento prestado a Ricardo Roberto Behr

Cascavel:1996. (Entrevista Gravada).

GRUPPI, Luciano. Tudo Começou com Maquiavel. As concepções de

Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. Porto. Alegre: L & PM. 1983.

LASSWELL, Harold D. e LERNER, Daniel. As elites revolucionárias. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1987.

HALL, R. Organizações: Estrutura e Processos. São Paulo: Prentice-Hall do Brasil, 1984

HART, Liddell. Estratégia. Rio de Janeiro: Bibliex, 1966.

LEBRUN, Gérard. O Que é Poder. São Paulo: Abril Cultural. Brasiliense, Coleção Primeiros Passos. 1984.

LUCKES, S. Poder e Autoridade. IN: BOTTOMORE, T., NISBET, R. (eds). História da Análise Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

MACHIAVELLI, Nicoló. O Príncipe; Traduções de Lívio Xavier. 4ª ed. São Paulo: Nova Cultural, Coleção os Pensadores. 1987.

MATUS, Carlos, Política, Planejamento & Governo, Brasília: IPEA. 1993.

MARCH, James e SIMON, Hebert. Teoria das Organizações. Rio de Janeiro: FGV, 1979

MARX, Karl. ENGELS, F. A Ideologia Alemã (Feuerbach). São Paulo:Hucitec, 1987.

MILIBAND, Ralph. O Estado na Sociedade Capitalista, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

MILLS, C. Wright. A Elite do Poder, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981

MOUZELIS, Nicos P. Organization Y Burocrácia. Uma Análise. 2a Edição,
Barcelona: Artes Gráficas S/A. 1975

MOSCA, Gaetano, in **ALBERTONI, Ettore A.** Doutrina da Classe política e
teoria das elites. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1990.

MOTTA, Fernando C. Prestes. Teoria Geral da Administração. Uma
Introdução. São Paulo: Pioneira, 1980.

MOTTA, Paulo Roberto. Gestão Contemporânea: A Ciência e a arte de
ser dirigente. Rio de Janeiro: Record, 1993.

NIERADKA, Izolet. Depoimento prestado a Ricardo Roberto Behr. Foz
do Iguaçu: 1996.

OFFE, Claus. Problemas Estruturais do Estado Capitalista. Rio de
Janeiro, Ed. Tempo Novo, 1984.

OLIVEIRA, José Afonso. Depoimento prestado a Ricardo Roberto Behr.
Foz do Iguaçu: 1996.

PEREIRA, M. J. L. Bretas. Mudanças nas Instituições, São Paulo: Nobel,
1988.

PEREIRA, Maria Ceres. Depoimento prestado a Ricardo Roberto Behr
Campinas: 1996.

PERIN, Zeferino. Depoimento prestado a Ricardo Roberto Behr.
Curitiba: 1995.

**PLANO DE AÇÃO e Concepção da Universidade Estadual do Oeste do
Paraná.** Cascavel: ASSOESTE, 1984.

POULANTZAS, Nicos. Poder Político e Classes Sociais, São Paulo;
Martins Fontes, 1986.

- PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o Bloco Histórico**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PORTER, Michel E. **Estratégia Competitiva**, Rio de Janeiro: Campus, 1986.
- PUPPI, Ubaldo Martini. **Depoimento prestado a Ricardo Roberto Behr**. Curitiba. 1996.
- RICHARDSON, Roberto Jarry, **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989.
- RICOEUR, Paul. **Interpretação e Ideologias**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.
- RODRIGUES, José Albertino (Organizador) **Vilfredo Pareto: Sociologia**, São Paulo: Ática, 1984.
- ROSSETTO, Eurides. **Depoimento prestado a Ricardo Roberto Behr**. Pato Branco: 1996.
- SAVARIS, Venturino. **Depoimento prestado a Ricardo Roberto Behr**. Foz do Iguaçu: 1996.
- SCHALLEMBERGER, Erneldo. **Depoimento prestado a Ricardo Roberto Behr**. Cascavel:1996.
- SCHERER, Flávio Vendelino. **Depoimento prestado a Ricardo Roberto Behr**. Cascavel: 1996.
- SCHEIDT, Milano Adolfo. **Depoimento prestado a Ricardo Roberto Behr**. Curitiba: 1995.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 1986.
- SIMON, Hebert A., **Comportamento Administrativo**. Rio: FGV, 1979.

STONER, A. F. J. Administração. 2. ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 1992.

THIOLLANT, Michel., Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária, São Paulo: Polis Ltda, 1981.

VANDERLINDE, Tarcísio. Depoimento prestado a Ricardo Roberto Behr
Cascavel: 1996.

VASCONCELOS, Liana F. Depoimento prestado a Ricardo Roberto Behr.
Cascavel: 1996.

VASCONCELOS, João Gualberto M. A invenção do coronel Editora
UFES, Vitória. 1996.

WEBER, Max, Ensaaios de Sociologia. Rio: Zahar, 1982.

ANEXOS

Depoimento nº 1¹

A FACISA foi organizada no período dos anos 70. Havia todo um grande anseio na cidade em ter um curso de nível superior. Assim graças a intermediação da Itaipu e ao então comandante do Batalhão, conseguiram aprovar, por decreto do presidente Figueiredo a instalação de um curso superior. A entidade mantenedora seria a FUNEFI - Fundação Educacional de Foz do Iguaçu, com participação decisiva do poder público municipal. Objetivava atender a essa ansiedade da cidade, ao mesmo tempo que aos interesses dos empresários locais. Daí o motivo para as instalações dos cursos de Administração de Empresas e Ciências Contábeis. Posteriormente são instalados os cursos de Turismo e Letras.

Nessa fase inicial a FACISA cobrava mensalidade dos alunos, sendo seus professores remunerados por hora/aula ministrada. Decorrente da situação financeira do país, inflação violenta, crise política, etc., a faculdade não tinha mais condições de se manter. Continuar com o projeto seria gerar problemas financeiros graves.

A situação era muito mais grave ainda em Cascavel, onde já existia uma grande dívida contraída pela faculdade. Assim a faculdade de Cascavel estaria na situação de insolvência.

Fato semelhante ocorria também em Marechal Cândido Rondon e Toledo. Em Tempo, todas essas faculdades também eram mantidas pelo poder público municipal, através de fundações. Todas igualmente cobravam taxas de mensalidades dos alunos.

Diante desse quadro difícil pensou-se e foi organizada uma caravana à Brasília, contando-se inclusive com a participação de alunos de Foz do Iguaçu, com a finalidade de solicitar ao Ministro da Educação a federalização das faculdades do Oeste do Paraná que, incorporadas, formariam uma universidade federal. O ministro falou da impossibilidade do plano e a então secretaria estadual de educação do Paraná estava presente, tomou a iniciativa de fazer a coisa caminhar à nível estadual. Começa nesse momento todo o projeto da UNIOESTE.

O governador do Paraná assume o problema e um dia antes de deixar o cargo para concorrer a uma vaga no senado, baixa o decreto constituindo uma fundação estadual para incorporar as faculdades do Oeste do Paraná. As três cidades não desejavam a incorporação da FACISA, porém o governador foi enfático que só aceitaria realizar essa fundação com a participação de Foz do Iguaçu.

Acertado isso o governador que assumiu, João Elísio, não desejava no seu governo criar a universidade nem mesmo colocar em prática a fundação estadual mantenedora. Alegava que Álvaro Dias já eleito, teria problemas com o aumento de gastos do Estado. Pressionado inclusive por campanhas de rua em Cascavel ele acabou cedendo.

¹ Depoimento concedido a Ricardo Roberto Behr, pelo Prof. José Afonso de Oliveira da FACISA, respondendo a questionário em 18 de março de 1996. Durante período abrangido pela pesquisa o prof. José Afonso foi professor da FACISA, tendo concorrido as eleições para a direção da FACISA junto com o Prof. Orides Balotin Guerra. no ano de 1988.

Com a Fundação já existindo, funcionários e professores são automaticamente incorporados pelo Estado. Os salários hora/aula são extintos e agora são criados salários conforme o tempo de dedicação, surgindo a famosa hora permanência. Ocorre que os salários são mantidos o mesmo, significando menos custo para o Estado, uma vez que de hora/aula é simplesmente, com o mesmo valor, transformado em permanência. Por decreto do governador todas as mensalidades dos alunos são canceladas, passando a ser em todo o Paraná, gratuitas. Pensava Álvaro Dias em repassar esses encargos ao governo federal o que não foi efetivado.

Ainda no governo Álvaro Dias é eleito José Kuiava e Flávio Vendelino Scherer para os cargos de Presidente e vice da fundação estadual. José Kuiava, ex-professor da FACISA, na cadeira de sociologia, que é substituído por mim mesmo, é um dos elaboradores dos estatutos da antiga FUNEFI. Eleito diretor da FECIVEL em Cascavel, tendo sido eleito para vice, Carlos Causadora. Flavo Scherer é também ex-Diretor da FACITOL, em Toledo.

A eleição de Kuiava foi decidida em Foz do Iguaçu, através de um acordo assinado em que Foz ganharia uma Pró-reitoria da futura universidade. No auditório da FACISA localizado no Colégio Barão do Rio Branco os professores Orides Balotin Guerra e José Afonso de Oliveira apresentaram os candidatos aos alunos que lotavam o referido salão. Ambos haviam se candidatado a diretores da FACISA e tendo ganho a maioria dos votos dos alunos, perderam nos votos dos funcionários da antiga faculdade. Graças a esse prestígio, Kuiava e Flavo acabaram eleitos, pois aqui obtiveram expressiva votação.

Agora abrindo um parênteses que julgo importante e conveniente. A presidência da FUNEFI não desejava a inclusão da FACISA na fundação estadual. Esse o motivo pelo qual as demais cidades não tinham interesse em Foz do Iguaçu e somente acabou sendo aceita por pressão do governador do Paraná, na época José Richa. Há uma memorável assembléia de professores, alunos, funcionários e presidência da FUNEFI no Country Club de Foz do Iguaçu, quando o Prof. Orides, tendo chegado de uma assembléia em Toledo dos professores das outras cidades, relatava o que estava se passando, onde aguardavam uma posição de Foz do Iguaçu. A posição tomada pelo seu conselho departamental foi de não participar da fundação estadual. Foi a nova presidência da FUNEFI que virou o barco ante as dificuldades financeiras, acabando a FACISA entrando na fundação estadual por pressão do governador.

Na administração do Kuiava, Flávio Scherer é nomeado para o Conselho Estadual de Educação. Kuiava não nomeou ninguém de Foz do Iguaçu e quando até que numa assembléia em Foz do Iguaçu foi indicado o professor Ricardo Behr para um cargo em Cascavel. Toda a Administração de Kuiava bateu de frente com o projeto de oficialização da universidade. Elaborou-se um estatuto, via uma estatuinte que durou trinta dias. O governador não criou a universidade alegando morosidade no processo de confecção do estatuto, que remetido ao Conselho Estadual de educação teve vários problemas para o seu reconhecimento. Há inclusive uma célebre disputa televisiva entre Teófilo Bacha relator no Conselho do projeto e José Kuiava.

No governo de Requião, sucessor de Álvaro Dias, a fundação entra num processo de não reconhecimento, dada as posições de governador de não investir no setor de ensino superior.

Vencendo o mandato de Kuiava ele antecipa eleições concorrendo Erneldo Schallemberger, Marcos Vinícius, Newton Sabá, este de Foz d Iguaçu. É eleito Erneldo Schallemberger que não toma posse, sendo nomeado Marcos Vinícius. Ao que se sabe o governador não nomeou Erneldo, entendendo que seria a continuação de Kuiava de quem não mantinha a mínima simpatia.

A versão que corre é a da pressão das lideranças empresariais de cascavel contra Kuiava, decorrentes de algumas de suas posições tomadas na cidade. Sabe-se que o governador não conhecia Marcos Vinícius, sendo o mesmo filiado ao partido político do governador e conseguindo fazer o jogo político até que foi indicado.

Há protestos em Cascavel contra a indicação de Marcos Vinícius, mas ele permanece no cargo. É na sua gestão com a renúncia de Requião para concorrer a uma vaga para o senado que assume Mário Pereira, cuja base política é Cascavel. A universidade é criada em dezembro de 1994 pelo então Ministra da Educação do governo Itamar. Para tanto o governo do Estado abre licitações para as várias obras necessárias e novos cursos são constituídos.

Fica aqui a pergunta como Cascavel conseguiu a reitoria. O então presidente da FUNEFI, reúne os professores em assembléia no Colégio Barão do Rio Branco e decide por esse fato, comunicando o ocorrido. Apesar dos protestos era justificada essa atitude, uma vez que os dirigentes e autoridades passariam por Foz do Iguaçu para chegarem a Cascavel, dando a entender que teríamos ainda o mando da universidade.

Na realidade, a universidade foi criada pelo conselheiro relator do Conselho Estadual de Educação de acordo com os seus critérios. Ninguém acabou prevalecendo da Universidade, nem mesmo o reitor que aceitou tudo de cima para baixo. A alegação foi que tínhamos que reconhecer a UNIOESTE e instalá-la imediatamente.

Depoimento nº 2²

Ricardo - Conversaremos com o Prof. Perin sobre a Universidade Estadual do Oeste do Paraná desde a sua implantação, sobre o projeto de universidade até o reconhecimento pelo Conselho Estadual de Educação do Paraná e pelo governo federal. Vamos conversar sobre como surgiu a UNIOESTE e o que ela representa para Oeste do Paraná e para o Estado em geral.

Prof. Perin- Bem, Ricardo, primeiro é um prazer muito grande em conversar contigo sobre uma temática na qual nós estivemos envolvidos, acredito que eu tive uma participação antes ainda em função de ter atuado em diversas funções públicas, inclusive na função de Coordenador do Ensino Superior durante o processo, primeiro de estadualização das quatro IES existentes lá, com sede em Toledo, Foz do Iguaçu, Cascavel e Mal. Cândido Rondon e depois no processo de criação da Universidade. Então o princípio assim, me parece deveria ser situado da seguinte forma:

O Estado do Paraná, é um dos Estados do Brasil que passou a assumir responsabilidades com o ensino superior. Na época já existiam 3 universidades consolidadas, Londrina, Maringá e Ponta Grossa.

O contexto da década de 80 era favorável, inclusive para que o processo continuasse na medida em que estávamos vencendo o regime autoritário. As reivindicações populares, passaram a ter uma possibilidade de expressão maior e passaram a ter também uma série de possibilidades de serem mediadas entre os grupos políticos que passaram a ser hegemônicos a partir desta época e o próprio Estado.

Na medida em que essas aspirações puderam se consolidar, evidentemente a possibilidade de resposta tinha chance maior do que outras oportunidades. Até porque esses grupos precisavam dar resposta à própria população que legitimou. Além disso um outro aspecto, como o Oeste do Paraná representa uma região importante. O Oeste entendeu que ele estaria de uma certa forma discriminado uma vez que outras regiões mais importantes tinham universidades estaduais e o Oeste não tinha. Então, essas foram talvez, o contexto e as condições e os argumentos maiores para que existisse um processo e uma mobilização, primeiro para a estadualização dessas quatro instituições.

Naquela oportunidade as próprias disputas entre as cidades, elas foram por partes minimizadas porque havia uma causa comum e havia interesse de todas as comunidades e das instituições de agregar e de congregar esforços inclusive Foz do Iguaçu, que mais tardiamente

² Depoimento concedido a Ricardo Roberto Behr pelo Prof. Zeferino Perin na cidade de Curitiba em julho de 1995. Durante o período abrangido pela pesquisa o Prof., Perin exerceu os cargos de Professor na FACITOL, Presidente da Comissão de implantação da Fundação Universidade do Oeste do Paraná e foi Coordenador do Ensino Superior da Secretaria de Ciência Tecnologia e Ensino Superior do Paraná. (entrevista gravada)

entrou no processo e foi convidada para que realmente participasse do processo na medida em que havia necessidade de juntar respaldo político para viabilizar uma decisão inegavelmente difícil. Convém lembrar ainda que na época o governo do Paraná além de todo o processo e tal, político daquele momento, estava sendo governado por uma personalidade de bastante sensibilidade que tinha inclusive muitas resistências com relação a esta estadualização por conta de outras prioridades, mas que na verdade, pela sua sensibilidade. pelo fato de ter abertura, o diálogo, realmente acabou depois de tentar uma outra alternativa da criação de uma universidade federal, acabou dando com a estadualização.

Bom, na oportunidade a situação destas instituições do ponto de vista da competência técnica instalada é extremamente frágil, praticamente não havia professores qualificados ao nível de mestrado, muito menos ao nível de doutorado, talvez uma ou outra pessoa, era um número extremamente reduzido, eram instituições que em função da própria luta pela transformação envolvendo alunos, etc. , se fragilizaram até do ponto de vista administrativo e gerência de maneira que aquilo que o Estado recebeu, foi realmente, talvez a gente usasse uma expressão, uma espécie de sucata do ensino superior, naquela oportunidade considerando esta realidade é compreensível as dificuldades iniciais em se tentar primeiro estruturar aquilo em busca de uma forma jurídica, que foi a Federação de escolas, mas evidentemente com grandes dificuldades, essas dificuldades refletiram de fato, também se repercutiram na própria questão, digamos assim, no relacionamento político, digamos assim, o próprio amadurecimento político não existia naquela época, o próprio grupo que começou a dirigir a instituição teve com certeza, assim uma dificuldade muito grande para poder interpretar a relação agora dessas instituições estadualizadas com o próprio Estado.

Ricardo- Prof. Perin, então não houve um projeto de universidade, o que houve foi um movimento da comunidade do Oeste do Paraná no sentido de transformar aquelas faculdades existentes numa universidade sustentada ou pelo Estado ou pela União? foi um movimento político?

Prof. Perin- Certo, é inicialmente claro, falava-se na universidade porque existia Universidade de Londrina, Maringá, Ponta Grossa, então como lá existia, o que a comunidade imaginava era uma reprodução de algo parecido lá, mas não existia um projeto formulado de universidade,, se tivesse pensado, nós vamos criar uma universidade com esta vocação, com esta estrutura, com essa grande competência, com essa inserção no Estado. Nada disso. a preocupação inicial era a estadualização daquelas instituições e a primeira proposta foi quando começou se pensar qual é a figura institucional que vamos adotar para uma realidade nova, a que congrega 4 instituições a figura imaginada foi a figura de uma federação de escolas, entrementes idos de 1.986, vencia o mandato do Governador Richa e novas eleições estavam ocorrendo no Estado e as lideranças políticas do Oeste passaram a incluir entre seus pleitos a criação da Universidade.

Essas articulações ocorreram no nível político das lideranças políticas, nem tinham transitado inclusive pela área acadêmica, tanto é verdade que nos primeiros meses de governo o Secretário de Ensino Superior da época, me chamou e disse: - aqui vou dar um depoimento, aqui a realidade é factual, para depois poder se refletir e interpretar - “ Vá ao Oeste e comunica a eles que o Governador tomou a decisão de criar a Universidade do Oeste do Paraná “ e houve uma situação extremamente inusitada, eu fui ao Oeste levando aquilo que era notícia alvissareira e comuniquei isso a um conselho existente formado por representantes das 4 instituições e a notícia assim gerou invés de euforia, gerou muita perplexidade, em parte eu a interpreto da seguinte maneira, na medida em que houve um processo bem sucedido de estadualização, algumas lideranças começaram a emergir no embalo desse processo de estadualização e parecia estranho a elas e não conveniente do ponto de vista político, que derrepente uma idéia que representava um avanço tão grande não tivesse brotado de lá e não tivesse sido consequência de três mil e uma passeata. Muito bem, houve outros fatores no contexto mais geral, em que pese a perplexidade começou-se a refletir esse assunto e posteriormente foi criada uma comissão de implantação da Universidade da qual eu fiz parte na condição de Coordenador de Ensino Superior da época. Mas nos meses seguintes passou a existir uma crise muito grave no ensino superior de Estado do Paraná. Um conflito entre as Universidades, particularmente onde eram alvejado sobretudo a Universidade de Londrina com o governo do Estado e uma situação um pouco estranha, até porque o governador era de Londrina naquela oportunidade e o Secretário do Ensino Superior também era de Londrina. Existiria uma série de fatos que poderíamos relatar, mas não vêm ao caso, o que importa é o seguinte: que na medida em que as universidades buscavam articulação para um confronto com o próprio Estado. As lideranças principais ou a liderança principal da Universidade em processo de criação preferiu seguir esse caminho também, aprofundando inclusive uma relação mais difícil com o próprio Estado e num momento em que realmente as condições estruturais, eram algumas instituições que tinham passado para o Estado recentes ainda não organizadas com grau de competência interna muito limitado, não existia evidentemente cacife para bancar uma postura política desta natureza. No momento em que o governo do Estado passava a enfrentar as universidades com um nível de agressividade nunca visto anteriormente, posteriormente com certeza, com outros requintes, inclusive com uma metodologia muito requintada, mas para a época, basta lembrar as manifestações do Governador Álvaro Dias em relação as Universidades, para se verificar que não existiam precedentes dessa natureza. E tanto é verdade que na época dentro deste contexto, a universidade de Maringá estava pleiteando, lutando pela implantação do curso de medicina e odontologia e o então Secretário de Ensino Superior Ciência e Tecnologia, que era médico, passou a em primeiro lugar, a pressionar no sentido de que isso não ocorresse. Aí eu vou colocar mais um fato, revelando um segredo de Estado. Eu fui encarregado de presidir uma comissão para estudar uma política de ensino superior. Na verdade na mente do Secretário, o que ele esperava era um relatório que condenasse a implantação de cursos de medicina e odontologia em Maringá, evidentemente nós

seguimos um outro caminho, sem que isso representasse desobediência posto que nossa obrigação era exatamente apresentar um trabalho que representasse uma resposta a necessidade do Ensino Superior e não um relatório que fosse meramente casuístico. É, mas neste embalo e ao desejo de outra tentativa do então secretário de até levar uma proposta que em tese seria interessante, de que uma certa maneira estava sendo gestada no próprio Oeste do Paraná, da criação de Universidades Regionais, mas como ele havia proposto, isto sem uma discussão prévia que seja, sem levar em conta as variáveis políticas envolvidas e sem levar em consideração as próprias instituições, elas incorporam as estruturas de poder local, ele passou a ter a reação e o repúdio de todos, mas naquela oportunidade quando foram reunidos os dirigentes do ensino superior junto do governador a tentativa de assinar o anteprojeto que iria a assembléia para a criação das Universidades regionais, ele abordou a questão dos cursos de medicina e odontologia em Maringá e acenou vivamente com a possibilidade de implantá-los na Universidade do Oeste do Paraná e para perplexidade então de quem acompanhava o processo em lugar de explorar essa abertura, inclusive de retornar ao próprio Oeste e dizer que havia uma proposta nascida do próprio governo e dita no gabinete do governador, em lugar de explorar exatamente esta abertura, as lideranças da época preferiram continuar com atitude de confronto com o Estado. O Secretário não sobreviveu a este confronto.

Ricardo - Esse confronto entre as lideranças do Oeste do Paraná, pode ser entendido como um confronto um confronto político? Havia questões partidárias neste contexto?

Prof. Perin - Não, as questões não eram predominantemente de cunho partidário, as questões eram de algumas lideranças que estavam se consolidando como lideranças e que apostavam,, exatamente na eficácia do confronto para se fortalecerem como lideranças, até para resgatar talvez uma certa imagem anterior a todo o regime democrático. Esta é a avaliação que eu faço, pelas informações que eu disponho. Mas muito bem, eu retomo, o secretário não sobreviveu e o novo secretário acabou negociando uma solução diferente na preleção entre o Estado e as universidades. As posturas de confronto ainda continuaram, porém foram administradas satisfatoriamente, sem que se utilizasse medidas de caráter autoritário da parte do Estado. Mas em que pesem estes aspectos há que se reconhecer que nesse período todo, ou seja sobretudo desde o processo de implantação em que pese toda essa postura dessas lideranças. A comunidade começou também a ganhar, digamos assim algumas condições infra-estruturais, em níveis, primeiro lugar até de um certo apoio para as próprias condições de estrutura física, mas sobretudo ao nível da busca de um aumento de competência das instituições, com grande esforço na medida em que se implantou o plano de carreira para a própria UNIOESTE, com os mesmos critérios, os mesmos requisitos, o mesmo formato daqueles existentes nas universidades. A universidade passou, a Universidade do Oeste em formação passou a ter condições, e aí você já está no pedaço, já sabe disso, de fazer os concursos e até numa atitude extremamente elogiável,

então importante do ponto de vista de estruturação da universidade, buscando divulgar estes concursos no país inteiro e conseguiu contratar efetivamente um grupo significativo de docentes com mestrado sobretudo e acredito até alguns com doutorado. Isto começa a dar um rumo diferente para o projeto, diferente em que pese esses tropeço iniciais a universidade começa a acontecer sobretudo na medida em que se agrega massa crítica, se agrega competência.

Ricardo - Eu, tive oportunidade, esses dias de ver o projeto de reconhecimento da universidade. Para minha surpresa, o número de professores com doutorado, mestrado é bem menor. Ela foi reconhecida com um número de professores bem menor, a questão de um ano atrás. Eu me lembro que era uma das exigências do Conselho Estadual de Educação, que a Universidade tivesse pelo menos 35% do corpo docente, de mestres e doutores. Esta, era uma exigência daquela época. O grupo que dirigia a UNIOESTE naquela conjuntura estava tentando fazer com que tudo seguisse os trâmites exigidos. Mas com os acontecimentos posteriores, este número de professores diminuiu e não foi mais empecilho para a universidade ser reconhecida. Como se explica isso?

Prof. Perin - Este é um fato importante que eu quero comentar. Porque em função dessas condições, primeiro do fato, eu diria de ter-se começado a estruturar a universidade e nessa estruturação acredito que o passo mais importante foi exatamente o plano de carreira e a possibilidade de recrutar mediante concurso evidentemente, essa massa crítica toda. Para mim este é um fato extremamente importante, é claro que esta massa crítica recrutada começou a pensar em termos de universidade e a universidade começou efetivamente a ser imaginada, a ser projetada e evidentemente que além de se pensar universidade, as próprias ações desenvolvidas naquelas instituições tiveram uma mudança qualitativa, por força exatamente da incorporação desses quadros novos. Ao lado disso, a que se levar em consideração exatamente toda a discussão que se fazia da LDB, que começava exatamente a traçar uma série de critérios que se deveria adotar na autorização e no reconhecimento de universidades. E como os membros do CEE tinham uma participação ativa. Existia aqui, eu participava de um Fórum de defesa da Escola Pública, tratava dessas questões, que se articula em nível nacional, etc., então ao lado disso houve também um período, onde esses conflitos decorrentes daquelas situações que a gente alegava antes, foram administrados satisfatoriamente pelo Estado, de maneira que eles não foram, não se sacrificou a evolução da instituição para conter o ímpeto eventualmente de uma ou outra liderança. Foi um período em que a universidade começou de fato a acontecer, eu diria que o processo eleitoral que se seguiu, foi um processo que revelou exatamente esse novo nível de maturidade da própria instituição, porque o processo, você esteve lá, você participou dele, você tem mais informação nesse sentido, mas sendo da Coordenação de Ensino Superior, a gente observava exatamente um processo em que se procurou discutir um projeto de universidade já com uma massa crítica como nós dissemos muito mais qualificada, mais capacitada, como uma

instituição mais competente. Ocorre que ao cabo de 4 anos um novo processo eleitoral existe e nesse novo processo eleitoral uma liderança importante passa a assumir a condição de Vice-Governador do estado, que será o “grande mediador político do Oeste do Paraná”.

Neste momento algumas contradições de natureza geo-política e de natureza social, elas passaram novamente a figurar dentro do cenário. Quais são essas contradições? As contradições existentes entre disputa pela hegemonia política da região. Na qual as lideranças de Cascavel e as forças políticas de Cascavel jamais pensaram em abrir mão e evidentemente na medida que se estava estruturando uma organização muito importante que seria mantida pelo Estado e que ela teria um peso político ao nível da região. Interessa para eles que hegemonicamente ela estivesse sendo consolidada em Cascavel. Ocorre que o candidato vencedor não era do *campus* de Cascavel, e isto poderia representar de uma certa forma, uma ameaça para posição hegemônica de Cascavel dentro do contexto das 4 instituições que se juntavam para a criação da Universidade. Eu acredito que essas questões ao nível acadêmico estavam até superadas; você têm mais informações do que eu; ou pelo menos estavam administradas. Ao nível das lideranças político-partidárias com certeza não. Então esta questão se tornou ma questão se tornou uma questão crucial. Ao lado disso outra questão. esta de natureza sobretudo de classe, também veio a tona.

Ocorre que as lideranças já inclusive renovadas. Era um novo grupo de líderes que estavam assumindo a universidade do Oeste do Paraná ou que viria a assumir a UNIOESTE, algumas já em posse como no caso do diretores e com um diretor geral já eleito. Já representava evidentemente um novo estágio nas próprias lideranças emergidas na própria universidade, Elas evidentemente não eram bem vistas pelo ponto de vista político por aquilo que elas representavam e pela sua ideologia, etc., pelos grupos politicamente hegemônicos, sobretudo em Cascavel e inclusive nas outras cidades, mais que se expressavam mais em Cascavel e esses grupos volto a frisar haviam ocupado um espaço político importante ao nível de Estado, sobretudo porque haviam eleito um governador e um Vice-Governador numa conjuntura política difícil. Só esta aliança sobretudo de lideranças da capital com o Oeste do Paraná é que viabilizou efetivamente a vitória do governo Requião e Mário Pereira. Muito bem, aparentemente, talvez para as próprias liderança, no início, essas questões não tinham a importância que passaram a ter posteriormente, ou seja, talvez as lideranças não se aperceberam do que representava esse contexto político todo, tanto é verdade, que contrariamente a tudo que ocorrera desde a comissão paritária que eu mesmo presidi lá pelos idos de 1.985 em que se colocou a questão das eleições para dirigentes do ensino superior e que o governo da época passou a assumir compromisso político de escolher sempre o primeiro, o candidato mais votado. Esse processo passou a ser interrompido pelas circunstâncias que você conhece melhor do que eu e não vou aqui repeti-las. Mas isso revela o quê?

Revela em primeiro lugar que a não aceitação pelo governo e a não indicação e a não nomeação daquele candidato deixava muito claro que as forças políticas hegemônicas do Estado

do Paraná estavam comprometidas com aquilo que representasse hegemonia política de Cascavel em primeiro lugar. E em segundo lugar e aí “pasmen” senhores, porque o governador eleito se dizia de esquerda, ele passa efetivamente também a ceder diante dos interesse dos grupos de políticos hegemônicos locais, sobretudo de Cascavel. Então o “pasmem” aqui, realmente ele é dito com ênfase, porque a gente sabe e eu sei pela minha experiência que o estado Têm uma enorme capacidade de negociação se quiser, de preservar inclusive lideranças que em tese estariam ideologicamente muito mais próximas daquilo que ele dizia defender do que propriamente de grupos cuja vontade, sem muita hesitação ele pretendia satisfazer. Talvez para oferecer digamos assim um retorno ao apoio político-eleitoral que ele tivera lá na região. Mas essas a meu ver São duas da contradições fundamentais para poder se entender o fenômeno da UNIOESTE naquele contexto e naquela fase.

Muito bem, ocorre que a ação do governo nessa época passa a ser desastrosa no ponto de vista de se criar uma Universidade competente. Em primeiro lugar, porque ele passa a negar todo o processo de legitimação dos dirigentes, em segundo lugar, porque ele passa a perseguir os diretores com o requinte de perversidade muito próximo daquilo que se verificou no tempo da ditadura e você sabe muito bem das situações, e eu aqui volto a dizer ” com requintes de perversidade e de imoralidade que nunca se tinha visto na administração do Estado do Paraná em toda a sua história com diretores cassados, com diretores perseguidos política e pessoalmente de maneira brutal. E “pasmen” mais um outro detalhe. Um outro órgão que efetivamente poderia contrabalançar que se chama Conselho Estadual de Educação que havia se comprometido também em realmente, somente avaliar universidades que tivessem o grau de competência correspondente a tudo que se propunha na nova LDB e que era exatamente a orientação que era passada para a própria Universidade como condição. Nessa altura praticamente em primeiro lugar silencia diante da situação ou muito de leve manifesta algum tipo de desagravo por aquilo que está acontecendo.

Evidentemente num contexto de crise institucional que se gera no âmbito da instituição com perseguição das lideranças que estavam sobretudo nos diferentes *campus* da universidade, começa-se a desmontar toda uma estrutura que vinha sendo construída, sobretudo de massa crítica de recursos humanos, de competência e aqui eu enquadro a observação que você fizera antes, quer dizer, neste momento, praticamente a universidade, literalmente ela começa aficar fragilizada e até como projeto universitário desmontado, se nós pensarmos pelo menos uma universidade competente, na medida em que você por uma pressão arbitrária da parte do Estado, você persegue lideranças e você desestimula outras e desestimula inclusive os acadêmicos que tinham interesse em fazer um trabalho sério nas diferentes áreas em que estavam atuando. Entretanto do ponto de vista político o Estado coloca o dirigente que é o dirigente de agrado dos grupos hegemônicos locais, com isto o Estado, realmente resolve as questões fundamentais das lideranças políticas locais. Primeiro ele consolida a hegemonia política de Cascavel e em segundo lugar ele afasta intelectuais que não era do agrado dos grupos politicamente hegemônicos

sobretudo de Cascavel e com certeza de outros *campi*. Mas isto você conhece melhor do que eu; então ele resolve dessa maneira. Quer dizer, realmente têm uma atitude conservadora nesse sentido, porque ele preserva exatamente os grupos políticos hegemônicos locais, preserva inclusive do ponto de vista geopolítico, uma hegemonia localizada contra talvez uma tentativa de fazer um desenvolvimento mais harmônico ao nível da própria região, que era isso que se passava na cabeça do pessoal das universidades e ao lado disso, ao nível interno, você têm mais informações do que eu, mas essa crise e sobretudo essa prática arbitrária e imoral, deve ter deixado seqüelas profundas e deve ter alimentado lideranças, inclusive que se deram conta de que este é o caminho mais eficaz para chegar e permanecer no poder.

Então, numa instituição universitária, educacional é o pior exemplo que o Estado dirigido naquela época por figuras determinadas e veja mais uma vez, aqui cabe salientar uma crítica ao CEE, com certeza ela será rebatida com veemência, etc., e tal mais é importante se analisar até por causa dos fatos. O Conselho, que como disse estimulava e colocava como condição que a universidade só aconteceria se a tivesse um percentual x de mestres e doutores, etc., e era extremamente severo com relação a apreciação desses projetos quando não tivesse essas condições, mais uma vez mostrou a sua fragilidade do ponto de vista das suas funções institucionais ao ceder politicamente e oferecer o reconhecimento a uma instituição que nem de longe tinha as condições existentes quando o grupo anterior estava liderando o processo de criação da universidade. Desta forma o que acontece. Consuma-se, cria-se a universidade, institucionalmente era tudo que a região queria, porém, trata-se de uma universidade que de maneira nenhuma no momento em que ela é reconhecida, ela pode ser caracterizada como uma universidade marcada pela competência, sobretudo porque ela foi em grande parte despojada de seus recursos humanos e porque ela também estava sendo comandada pelo próprio Estado e pelo seu representante local num momento em que se estimulava aqueles comportamentos que denunciávamos antes, arbitrários, imorais, que culminaram com a perseguição de muitas pessoas. Então tenho a impressão que assim muito por alto e tal este seria o contexto, digamos assim, de aproximadamente 10 anos do processo de criação da Universidade do oeste do Paraná.

Mas evidentemente que a história tem avanços e tem recuos e com certeza ela pode retomar o seu processo, a sua caminhada, nem de longe estamos aqui dizendo que a guerra está perdida, pelo contrário, algumas batalhas importantes foram perdidas, para quem queria um projeto de uma universidade competente, engajada socialmente, comprometida com o desenvolvimento econômico e social da região, dirigida com o máximo de legitimidade para que ela pudesse inclusive ser um exemplo da prática da cidadania quer dizer, todos esses aspectos num determinado momento, eles ficam afastados e em período de obscurantismo e curiosamente é neste período que ela é reconhecida como universidade mas perfeitamente compreensível por tudo aquilo que se disse anteriormente. Até porque para determinados grupos o que interessa muito mais, usa o que ela pode representar enquanto estrutura de poder a ser comandada e

manipulada do que propriamente enquanto instituição prestadora de serviço à própria comunidade.

Ricardo - O reconhecimento da UNIOESTE foi uma estratégia burocrática Weberiana utilizada pela lideranças econômicas e políticas de Cascavel como uma estratégia para manter a situação como sempre foi? Ou seja para manter as mesmas elites no poder e para que a Universidade não fosse nem transformadora e nem tentasse modificar a relação capital/trabalho naquela região? Não sei se fui claro?

Prof. Perin - A pergunta é clara. Veja bem Ricardo, eu acredito e observo o seguinte, evidentemente que a maneira de encarar as coisas e de sobretudo de expressar e de formular feitas por pessoas que profissionalmente se dedicam a política, ela pode ser diferente da forma de comunicação e de análise que faz o acadêmico, o mestrando, com toda aquela fundamentação teórica, com toda aquela clarividência, etc. e tal, e tão evidentemente. eles não são acadêmicos e nem fariam isto, mas sabem muito bem e com uma extrema clareza aquilo que eles representam e aquilo que lhes interessa do ponto de vista político. E não há dúvida nenhuma de quem sobretudo lidera politicamente têm a preocupação de preservar o poder. E se uma instituição aparece que têm um peso político importante, não há dúvida de que não precisam grandes análises sobre o que ela representa e tal nos seus detalhes para que ela tenha significado.

Eu volto aqui a repetir o exemplo de uma tese interessante do Secretário Ascêncio, que inclusive ele foi a São Paulo se aconselhar com o então Reitor da USP, Goldemberg, que lá do alto da USP, achou também interessante a idéia de universidades regionais, mas pelo fato de não ter trabalhado nas idéias com as lideranças políticas, e tal, na medida que elas perceberam que isto poderia representar, como foi por exemplo o caso de Guarapuava. uma espécie de quebra de status político com relação a uma outra cidade próxima que era Ponta Grossa, eles não tiveram a menor sem cerimônia em repudiar a idéia e isto considerando que normalmente em Guarapuava, era um pessoal que não têm muita tradição de lutas desse tipo de natureza. Mas não ocorreu isto só em Guarapuava, isso ocorreu lá na tradicional União da Vitória, em Cornélio Procopio, etc, sem contar evidentemente que as próprias universidade diante daquilo preferiram não ter maiores encrencas e acabaram também evidentemente recuando da idéia.

Então o que a universidade representa em termos políticos com certeza todas essas lideranças sabem muito bem, sabem até porque Ricardo, que desde o processo de estadualização a tese da Universidade do Oeste rendeu e rendeu demais do ponto de vista político, desde aquela primeira reunião lá em Guaraniaçu, recheada de grandes discursos e de grandes propósitos. até as outras reuniões, conclaves, congressos, entrevistas, discursos de palanque, discursos em assembleias e coisas do gênero. Que mais a galera quer do que isto. o que mais gosta o político do que ver a galera exultante.

Ricardo - Obrigado Prof. Perin pelo depoimento.

Depoimento nº3³

01- Qual era a concepção de Universidade prevista no projeto da UNIOESTE elaborado pela equipe do Prof. José Kuiava?

A concepção era de uma universidade *multicampi*, pública, gratuita, descentralizada quanto à sua estrutura e organograma institucional e funcional. A estrutura do poder prevista era a mais democrática possível, com representações nos colegiados diversos da comunidade universitária dos *campi* e da sociedade/classe produtora e trabalhadora.

02- A concepção de universidade foi modificada com a saída da equipe do Prof. José Kuiava e a entrada da equipe do Prof. Marcos Vinícius na direção da UNIOESTE?

O projeto inicial foi tentado ser mantido por iniciativa mais dos diretores das então faculdades do que pela administração central. Com a vinda dos peritos do CEE/PR para o acompanhamento do processo de reconhecimento, foi necessário produzir, enfim, o modelo organizacional para que merecesse a análise do perito. Para isso várias reuniões foram feitas pela C.A.T. (Comissão de Apoio Técnico ao Reconhecimento que Presidi). e que culminaram com um período de reuniões no auditório da OCEPAR. A proposta foi sendo discutida, mas no decorrer dos debates, a representação de Cascavel (tanto a Reitoria como FECIVEL), se retiraram e não participaram da proposta elaborada por Toledo, Foz do Iguaçu e Marechal Cândido Rondon. Para surpresa geral, o Diretor Presidente, dias após, convocou um consultor de Santa Catarina (Florianópolis), que fez uma proposta de regimento, estatuto e Organograma da UNIOESTE, modelo à revelia das discussões havidas, o qual foi imposto e encaminhado a SETI/PR e ao CEE/PR, para ser a proposta oficial para o reconhecimento. Esse modelo foi aceito pelo CEE/PR, altamente centralizador do poder da Reitoria, esvaziando praticamente os *campi*, fora o de Cascavel. O relator do reconhecimento Prof. Teófilo Bacha Filho. reconheceu que o modelo é centralizador, mas justificou à Câmara de Ensino Superior e ao plenário do CEE/PR que esta era a única forma de unificar a UNIOESTE, forçando-a a ter uma unidade e não 04 universidades dentro de uma só - que após alguns anos o modelo poderia ser revisto. O modelo é tão centralizador que até, imagine-se isso, o Biotério ficou diretamente subordinado ao Reitor, como se essa fosse uma das grandes preocupações do Magnífico! Sabe-se que essa centralização foi cuidadosamente estudada pela equipe do Marcos Vinícius, para poder dispor de praticamente de todos os cargos e, como primeira consequência, garantir a primeira eleição de Reitor e a carreação de votos sempre em maioria para beneficiar Cascavel.

³ Depoimento concedido a Ricardo Roberto Behr através de questionário respondido pelo Prof. Flávio Vendelino Scherer em 18 de março de 1996. Durante o período abrangido pela pesquisa, o Prof. Scherer exerceu os cargos de Prof. e Diretor da FACITOL, Vice-Presidente da FUNIOESTE (1988-1992). Atualmente é presidente da Comissão permanente do vestibular

03- De que forma e quais foram as decisões mais importantes foram tomadas na estatuinte presidida pelo Prof. Eurides Rossetto?

Quanto à estatuinte, mesmo na época sendo Diretor Vice-Presidente, não participei diretamente, sei dos resultados e das conseqüências da estatuinte, da qual saiu diretamente o projeto da UNIOESTE, o primeiro Estatuto, o primeiro Regimento e o organograma da universidade, conforme contido nos volumes encaminhados ao CEE/PR, como carta Consulta/Projeto. Este material foi abandonado posteriormente, pela direção da UNIOESTE e pelo Relator do processo de reconhecimento.

04- Por quê o Prof. José Kuiava formou sua equipe de assessores (Pró-Reitores) com pessoas oriundas dos 4 *campi* da UNIOESTE?

Foi exatamente para dar a característica *multicampi* e envolver todas as faculdades no processo. Hoje vejo que é nos *campi* fora de Cascavel que existem os melhores recursos humanos. Professores e funcionários menos viciados e menos acomodados do que em Cascavel, onde sempre predominou o apadrinhamento, o corporativismo, a falta de apetite para o trabalho e falta de desafios. As coisas nos outros *campi* sempre aconteceram com muito esforço, luta e empreendimento, ao passo que em Cascavel, por ser uma região geograficamente melhor localizada, as coisas sempre acontecem mais gratuita e fortuitamente.

05- O planejamento da UNIOESTE previa cursos para cada *campus* conforme a vocação da região. Este acordo foi quebrado? As regras mudaram durante o processo de reconhecimento ?

De fato, a projeção era de que os cursos para cada *campus* fossem mais de acordo com a realidade de cada localidade, embora poucas diferenças existam de um para outro lugar, com exceção talvez de Foz do Iguaçu. Percebeu-se, desde que a discussão da expansão foi iniciada, que Cascavel aceitava que outros centros tivessem novos cursos, desde que fossem inexpressivos, pois todos os chamados bons ou “cursos nobres” deveriam ficar em Cascavel, independente de questões de afinidade ou não. Com a aceleração do processo do reconhecimento, o Relator aceitou, mais uma vez, a imposição do plano de expansão proposto pelo Diretor-Presidente, mais resolveu fazer um corte, deixando apenas 14 cursos por implantar no período 1995-1999. Esse capítulo da expansão é bem abordado no Parecer 137/94- CEE/PR, de 05/08/94, do reconhecimento, e que Marcos Vinicius desconheceu ao implantar Medicina, Odontologia e Engenharia Civil, em 1995, resultando na polêmica e suspensão judicial em que resultou.

06- Por quê a implantação de novos cursos na gestão do Prof. Marcos Vinicius não seguiu a orientação do planejamento inicial?

Porque Marcos Vinicius mantinha suas reuniões de planejamento e aconselhamento com o grupo político do PMDB de Cascavel, que planejava, na verdade, usar dos dados regionais e do

que mais precisasse para criar a Universidade de Cascavel, independente e desmembrada dos outros *Campi*. Por essa razão era necessário fortalecer ao máximo a estrutura e os investimentos em Cascavel, implantando imediatamente cursos de peso e que, evidentemente, iriam carrear a maior parte dos recursos, mingando os investimentos nos demais *campi*. Tanto para os cursos novos, quanto para resolver a questão dos cursos repetidos, os acordos anteriores foram ignorados. Para os cursos repetidos (Ciências Econômicas, Administração, Ciências Contábeis e Letras), Cascavel concordava que deveria ser eliminada a repetição. Desde que ficassem sediados em Cascavel. Mesmo ficando como estavam, é só ver como ficou a disputa pela sede dos Centros e dos Departamentos.

Conforme a legislação do CEE/PR (Deliberação 002/92), e também de acordo com o extinto CFE, atual CNE, as normas estabelecem um planejamento quinquenal por ocasião do reconhecimento de uma universidade, e que deve ser seguido. sob pena de cassação do reconhecimento. A UNIOESTE (Marcos Vinicius) não aceitou fazer o cronograma da expansão dos cursos de graduação ano a ano entre 1995-1999, tendo os peritos paralisado o processo do reconhecimento. O Relator Teófilo Bacha Filho, acionado pelo Governador Mário Pereira, com quem trabalhava na Casa Civil, propôs aos Peritos e ao CEE uma saída para que o processo desse andamento: aprovar num "bolo" único todos os 14 cursos e vincular a implantação de cada curso à apresentação ao CEE/PR de projeto específico, comprovando as condições financeiras, físicas, equipamentos, laboratórios, pessoal, etc. Isto consta no parecer 137/94- CEE/PR. O MEC, na sua portaria de Reconhecimento da UNIOESTE, em 23/12/94, homologou o reconhecimento nos termos do Parecer do CEE/PR. Isto conclui, portanto, a vinculação ao CEE. O Reitor *pró-tempore*, querendo agir em nome da autonomia universitária, se deu mal com a justiça e criou toda a polêmica hoje existente.

07- Como era feita a distribuição do orçamento entre os campi da UNIOESTE na gestão Kuiava?

Não tenho maiores informações, mas atendia às recomendações do Estado (SEFA/PR) e seguia um critério, informalmente aceito, de proporcionalidade do número de alunos e de alguns projetos específicos. O fechamento final ocorria em reuniões. sendo portanto, bastante democrático. Esse processo desapareceu com o Diretor-Presidente seguinte - Marcos Vinicius.

08- O movimento "Universidade Já", da cidade de Cascavel tinha qual objetivo?

O movimento "Universidade Já" era, inicialmente, um movimento para desacreditar a UNIOESTE, fracioná-la e torná-la apenas de Cascavel. Visava exatamente a criação de uma universidade só para Cascavel, e projetar politicamente algumas pessoas. Quando alguns líderes se deram conta das exigências e de que era mais fácil investir na própria UNIOESTE, mesmo *mult campi*, o movimento definhou e se reduziu a um grupo de empresários e de administradores públicos para tentar assim mesmo criar uma universidade (ou faculdade) particular, o que culminou com a "compra" de projetos e de cursos de entidade de Presidente Prudente/SP, e que

deu origem a UNIVEL, criada em agosto de 1995, e que iniciou suas atividades em 1996. Na verdade com a ascensão de Mário Pereira ao Governo do Estado, a prioridade número um de seu governo era investir em Cascavel o máximo que pudesse de recursos públicos, para reconhecer a UNIOESTE, destinando aos outros *campi* apenas valores no orçamento, mas que rapidamente a Direção da UNIOESTE remanejou e aplicou em Cascavel.

09- As posições partidárias de alguns dirigentes na UNIOESTE e dos políticos locais influíram de que maneira na escolha do Prof. Marcos Vinicius para Presidente da UNIOESTE?

Totalmente! O Marcos não preenchia os critérios para concorrer normalmente à Presidência. Não tinha 02 anos de vinculação com a IES. Inscreveu sua candidatura com mandato de segurança, o qual, julgado depois, lhe cassou a liminar. Tendo concorrido nas eleições (com mandado de segurança negado depois), além disso perdeu as eleições, e assim mesmo o PMDB de Cascavel, acreditando ser um líder “carismático”, apostou tudo nele! Carisma e competência é o que ele mesmo não tinha! O tempo o desmascarou!

10- Por quê o governo Requião adotou a estratégia de destinar poucos recursos para a educação de nível superior? Foi por que manteve baixos os salários dos professores universitários?

O Governador Requião, na verdade, detestava os intelectuais ou os que os pudessem desafiar em seus sacarmos. Tratou duramente o ensino superior, destinando ao cargo de titular da SETI/PR um secretário sem qualquer visão de ensino superior, um “testa de ferro”, um senhor ultrapassado no tempo, um verdadeiro incompetente e, além de tudo, com espírito vingativo, o Sr. Adhail Sprenguer Passos. O Governo Requião transformou todas as fundações Estaduais em Autarquias, passando a tratar os professores universitários como meros servidores e não como professores. Por sua iniciativa, em todos os momentos ou reajustes de salários, passou sempre a dar significativa diferença a maior de índice aos professores de 1o. E 2o. Graus (assim mesmo mal pagos) e os professores universitários entravam na categoria dos “demais servidores”. Essa estratégia, de aniquilamento da Universidades por inanição salarial e falta de repasse de recursos, demonstrou o caráter do Governo Requião, semelhante aos dos ditadores políticos de que a história tem milhares de exemplos. No Paraná, incluída a UNIOESTE, muitos professores qualificados pediram demissão, foram para outras IES de outros Estados ou foram para a iniciativa privada, os concursos públicos para docentes não passaram mais a ser atrativos e até o momento não há plano estadual para qualificação docente e conseqüente liberação dos professores.

11- Qual o interesse da Associação Industrial e Comercial de Cascavel em apoiar o grupo do Prof. Marcos V. P. de Souza para ocupar a presidência da UNIOESTE?

Era, sem dúvida, para “construir” futuro “líder”, que pudesse vir a ocupar espaços mais destacados (teria sido cogitado para a SETI/PR no Governo Mário Pereira), ou provavelmente

para manter uma vigilância e uma pressão constante de Cascavel em cima do governo do Estado, para obter recursos e investimentos, inclusive para satisfazer à vaidade e a desastrosa precipitação do programa de implantação de cursos da área de saúde. Essa unificação das diversas correntes da ACIC em torno dos interesses únicos de Cascavel produziu também a reação das demais comunidades que, como se viu, apoiaram decisivamente a chapa “Compromisso Regional”, que elegeu o atual Reitor - Erneldo SchalleMBERger, o que significou um desastre e um duro golpe para Cascavel, ainda não digerido.

12- Qual o rumo que tomou a UNIOESTE com a nomeação do Prof. Marcos V. P. de Souza no que se refere a estrutura organizacional?

Foram trazidos, como assessores, pelo Diretor-Presidente Marcos Vinicius, ex-reitores e outros consultores das outras Universidades Estaduais do Paraná, para implantar na UNIOESTE uma estrutura de poder centralizado, tal como existente nessas IES (UEL, UEM e UEPG), com experiência tradicional de 25 anos (não vantajosa para a UNIOESTE) e não - *multicampi*. Praticamente foram transpostos regulamentos e a organização dos centros e dos departamentos, sem a participação dos professores interessados. Como era um período *pró tempore*, não houve eleição para os cargos de diretor ou chefe. Só foram designados professores que abdicaram das idéias de descentralização. Os que persistiram em manter a resistência *multicampi* / descentralizada, foram demitidos e submetidos a duvidosos inquéritos administrativos, como foi o caso de diretores José Luiz Ames (Toledo), Eurides Rossetto (Cascavel) e Ricardo Roberto Behr (Foz do Iguaçu). Quando se tratou da eleições para Reitor, para Diretor Administrativo de *Campus* e Diretor de Centro, vários foram implantados nos regulamentos, como, por exemplo:

- a eleição descasada de Reitor e Vice-Reitor
- a indicação de um acadêmico (Valter Parcianello), militante do PMDB e membro do primeiro escalão da Prefeitura de Cascavel, como presidente da comissão eleitoral central da UNIOESTE
- a marcação de épocas diferentes entre as eleições de Reitor/Vice de diretores e chefes de departamentos
- a concessão de direito a voto aos “alunos” de Medicina e Odontologia, cursos suspensos pela Justiça Federal, cujos “alunos” sequer estavam matriculados, mas que eram conhecidos cabos eleitorais da situação.

13- Como foram formados os Colegiados Superiores com o reconhecimento da UNIOESTE? os Conselheiros foram eleitos? Indicados?

O Estatuto, do reconhecimento, previa um período *pró tempore*. De 01 ano. Nesse período para a composição dos colegiados superiores, todos os cargos que não estavam preenchidos pelo processo eleitoral, foram preenchidos por indicação. E isso, sendo estatutário, favoreceu ao Prof. Marcos Vinicius, que criou colegiados totalmente submissos. Chegaram a aprovar matérias ilegais, como foi o caso da implantação à revelia, dos curso de Medicina, de Odontologia e de

Engenharia Civil, e implantação do organograma favorável ao campus de Cascavel, mesmo contrariando disposições estatutárias.

14- Qual o interesse do Governo do Estado do Paraná na UNIOESTE durante o período em que Roberto Requião e Mário Pereira foram governadores?

O interesse de Roberto Requião, foi o de manter o ensino superior estagnado, sem qualquer investimento. Assim também foi tratada a UNIOESTE, como mera autarquia comum, com a qual mantinha uma relação de confronto, por causa das posições do Diretor Presidente José Kuiava.

Quanto a Mário Pereira - este fez do reconhecimento da UNIOESTE uma de suas principais metas do governo de 09 meses, porém exclusivamente sob a ótica de favorecer Cascavel. Fez empenhos em mais de 20 milhões de dólares, principalmente para obras no *campus* de Cascavel e na Reitoria, construindo espaços abusivos e desnecessários, e jogando grande parte da dívida decorrente, para ser paga no governo Lerner.

Na prática houve muitos atentados contra uma UNIOESTE *multicampi* e descentralizada, seja em matéria orçamentária, seja na hora do reconhecimento pelo MEC, quando se pretendia excluir a FACITOL, sem nenhuma reação do Governador Mário Pereira. O impacto dos acontecimentos de uma universidade reconhecida abafou de certa forma o modo unilateral, favorável a Cascavel, como o Governador Mário Pereira gerenciou o processo nos seus 09 meses de Governo.

15- Por quê o governador assinou o ato de nomeação do candidato perdedor para Diretor Presidente da UNIOESTE?

Considerou a UNIOESTE como uma autarquia simples, portanto podendo designar o titular de sua confiança, sem mandato e sem levar em consideração o resultado da eleição. Além disso entendeu que o eleito - Erneldo Schallemburger - não era de sua confiança ou, por outra, não era do PMDB. Além disso, certamente seus correligionários de Cascavel não admitiriam, na época, um nome que não fosse de Cascavel.

16- A não nomeação de Erneldo Schallemburger para Diretor Presidente da UNIOESTE se deu por quê ?

Isso já está respondido na questão 15

17- Você poderia citar ou descrever ações que possam ser consideradas estratégias do Governo do Estado para mudar o rumo que a UNIOESTE vinha tomando até a eleição do Prof. Erneldo Schallemburger?

Ao falar de "Universidade das Américas", o Governo Lerner deu um rumo totalmente novo para a UNIOESTE, longe do viciado caminho introduzido pelo Governador Requião/Mário Pereira.

Tal novo rumo está em amplo acordo com os enunciados do Reitor eleito e empossado, Erneldo Schalleberger, Mestre em História da Cultura, e que apresenta uma ampla visão de afinidade e integração dos povos do Cone Sul, dentro da qual a UNIOESTE deverá ter um papel destacado.

Concretamente, neste primeiro instante, o trabalho principal tem sido o de pacificar internamente a UNIOESTE, descentralizar o que é possível e reordenar seu cronograma de expansão, a ser apreciado pelo CEE/PR.

A respeito da proposta Jaime Lerner, faltam definições e projetos mais precisos, o que deverá ser objeto de preocupação dos próximos anos.

Depoimento nº 4⁴

01- Qual era a concepção de Universidade prevista no projeto da UNIOESTE elaborado pela equipe do Prof. José Kuiava?

Conforme informação do Prof. Kuiava, estes documentos poderão ser encontrados com ele, Particularmente não participei da elaboração do projeto.

02- A concepção de universidade foi modificada com a saída da equipe do Prof. José Kuiava e a entrada da equipe do Prof. Marcos Vinícius na direção da UNIOESTE?

Entendo que a elaboração de novas normas regimentais e estatutárias, significa uma ruptura no projeto original. O projeto anterior de concepção descentralizada, foi substituído por um modelo centralizador e pouco funcional.

03- De que forma e quais foram as decisões mais importantes foram tomadas na estatuinte presidida pelo Prof. Eurides Rossetto?

Não participei da estatuinte. Tomei conhecimento de parte da documentação. Os documentos poderão ser encontrados com o Prof. Kuiava. Segundo informações do próprio professor.

04- Por quê o Prof. José Kuiava formou sua equipe de assessores (Pró-Reitores) com pessoas oriundas dos 4 campi da UNIOESTE?

Não participei do momento e ou da discussão da escolha das assessorias. Entendo no entanto que vinha ao encontro do modelo descentralizado proposto na gestão do Prof. Kuiava.

05- O planejamento da UNIOESTE previa cursos para cada campus conforme a vocação da região. Este acordo foi quebrado? As regras mudaram durante o processo de reconhecimento ?

O projeto foi alterado em parte a partir de discussões. Algumas decisões no entanto foram de natureza política.

06- Por quê a implantação de novos cursos na gestão do Prof. Marcos Vinícius não seguiu a orientação do planejamento inicial?

Como já afirmei, as mudanças deram-se em parte por interesses políticos. Considera-se aí a posição hegemônica de Cascavel no contexto regional.

07- Como era feita a distribuição do orçamento entre os campi da UNIOESTE na gestão Kuiava?

⁴ Depoimento concedido a Ricardo Roberto Behr pelo Prof., Tarcísio Vanderlinde respondendo a questionário na cidade de Cascavel em 24 de março de 1996. Durante o período abrangido pela pesquisa o Prof. Tarcísio exerceu os cargos de professor e Diretor da FACIMAR. Atualmente é o chefe de Gabinete da Reitoria da UNIOESTE.

Obedecia percentual relacionado a cada *campus*.

08- O movimento "Universidade Já", da cidade de Cascavel tinha qual objetivo?

Entendo que é um movimento de natureza política e que visava fortalecer os interesses de Cascavel com relação a universidade.

09- As posições partidárias de alguns dirigentes na UNIOESTE e dos políticos locais influíram de que maneira na escolha do Prof. Marcos Vinicius para Presidente da UNIOESTE?

A escolha se deu fundamentalmente por motivos políticos. uma vez que o antigo reitor perdeu as eleições.

10- Por quê o governo Requião adotou estratégias de destinar poucos recursos para a educação de nível superior? E por que manteve baixos os salários dos professores universitários?

A alegação era que o Estado não dispunha de recursos. Entendo no entanto que o motivo era de natureza política, uma vez que o governo tinha outros interesses "prioritários".

11- Qual o interesse da Associação Industrial e Comercial de Cascavel em apoiar o grupo do Prof. Marcos V. P. de Souza para ocupar a presidência da UNIOESTE?

O motivo se deve a interesses políticos e principalmente levando em conta a posição hegemônica de Cascavel sobre a região.

12- Qual o rumo que tomou a UNIOESTE com a nomeação do Prof. Marcos V. P. de Souza no que se refere a estrutura organizacional? (descentralização/centralização das decisões; eleições para diretores dos *campi*, E como ficaram os departamentos e os centros)

O rumo da centralização. A hegemonia não se discute pelas vias democráticas. É uma questão de poder. Embora o discurso fosse democrático, as ações demonstravam o contrário. As eleições para diretores, quando ocorreram, foram de natureza duvidosa. Em alguns casos ocorreram nomeações sem a respectiva consulta.

13- Como foram formados os Colegiados Superiores com o reconhecimento da UNIOESTE? Os Conselheiros foram eleitos ou Indicados?

Ocorreram casos de autoindicação e "indicação" manipulada. Em alguns casos ocorreram indicações pelas vias estatutárias normais.

14- Qual o interesse do Governo do Estado do Paraná na UNIOESTE durante o período em que Roberto Requião e Mário Pereira foram governadores?

Roberto Requião não demonstrou grande interesse a não ser destituir diretores que ousaram “afrontar” o poder. Mário Pereira investiu na UNIOESTE. Leia-se (Cascavel) com fins políticos futuros.

15- Por quê o governador assinou o ato de nomeação do candidato perdedor para Diretor Presidente da UNIOESTE?

Por interesses políticos e sustentação estratégica da sociedade organizada de Cascavel. Entendo que a ACIC teve neste particular uma influência fundamental.

16- A não nomeação de Erneldo Schallemburger para Diretor Presidente da UNIOESTE se deu por quê ?

Entendo que a resposta já foi concedida na questão anterior.

17- Você poderia citar ou descrever ações que possam ser consideradas estratégias do Governo do Estado para mudar o rumo que a UNIOESTE vinha tomando até a eleição do Prof. Erneldo Schallemburger?

As ações deverão passar pelo modelo *multicampi* com gestão descentralizada. O governo vê hoje na UNIOESTE, a possibilidade concreta de instalação da Universidade das Américas. Esta última questão ainda um pouco nebulosa e em discussão. A proposta da gestão do Prof. Erneldo prevê no entanto um modelo de universidade compromissado com o desenvolvimento regional.

18- Se você quiser fazer mais algum depoimento, agradeço antecipadamente.

O governo do Prof. Erneldo, em fase inicial, está empenhado em colocar a “casa em ordem” para então, a partir de um amplo planejamento estratégico, implementar as metas do “compromisso regional”.

Depoimento nº 5⁵

Ricardo- Liana, gostaria que você nos falasse sobre a trajetória da UNIOESTE a partir do momento da Fundação/Federação das Faculdades do Oeste do Paraná até o reconhecimento.

Liana- Bom, eu adentrei na antiga FACIMAR em 1985, Havia um processo de estudo de estatuinte onde as categorias técnicas administrativas e docente estudavam um modelo de universidade, o que seria melhor para a região Oeste do Paraná em termos de universidade, haja visto que havia faculdades isoladas em quatro cidades, ou seja, Cascavel, Toledo, Foz do Iguaçu e Marechal Cândido Rondon. Neste processo houve participação efetiva para a comunidade externa e principalmente para a comunidade interna, entre professores, acadêmicos e funcionários. Houve também envolvimento da Secretaria do Estado, hoje Ciência e Tecnologia no processo todo.

Inicialmente as faculdades eram mantidas pelas prefeituras municipais, eram faculdades particulares onde se cobravam mensalidades e aí houve uma grande luta política, envolvendo toda a comunidade obstinada para que houvesse a estadualização. então em relação aos *campi*, hoje campus de Marechal Cândido Rondon, Foz do Iguaçu e Toledo. Este processo foi complicado, houve muitas lutas. Nesta época eu era professora horista em 1985/86/87 aí ela foi estadualizada em 1987. Até 1987 eu era professora horista, tinha 12 horas aula, mas existiam professores com 40 horas aula onde eles participaram muito mais do que a gente neste processo de estadualização e depois no próprio reconhecimento da universidade.

Eu me lembro de passagens onde houve grupos que surgiram de Foz do Iguaçu, cascavel, Toledo e Marechal Cândido Rondon, Juntamente com os políticos que partiram para Brasília buscando o espaço desta universidade. Enfim em 1987 ela passou a ser Fundação chamada FUNIOESTE, já agregando as quatro cidades citadas. A partir deste processo onde houve a estadualização em 1987, começou uma nova luta, apesar de as mensalidades terem sido estirpadas, havia toda uma questão de custeio onde o Estado só mantinha a folha de pagamento e ainda nós recebíamos ajuda das prefeituras, tanto que as obras iniciais em específico que eu passo a relatar do campus de Marechal Rondon foram iniciadas, porque nós trabalhávamos numa escola de 1º e 2º grau onde funcionava a faculdade e foi a prefeitura de Marechal Rondon, acredito também que tenha sido nas outras cidades, que deram estruturas básicas para começar a construção dos campus, para se consolidar enquanto Fundação FUNIOESTE.

A partir desta estadualização houve uma movimentação também da região oeste por parte do governador do estado na época para que houvesse plena estadualização e que o Estado mantivesse em termo de custeio as quatro faculdades, sendo que elas eram descentralizadas, ou

⁵ Depoimento concedido a Ricardo Roberto Behr em 2 de fevereiro de 1996 na cidade de Cascavel pela Profa. Liana Fátima Fuga Vasconcelos. Durante o período abrangido pela pesquisa a Profa. Liana exerceu o cargo de Professora da FACIMAR. Atualmente é a Vice-Reitora da UNIOESTE. (entrevista gravada)

seja, cada faculdade mantinha sua estrutura física e sua estrutura financeira e administrativa e havia na época o Diretor-Presidente. Havia muitas reuniões, estava se formando alguns setores chamados Coordenações e através destas coordenações que eram centralizadas em Cascavel, elas que determinavam as atividades dos campus mas essa centralização se dava mais em Cascavel, porque cada faculdade tinha uma Coordenação de Ensino e Pesquisa de Extensão, que eram cargos de confiança do diretor e havia somente um diretor na época.

A partir do momento político que se pensou em se criar uma universidade de fato, buscou através dos sindicatos e da sociedade civil organizada e principalmente das associações comerciais de cada cidade, juntamente com os políticos da região, uma forma de buscar o reconhecimento da FUNIOESTE enquanto universidade. Aí, então, tivemos no governo Requião a sua saída e a entrada do Mário Pereira como governador, o que facilitou todo o processo de reconhecimento então em 23/12/1994 da FUNIOESTE como universidade, tomando assim a Universidade do Paraná. Anterior a este reconhecimento, houve todo um processo de discussão de qual modelo de universidade nós queríamos, mas pelo que me consta e pela participação que eu tive, enquanto membro do sindicato, aliás um sindicato que foi fortalecido pela comunidade técnico-administrativo, ou seja, os docentes, funcionários e acadêmicos basicamente, éramos atrelados ao sindicato pertencente a Curitiba. Então com a luta do reconhecimento para ser faculdades estaduais e ainda não universidades, nós fundamos nosso próprio sindicato com 98% de filiações dentro da FUNIOESTE. As discussões passaram pelos sindicatos também e aí houve grandes e demoradas reuniões para se discutir o estatuto do que seria a universidade.

Neste período eu não participei das discussões desse novo modelo de universidade, pois estava afastada para o mestrado, mas participei de algumas reuniões e pelo relato dos colegas, nada do que foi discutido entre a comunidade acadêmica da FUNIOESTE e a comunidade externa foi respeitada. O Conselho Estadual de Educação juntamente com uma equipe das faculdades mas com prioridade às ordens emanadas do Conselho Estadual de Educação, foi feito um regimento da FUNIOESTE que resultou no seu reconhecimento, modificando toda a sua estrutura, ou seja, hoje nós somos uma universidade *multicampi*, campus de Marechal Rondon, Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu. Hoje a estrutura comporta em cada campus, centros de áreas afins que são exatamente seis, três no campus de Cascavel, um no centro de Toledo, um em Foz do Iguaçu e um em Marechal Cândido Rondon.

Se nas faculdades isoladas havia um diretor, hoje são dois diretores, um diretor administrativo e um diretor de centro com as funções bem delineadas no regimento, o diretor administrativo administra o campus e o diretor de centro administra as atividades de centros pedagógicos, mas não significa que eles não devam trabalhar em conjunto, devem porque um depende do outro para o bom funcionamento do campus. Nós acreditamos que esta estrutura deva ser modificada a partir deste período que passou, onde nós tivemos um ano de experiência onde não pôde haver mudanças no regimento, então a partir de 1996 as mudanças poderão surgir se aprovados pelos Conselhos Superiores.

A estrutura da UNIOESTE descentraliza as decisões, a reitoria passa a ser um órgão executor das deliberações emanadas dos Conselhos Superiores, no caso CEPE - Conselho de Ensino e Pesquisa e Extensão, que tem seus próprios membros representados pela comunidade estudantil, docente e administrativo, no caso os funcionários e da comunidade externa também, o CAD que é o conselho de administração e Desenvolvimento e o COU que é o órgão máximo da instituição do conselho universitário. Vivenciamos no ano de 1995 esta nova experiência e acreditamos que não temos fundamentação suficiente ou experiência devida para dizer o que deu ou que não deu certo dentro desta nova estrutura da UNIOESTE. Só que me parece que não está claro, está aí para quem quiser ver, que desde que iniciou o processo enquanto faculdade isoladas FACISA, FACIMAR, FECIVEL e FACITOL, houve um grande salto qualitativo e quantitativo dentro da UNIOESTE.

Hoje em termos de materiais e em termos de instalações nós somos uma universidade de fato, o que é preciso se consolidar vai da capacitação docente. da capacitação técnico-administrativo. Hoje nós temos uma gráfica instalada como uma das poucas do Paraná ou poderia se dizer do Brasil. A estrutura do núcleo de processamento de dados nosso é muito grande se comparada a outras universidades brasileiras, o nosso material é de qualidade e farto. A gente acredita que para uma universidade jovem como a nossa, a FACIMAR hoje campus de Marechal Cândido Rondon, completou em 1995 quinze anos, a mais antiga é a FECIVEL, hoje campus de Cascavel que deverá ter seus vinte e dois anos. Acreditamos que com este potencial no máximo em cinco ou dez anos, nós poderemos ser referência nacional enquanto universidade.

Ricardo- Liana, se você pudesse, gostaria que você falasse das eleições de 1992 e do seu ponto de vista, por que o governador Requião não nomeou o candidato eleito naquela época?

Liana- Não participei das eleições de 1992 porque estava cursando o mestrado em Piracicaba, mas estive aqui durante o processo e acompanhei de certo modo a campanha eleitoral. Nas eleições de 1992, o governador Requião usou uma prerrogativa, ou seja, a lei de 16/12/1970 que dá ao governador o poder de nomear um da lista sêxtuplo, desconsiderando a vontade da comunidade e aí existe outro fator preponderante que nesta época nós éramos fundação e o cargo, no caso o Diretor-Presidente ou a Reitor, ainda se empossava como se fosse cargo de confiança, mas isto não significa que o governador não tivesse que manter uma postura democrática e de se respeitar o pleito que foi e a vontade das urnas e ter colocado na direção da UNIOESTE os que foram verdadeiramente eleitos. Foi um processo doloroso para a comunidade acadêmica, incluindo docentes e discentes e pela própria comunidade externa que se sentiu desrespeitada por todo um trabalho que foi feito durante as eleições.

Depoimento n° 6⁶

01- Qual era a concepção de Universidade prevista no projeto da UNIOESTE elaborado pela equipe do Prof. José Kuiava?

A concepção básica do projeto de *criação da universidade do oeste do Paraná* era a de formação de uma constituição *multicampi*, cujos “moldes” centravam-se no modelo UNESP, portanto de dependência administrativa estadual.

02- A concepção de universidade foi modificada com a saída da equipe do Prof. José Kuiava e a entrada da equipe do Prof. Marcos Vinícius na direção da UNIOESTE?

A concepção certamente sofreu mudanças na medida em que ao mudar de gestão, o processo democrático de eleição foi “desrespeitado” sendo assim o Prof. Marcos Vinícius conduzido ao cargo numa posição de intervenção.

03- De que forma e quais foram as decisões mais importantes foram tomadas na estatuinte presidida pelo Prof. Eurides Rossetto?

Em termos de estatuinte, com a presidência do professor Eurides Rossetto, algumas garantias democráticas ficavam previstas, tais como:

- a) eleição para todos os cargos
- b) qualificação profissional para os candidatos e aos professores um plano de qualificação docente.
- c) autonomia universitária
- d) qualidade de ensino
- e) descentralização de decisões.

04- Por que o Prof. José Kuiava formou sua equipe de assessores (Pró-Reitores) com pessoas oriundas dos 4 campi da UNIOESTE?

Havia uma *intenção* manifesta de representatividade nas decisões e dada as especificidades regionais era preciso representação dos *campi*.

05- O planejamento da UNIOESTE previa cursos para cada campus conforme a vocação da região. Este acordo foi quebrado? As regras mudaram durante o processo de reconhecimento ?

Indiscutivelmente, a nível de projeto, havia a previsão de cursos que atendessem as especificidades regionais. Tal projeto foi quebrado com a intervenção de Marcos Vinícius e que estranhamente esta quebra ocorreu durante o processo de reconhecimento.

⁶ Depoimento concedido pela Profa. Maria Ceres Pereira, respondendo a questionário a Ricardo Roberto Behr no dia 15/03/96 na cidade de Campinas, SP. A Profa. Maria Ceres, durante o período abrangido pela pesquisa, exerceu a função de Professora na FACISA. Atualmente encontra-se cursando doutorado em Linguística Aplicada na UNICAMP.

06- Por quê a implantação de novos cursos na gestão do Prof. Marcos Vinicius não seguiu a orientação do planejamento inicial?

A gestão de Marcos Vinicius acabou por se “abalada” pelo movimento UNIVERSIDADE JÁ e que era apoiado pelo grupo empresarial cascavelense para os quais as propostas iniciais manifestavam-se instituídas de valor. O movimento tinha como proposição central um *apatheid* cultural e universitário, garantindo assim, uma universidade particular forte e centralizada em Cascavel. Os demais integrantes (Foz do Iguaçu, Mal. Cândido Rondon e Toledo) passariam a ser meras faculdades isoladas.

07- Como era feita a distribuição do orçamento entre os *campi* da UNIOESTE na gestão Kuiava?

A distribuição orçamentária entre os campi da UNIOESTE não era igualitária, pois a alegação era de que Cascavel ser *maior*, ter mais despesas e ser local mais *central* dentre as cidades que compunham os campi.

08- O movimento "Universidade Já", da cidade de Cascavel tinha qual objetivo?

Já respondida na questão 07.

09- As posições partidárias de alguns dirigentes na UNIOESTE e dos políticos locais influíram de que maneira na escolha do Prof. Marcos Vinicius para Presidente da UNIOESTE?

Influíram uma vez que Cascavel tinha um forte político na representação estadual e que era cascavelense, o deputado estadual Mário Pereira.

10- Por quê o governo Requião adotou estratégias de destinar poucos recursos para a educação de nível superior? E por que manteve baixos os salários dos professores universitários?

Forçou a evasão de muitos docentes e dentre eles alguns com boa qualificação acadêmica e que poderiam desenvolver trabalhos fortes na pesquisa e extensão, alguns inclusive estavam inseridos em trabalhos desta natureza.

11- Qual o interesse da Associação Industrial e Comercial de Cascavel em apoiar o grupo do Prof. Marcos V. P. de Souza para ocupar a presidência da UNIOESTE?

Já respondida na questão 6.

12- Qual o rumo que tomou a UNIOESTE com a nomeação do Prof. Marcos V. P. de Souza no que se refere a estrutura organizacional? (descentralização/centralização das decisões; eleições para diretores dos campi, E como ficaram os departamentos e os centros)

O modelo de universidade foi radicalmente modificado, a descentralização foi apagada e as decisões, hoje estão centralizadas na reitoria cuja sede é a cidade de Cascavel. Departamentos ficaram divididos, inclusive o chefe fica intolerante entre os campi.

13- Como foram formados os Colegiados Superiores com o reconhecimento da UNIOESTE? Os Conselheiros foram eleitos ou Indicados?

Há uma situação no mínimo mista.

14- Qual o interesse do Governo do Estado do Paraná na UNIOESTE durante o período em que Roberto Requião e Mário Pereira foram governadores?

Tornar Cascavel e a universidade reconhecida e forte.

15- Por quê o governador assinou o ato de nomeação do candidato perdedor para Diretor Presidente da UNIOESTE?

Questões política-partidárias levaram a intervenção.

16- A não nomeação de Erneldo Schalleberger para Diretor Presidente da UNIOESTE se deu por quê ?

Resposta no nº 6

17- Você poderia citar ou descrever ações que possam ser consideradas estratégias do Governo do Estado para mudar o rumo que a UNIOESTE vinha tomando até a eleição do Prof. Erneldo Schalleberger?

A centralização de decisões em Cascavel fala por si mesma.

18- Se você quiser fazer mais algum depoimento, agradeço antecipadamente.

A equipe de trabalho que desenvolvia um trabalho voltado para as discussões político-acadêmicas e sociais, com um bom nível de qualificação profissional. foi desmontada. O diretor foi destituído do cargo, seguindo-se a retirada dos cargos de sua equipe. Paralelo a isso as perseguições fizeram com que membros da equipe ou se demitisse. ou se afastasse de alguma forma das atividades desempenhadas mesmo fora das coordenadorias. Todas as pessoas eram envolvidas com pesquisa e/ou trabalho de extensão e todas com titulação de no mínimo mestrado em cursos recomendados pelos órgãos de fomento como a *CAPES* e *CNPq* e com currículos muito bem documentados.

Depoimento nº 7⁷

01- Qual era a concepção de Universidade prevista no projeto da UNIOESTE elaborado pela equipe do Prof. José Kuiava?

A concepção de universidade presente neste projeto compreendia três elementos básicos. O primeiro relacionado a qualidade do fazer acadêmico. O segundo, à organização político-administrativa da universidade. O terceiro, à socialização do conhecimento.

A qualidade do fazer acadêmico era expressa por mecanismos institucionais que asseguravam e viabilizavam um processo de integralização crescente das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Entre esses mecanismos cabe ressaltar a política de qualificação, ingresso e concessão de TIDE a docentes, pois entendia-se que sem um grande número de docentes a nível de pós-graduação *“strito-sensu”* não se podia aspirar a uma universidade que não fosse apenas de ensino. O pré-requisito mínimo para ingresso de docentes, em concurso de provas e títulos, era a conclusão de créditos de mestrado e o compromisso de defesa da dissertação no decorrer do estágio probatório. O TIDE só seria concedido por tempo determinado, mediante apresentação e aprovação de projeto acadêmico.

O segundo elemento componente da concepção de Universidade compreendia sua organização político-administrativa, fundamentalmente, de respeito aos pressupostos da autonomia universitária e aos princípios da gestão participativa. Para exemplificá-lo basta lembrar que o Estatuto e o Regimento Interno da futura Universidade resultaram de uma assembléia Estatuante, a que nos reportaremos abaixo.

O terceiro elemento, acima mencionado, refere-se à socialização do conhecimento, ou seja, à efetiva integração da Universidade com a sociedade próxima e dos países do Cone Sul, face a posição estratégica em que se encontra a UNIOESTE. Medidas efetivas já vinham sendo tomadas neste sentido, como o I e II SEMPOESTE (Seminário de Pesquisa do Oeste do Paraná), o I Semeuoeste (Seminário de Extensão Universitária do Oeste do Paraná); o I Encontro para Integração Educacional da América latina, etc.

02- A concepção de universidade foi modificada com a saída da equipe do Prof. José Kuiava e a entrada da equipe do Prof. Marcos Vinícius na direção da UNIOESTE?

Totalmente modificada. Em primeiro lugar, quebrou-se a espinha dorsal da autonomia universitária pela ingerência político-partidária do PMDB de Cascavel na Instituição. A Reitoria tornou-se uma extensão do Partido que, a partir da Prefeitura Municipal, comandou a nomeação e a sustentação do interventor, Sr. Marcos Vinícius Pires de Souza. obrigado a filiar-se, a este mesmo partido, semana antes de sua candidatura (derrotada) à Presidência da UNIOESTE.

⁷ Depoimento concedido a Ricardo Roberto Behr, respondendo a questionário pelo Prof. Eurides Rossetto, em Pato Branco (Pr) abril de 1996. O prof. Eurides Rossetto foi Assessor Especial de Assuntos Acadêmicos da UNIOESTE na gestão Kuiava, foi Professor e Diretor da FECIVEL

De imediato, extinguiram-se o Conselho Diretor e a Comissão de Planejamento para em seu lugar, implantar a Comissão de Transição, composta do 12 membros, nomeados pelo Governador do Estado, dos quais 8 foram indicados pelo Sr. Marcos Vinícius. O Conselho passou, então, a ser um mero instrumento de ratificação das decisões da presidência, assegurando por um lado, uma aparência de democracia à Gestão Intervencionista; por outro, a centralização de todas as decisões. estava, assim, sob a proteção do Estado, instaurado o autoritarismo na UNIOESTE. Seguiram-se processos arbitrários para calar as vozes discordantes. e a implantação de um novo modelo de universidade: centralizado, autoritário, que privilegiou obras de marketing para servirem de trampolim à candidaturas políticas do PMDB, inclusive das próximas eleições municipais de Cascavel (1996). O então Vice-governador é considerado candidato "nato" ao cargo.

03- De que forma e quais foram as decisões mais importantes que foram tomadas na estatuinte presidida pelo Prof. Eurides Rossetto?

A Comissão Estatuinte foi instalada em 29 de junho de 1989, na então Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel - FECIVEL, era composta por 99 membros, representantes da comunidade universitária e regional. tinha por objetivos discutir e aprovar os anteprojetos do Estatuto e do Regimento geral da UNIOESTE, os quais haviam sido elaborados por uma comissão representativa dos 4 Centros Universitários que compunham a Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Os trabalhos foram desenvolvidos no decorrer do mês de julho daquele ano, em sessões plenárias que se prolongaram por aproximadamente, 120 horas de atividades, sem considerar os trabalhos realizados fora das plenárias.

A dinâmica das reuniões compreendia leitura de anteprojetos. artigo por artigo, discussão, apresentação de propostas e votação. No início de cada reunião. era distribuída cópia, a cada participante, dos trabalhos desenvolvidos na sessão anterior que. após lida e apreciada, era encaminhada pelo Secretário ao Relator para que registrasse, nos anteprojetos, as modificações feitas.

As decisões tomadas mantiveram os princípios básicos previstos na concepção de universidade descrita na resposta á primeira questão acima.

04- Por quê o Prof. José Kuiava formou sua equipe de assessores

(Pró-Reitores) com pessoas oriundas dos 4 campi da UNIOESTE?

Para solidificar a concepção de universidade proposta, integrando os campi entre si e destes com a região; promover a descentralização administrativa, exercitar a autonomia universitária e objetivar concorrência saudável na busca de melhores parâmetros acadêmicos. Os próprios Campi indicaram seus representantes para a equipe de assessores.

05- O planejamento da UNIOESTE previa cursos para cada campus conforme a vocação da região. Este acordo foi quebrado? As regras mudaram durante o processo de reconhecimento ?

O acordo existente entre os 4 campi foi rompido a partir da intervenção na instituição sob o comando do PMDB de Cascavel e da Vice-Governadoria. Inescrupolosamente como convém a regimes autoritários, abandonou-se o processo em curso, marcado por decisões coletivas, substituindo-se por outro gestado sabe-se lá em que gabinete. Outorgou-se um novo projeto à UNIOESTE, que multiplicou conflitos regionais em torno à Universidade pública, causando quase o rompimento definitivo da unidade até então conseguida entre os campi. O descontentamento gerado foi tanto que, apesar de todo o apoio financeiro e político conseguido do Governo do Estado, o Interventor e o PMDB cascavelense forma vergonhosamente batidos, pela segunda vez, nas eleições para a Reitoria em 1995.

06- Por quê a implantação de novos cursos na gestão do Prof. Marcos Vinicius não seguiu a orientação do planejamento inicial?

Parece-me que por duas razões principais. Em primeiro lugar, pela obsessão em descaracterizar aquele planejamento inicial não simpático aos líderes do PMDB cascavelense, do qual fazia parte o Vice-Governador e, também, Secretário dos Transportes. Estas lideranças, bem como, o grupo conhecido “Amor a Cascavel”, formado majoritariamente por empresários de, opunha-se ao projeto original da universidade. Queria uma universidade só para Cascavel e lutaram muito para conseguí-lo.

Em segundo lugar por que o PMDB transformou a questão UNIOESTE em projeto político-eleitoral, cuja efetivação dar-se-ia , principalmente, a partir do momento em que o Vice-Governador, cidadão cascavelense, assumisse o governo do Estado. no início de 1994. A criação da Universidade, histórica aspiração regional, e a implantação de alguns cursos ditos “nobres” asseguraria não só a eleição de deputados estaduais e federais do partido, senão também a do atual e do futuro prefeitos de Cascavel. Resta apenas saber, se o Governador substituto, Sr. Mário Pereira, terá sucesso no pleito de 1977.

07- Como era feita a distribuição do orçamento entre os *campi* da UNIOESTE na gestão Kuiava?

De acordo com percentuais, proporcionais ao tamanho de cada campus, e que foram definidos de comum acordo entre os *campi*.

08- O movimento “Universidade Já”, da cidade de Cascavel tinha qual objetivo?

O movimento “Universidade Já” nasceu no interior do grupo “Amor a Cascavel”, formado por empresários, políticos e profissionais liberais conservadores daquela cidade. Este grupo era contrário à idéia de uma Universidade pública regional nos moldes da UNIOESTE. Seu primeiro presidente, Sr. Décio Galafassi, orgulhava-se de ter, quando vereador pelo PDS, votado contra o projeto.

O movimento “Universidade Já” surgiu com muito marketing na imprensa local, organização de passeatas, jantares, reuniões, encontros e homenagens a personalidades

importantes, etc. Entre essas destaca-se a concessão do título de Cidadão Honorário de Cascavel ao Vice-Governador, Sr. Mário Pereira, no mesmo dia em que o Governador do Estado, Sr. Roberto Requião, anunciou, por um canal de TV local, a exoneração do Diretor da FECIVEL, considerado contrário aos interesses do PMDB local. Isto parece demonstrar que um dos objetivos não confessáveis do movimento era político e de apoio à intervenção na UNIOESTE.

a medida em que o movimento crescia, cresciam também as críticas ao projeto de universidade regional. Articulava-se nos bastidores o desmembramento da FECIVEL dos demais campi da UNIOESTE e a criação da Universidade de Cascavel. Este projeto só não vingou pela prudência política do Vice-Governador, uma vez que prejudicaria os interesses do partido a nível regional. Na verdade o que queria era Universidade Já, mas só para Cascavel, por isso a UNIOESTE, enquanto entidade de ensino superior da região, não foi convidada a participar do movimento. Nem foi o campus de Cascavel, pelo menos até que sua Direção era considerada adversária política do PMDB e contrária à intervenção.

Outro objetivo, era preparar o terreno para instalar uma universidade particular, a partir de 1995. De fato, foi instalada com o nome de UNIVEL e seus sócios são alguns articuladores do movimento Universidade Já”.

09- As posições partidárias de alguns dirigentes na UNIOESTE e dos políticos locais influíram de que maneira na escolha do Prof. Marcos Vinicius para Presidente da UNIOESTE?

Totalmente. A escolha foi estritamente política, comandada pelo Presidente da Câmara de Vereadores, hoje deputado federal, pelo prefeito e Vice-Prefeito de Cascavel que mobilizaram o empresariado local a fazer pressão junto ao Vice-Governador, inicialmente contrário a idéia de nomear o Sr. Marcos Vinicius, por ser candidato derrotado nas eleições para Diretor-Presidente. posteriormente, o Vice-Governador cedeu à pressão. Conforme declarações pessoais feitas ao então diretor FECIVEL (a quem prometeu liberação de verbas. construções no campus de Cascavel e abertura de novos cursos, caso viesse apoiar a “nomeação do “interventor”) três razões principais o levaram a mudar de opinião. A primeira porque precisava de alguém confiável, quando assumisse o governo do Estado, para investir na UNIOESTE, mais precisamente em Cascavel. A segunda, porque o Prof. Kuiava, conseqüentemente seu grupo também, constituía-se no “maior inimigo que o PMDB tinha do Estado do Paraná”. A terceira porque era exigência das forças políticas de Cascavel que o Diretor-Presidente da UNIOESTE fosse um cascavelense.

10- Por quê o governo Requião adotou estratégias de destinar poucos recursos para a educação de nível superior? E por que manteve baixos os salários dos professores universitários?

Na verdade o corte de recursos já começa no governo Álvaro Dias. Foi acelerado no governo Requião com a não liberação de verbas para investimentos e com repasse mensal de apenas 50% do total orçamentário previsto para custeio, além dos entraves burocráticos criados para se efetuar a aquisição de equipamentos em geral. Para tudo precisava-se da autorização do Governador,

desde a cedência de uma sala de aula para uma associação de docentes, ou a realização de um convênio com xerocopiadora, até a aquisição de um microcomputador, mesmo que esta fosse lícita e feita com recursos próprios. E o Governador não autorizava nada. Ou seja, houve uma degenerência total das IES estaduais. A Educação, definitivamente, não mereceu consideração desses governos. Foi tratada como sendo um mero acessório.

11- Qual o interesse da Associação Industrial e Comercial de Cascavel em apoiar o grupo do Prof. Marcos V. P. de Souza para ocupar a presidência da UNIOESTE?

Na verdade o referido professor não tinha um grupo. Ele é que se aproximou de alguns políticos e empresários locais que o escolheram como testa de ferro para seu "doméstico-político-empresarial". Doméstico, porque se tratava de garantir a Reitoria para um Cascavelense; político, porque servia aos desígnios do PMDB local; empresarial, porque interessava a um grupo de empreiteiras de Cascavel, que posteriormente, dividiram entre si a construção dos campi universitários e da sede da Reitoria.

12- Qual o rumo que tomou a UNIOESTE com a nomeação do Prof. Marcos V. P. de Souza no que se refere a estrutura organizacional? (descentralização/centralização das decisões; eleições para diretores dos campi, E como ficaram os departamentos e os centros)

As decisões passaram a ser centralizadas, com o respaldo da Comissão de Transição. Os campi, aos poucos, perderam a autonomia. Até competências dos Departamentos Acadêmicos, como distribuição de aulas, confecção de horários de aula, designação de bancas para concurso, etc. passaram a ser desempenhadas pela Reitoria. Os que se rebelaram às novas medidas, sem exceção, foram submetidos a sindicâncias, processos administrativos, cortes inesperados de salários e outras pequenas torturas maquiavélicas. Alguns processos eleitorais, como para Diretor de Centro Universitário, foram aos poucos sendo eliminados. Outros só eram ratificados se o candidato da Reitoria (leia-se PMDB) de Cascavel fosse vencedor. Caso contrário, como ocorreu com o Diretório Central dos estudantes da FECIVEL, forjavam-se liminares na justiça local e, à semelhança da intervenção na Reitoria, empossava-se o derrotado.

13- Como foram formados os Colegiados Superiores com o reconhecimento da UNIOESTE? Os Conselheiros foram eleitos ou Indicados?

Nesta época não estava mais na UNIOESTE. Não acompanhei este processo que se deu em 1995.

14- Qual o interesse do Governo do Estado do Paraná na UNIOESTE durante o período em que Roberto Requião e Mário Pereira foram governadores?

Já consideradas nas respostas anteriores.

15- Por quê o governador assinou o ato de nomeação do candidato perdedor para Diretor Presidente da UNIOESTE?

Já consideradas nas respostas anteriores.

16- A não nomeação de Erneldo Schalleberger para Diretor Presidente da UNIOESTE se deu por quê ?

Já consideradas nas respostas anteriores.

17- Você poderia citar ou descrever ações que possam ser consideradas estratégias do Governo do Estado para mudar o rumo que a UNIOESTE vinha tomando até a eleição do Prof. Erneldo Schalleberger?

Parece-me que a não liberação do orçamento, a não aprovação de projetos da UNIOESTE que dependessem da assinatura do governo, a abertura injustificada de processo administrativo contra o professor José Kuiava, utilizada na imprensa local pelo Secretário da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, Sr. Adail S. Passos, para justificar o ato da intervenção, são sinais evidentes de política deliberada, à época, para promover o desgaste dos dirigentes da UNIOESTE perante a comunidade interna e externa e preparar o caminho para a mudança de rumos que se deu.

Como consideração final, é importante ainda observar que na FECIVEL, maior e mais antigo Centro da UNIOESTE, as forças conservadoras e as politicamente mais obtusas foram as que deram, inicialmente, sustentação ao Prof. Marcos Vinícius. Outras, posteriormente foram cooptadas, quer pela distribuição indiscriminada de Funções gratificadas, em especial entre funcionários do setor técnico-administrativo; quer pela premiação com cargos, entre o corpo docente. Muitos professores, em sua maioria pós-graduados, prestaram concursos em outras universidades.

Na gestão do Professor Kuiava, embora inúmeros pedidos de Funções gratificadas tenham sido encaminhados ao Sr. Governador, todos foram negados.

A UNIOESTE, à época, tornou-se por um lado, um pequeno retrato de como a democracia continua sendo uma instituição ainda muito frágil em nosso País. sujeitas a derrotas como essa; por outro, uma amostra de que 'só a sociedade civil organizada pode fazer frente aos contínuos desmandos de autoridades constituídas e oriundas de partidos políticos tradicionais.

Depoimento nº 8⁸

O processo de reconhecimento da UNIOESTE, transcorreu de uma maneira uniforme sem grandes percalços, Ficou a algum tempo parado devido a uma lei superior que mandou sustar todos os processos de reconhecimento(...).

No final do governo Mário Pereira completaram-se os dois anos que era o tempo mínimo para o reconhecimento de uma Universidade segundo a legislação do próprio CEE.

Na fase propriamente do processo de reconhecimento não houve percalços, questões que pudessem interferir nos desenvolvimentos dos trabalhos. Nesse momento já estava na condição de Presidente da Instituição o Prof. Marcos Vinicius.

O Kuiuava não entrou propriamente neste processo, pois por eleição interna da instituição houve uma lista tríplice na ocasião. Em primeiro lugar estava o Ernildo SchalleMBERger, que aliás ganhou outra vez e agora assumiu na condição de Reitor e naquela ocasião SchalleMBERger apesar de ter sido o primeiro da lista foi postergado e foi nomeado Marcos Vinicius que de certa maneira representou um desrespeito ao princípio democrático seguido por toda Universidade brasileira segundo o qual os governantes escolhem o mais votado. Na ocasião o Governador Requião escolheu o segundo da lista, me parece, isto é um dado que extrapola nossa competência, parece que por intervenção do Vice-Governador Mário Pereira que teria ligações mais pessoais com o segundo da lista que era o Marcos Vinicius. E para nossa surpresa o governador apesar das boas relações que mantínhamos com ele, nomeou o segundo da lista que era o Marcos Vinicius. Isso deu origem a um protesto do Conselho. Nós protestamos precisamente não porque o governador não tivesse este direito, mas porque desrespeitava um princípio mais consuetudinário adotado pela Universidade brasileira.

Os problemas com o CEE, começam a surgir precisamente com o Reitor *Pró-Tempore* Marcos Vinicius. A universidade foi reconhecida pelo Presidente da República nos termos do parecer do CEE. O parecer do Conselho foi favorável ao reconhecimento da universidade condicionando porém a implantação do plano de ampliação de cursos condicionando que o processo de cada curso fosse apresentado ao CEE e só passasse a ser implantado após o parecer favorável do CEE. Nada disso foi respeitado pelo Reitor *Pró-tempore*. O Reitor *Pró-tempore* entendeu o conceito de autonomia de modo soberano, contrariando o próprio ato de reconhecimento da universidade. Ai criou cursos a revelia do CEE, criando cursos de grande procura. Engenharia, Medicina e Odontologia. (...) Diante deste fato denunciei na qualidade de Presidente do Conselho ao MEC que não tomou medida nenhuma a não ser apenas um fax ao Reitor *Pró-tempore* informando que estes cursos se fossem efetivamente realizados, começariam

⁸ Depoimento prestado a Ricardo Roberto Behr em Curitiba, 6 de fevereiro de 1996, pelo Prof. Ubaldo Martini Puppi. Durante o período abrangido pela pesquisa o Prof. Puppi foi Presidente do Conselho Estadual de Educação do Paraná- CEE . (entrevista gravada)

irregularmente e aí apesar dessa advertência do MEC, os curso foram abertos, foram realizados o vestibular. A denuncia na imprensa do Estado, abriu-se uma celeuma que foi bastante demorada e que culminou com a vitória completa da denúncia do CEE que eu fiz e que agora já nesse momento depois das novas eleições o ex-Reitor *Pró -Tempore* perdeu seu mandato e continua praticando uma série de irregularidade que são do domínio da imprensa e atualmente a situação esta pacificada com a nomeação do Reitor que é o Erneldo SchalleMBERger.

Depoimento nº 9⁹

(...) Num momento inoportuno fomos surpreendidos por um ato governamental arbitrário que anulou os resultados das eleições. Nomeou-se o perdedor da eleição e para justificar esse ato, passou a nossa Fundação para a condição de autarquia. Todo esse discurso era prática política. Ela significou de certa forma um impacto porque desmobilizou todo um discurso.

(...)A Universidade agora está buscando resgatar novamente este período anterior a 1993 para dar-lhe este caráter multicampi fazendo com que esta universidade esteja inserida na comunidade e ao mesmo tempo consiga se organizar internamente para que possa priorizar o atendimento a seus fins com qualidade (...)

(...)Os atos do passado não devem ser mais repetidos aqui dentro, mas devem servir de lição para a história, porque eles fizeram com que muita gente se afastasse dessa região, gente que como eu veio com toda a esperança para uma região, gente qualificada que conseguiram com muito mérito entrar em outras instituições de renome no país. hoje temos professores que eventualmente estariam aqui, espalhados nas melhores Universidades do país. Isto faz com que a gente lamente certas coisas.

(...)Quando se valoriza os aspectos políticos partidários e o aspecto administrativo e não se valoriza a política acadêmica, o espaço acadêmico, você está expuindo cérebros. Hoje estamos preocupados em criar este espaço, este elo acadêmico.

(...) os focos de resistência que procuraram manter os espaços acadêmicos e que eventualmente poderiam divergir das práticas que vinham ocorrendo tradicionalmente, foram de certa forma sacrificados, tanto assim que o novo processo foi marcado evidentemente por atos que caracterizaram uma instituição quase policialesca. A nossa instituição passou a ser projetada nos meios de comunicação nas páginas policiais, ao invés dos espaços acadêmicos(...)

⁹ **Depoimento prestado a Ricardo Roberto Behr**, por Erneldo Schalleberger em Cascavel: 1996. O prof. Erneldo durante o período de abrangência da pesquisa foi professor da FACITOL, Coordenador de Pesquisa da UNIOESTE. Foi candidato a Presidência da UNIOESTE em 1992, tendo sido eleito mas não nomeado. Em 1995 concorreu novamente e atualmente é o primeiro Reitor Eleito da UNIOESTE. (fragmentos de entrevista gravada).

DEPOIMENTO nº 10¹⁰

(...) A preocupação de dirigir a Faculdade num contexto de universidade multicampi, fazia-se necessário uma articulação para garantir uma certa unidade nessa administração. E nesse contexto, os diretores das 4 faculdades tinham uma certa unidade na linha de pensamento. E levou também a se estabelecer uma articulação para fomentar uma candidatura que tivesse apoio nos 4 Campi. Chegou-se ao nome do Prof. Erneldo Schalleberger como candidato lançado à Presidente da Fundação pelos 4 Campi e a base interna bem constituída chegou a uma vitória esmagadora em 1992.

(...) 75% dos recursos liberados no Governo Mário pereira foi investido em Cascavel. dos 20 milhões de dólares apenas 25% foram divididos entre as outras faculdades. Esta situação denunciada a época por mim, apresentando uma planilha à toda a universidade, teve um custo pessoal, que foi a instalação de um processo administrativo ou o pedido de exoneração do cargo de Diretor. Preferi a segunda alternativa, porque a primeira eu já conhecia os precedentes havidos em Cascavel com o prof., Eurides e Foz do Iguaçu com o Prof. Ricardo e sobre o custo que isto teria, a sindicância e a exoneração a bem do serviço público.

Preferi a concordância com essa chantagem que fui vítima. porque sabia que o processo poderia ser revertido num momento seguinte como foi de fato e aí a sociedade entendeu essa denúncia como mote de campanha porque percebeu na continuidade do Marcos, a Universidade do oeste acabaria virando Universidade de Cascavel e os campi acabariam virando extensões que nada mais seriam do que braços dessa Universidade que Mário Pereira queria construir.

¹⁰ Depoimento prestado a Ricardo Roberto Behr. pelo Prof. José Luis Ames em Cascavel: 1996. Durante o período de abrangência da pesquisa o Prof. Ames foi professor e Diretor da FACITOL em Toledo. Atualmente é o Assessor de Planejamento da UNIOESTE (fragmentos de entrevista gravada)

DEPOIMENTO Nº 11¹¹

(..)O que determinou a instalação da reitoria em Cascavel foi o poder político que a região de Cascavel têm demonstrado todo esse tempo e isso entendo também porque falando da região de Foz do Iguaçu porque até hoje Foz do Iguaçu não teve uma forte representação política, tivemos vários deputados com bom trabalho mas a força mesmo não caberia a um só, caberia mesmo a um grupo bem maior politicamente.

(,,,)A questão de ter sido eleito democraticamente foi uma questão óbvia, justa, correta, representou o anseio de toda a comunidade só que por meio de uma pessoa apenas por um ato como se diz na gíria uma canetada acabou sendo uma outra pessoa, ferindo todo o sistema democrático, todos os anseios da opinião pública e que o prof. Erneido foi praticamente alijado daquilo que tinha por direito ter sido vencedor de seus votos e a outra pessoa por um ato puramente político e autoritário acabou assumindo o poder que não deveria competir ali.

¹¹ Depoimento prestado a Ricardo Roberto Behr pelo Prof. Venturino Savaris em Foz do Iguaçu: 1996. Durante o período abrangente da pesquisa o Prof. Venturino, foi professor da FACISA. Atualmente é o Coordenador do Núcleo de Educação da Secretaria de Educação do Estado do Paraná na região de Foz do Iguaçu. (fragmentos de entrevista gravada)

DEPOIMENTO Nº 12¹²

(...) se começou todo um debate para a estadualização onde a nossa Instituição participou inicialmente, mas houveram alguns transtornos no decorrer dessa discussão porque eram 4 instituições e quando se discutia em termos de administração, em termos de autonomia ainda de cada uma das faculdades houve muita divergência com relação a isso e nossa instituição resolveu sair da discussão na época porque não estávamos aceitando a forma com que estava sendo colocado porque a primeira colocação porque a maior parte do poder administrativo ficaria com Cascavel, então não aceitando isso nos retiramos da discussão. as outras 3 continuaram no processo(...)

(...) Nós enfrentamos no início algumas coisas não muito agradáveis, porque o bairrismo permaneceu muito forte das 4 instituições e Cascavel tinha muito mais força do que nós vamos dizer assim, infelizmente nós éramos muito insipiente em termos de representação política, acadêmica, inclusive junto a Fundação, alguns embates que nós saímos perdendo algumas coisas com a estadualização, porque as verbas vinham para nós, quando a Fundação é que definia, mas na reunião dos grupos dos 4, os diretores das faculdades é que definia, mas Cascavel com mais cursos, mais professores, na proporção levava as vezes mais que a proporção em relação às outras. Mas foi positivo, foi a condição de sobrevivência, se não tivéssemos participado não sei, talvez encontraríamos outras alternativas.

(...) A estatuinte aprovou a primeira proposta de estatuto e regimento da Universidade, depois de ampla discussão, teve um avanço muito grande na Universidade multicampi, ficou previsto que cada campi ficaria com sua autonomia, que os cursos para implantação seriam dentro de uma vocação de cada região que cada campus atendesse. Os órgãos representativos superiores seriam bem representativos com participação de todos os seguimentos da comunidade, além do seguimento acadêmico. Tinha assim uma série de avanços que acredito, tornaria ágil todas as ações e possibilitaria um inter-relacionamento entre os 4 campi muito forte e positivo e o papel da reitoria seria de dar as linhas gerais, a política geral e as orientações globais de funcionamento e o papel de fiscalização nos campus, isto foi aprovado, mas depois disso passou a gestão.

Foi feita a eleição para Diretor Presidente da Fundação e foi feito todo o processo da eleição mas como a lei estadual prevê que o Governador escolhe de uma lista sêxtupla encaminhada após consulta à comunidade acadêmica, por que não é chamada de eleição, é consulta à comunidade acadêmica. Tivemos 3 chapas inscritas e a chapa vencedora, estava o professor Ernildo como Diretor Presidente, não foi ele o nomeado foi o segundo colocado, Prof.

¹² Depoimento prestado a Ricardo Roberto Behr pela Prof. Izolete Nieradka em Foz do Iguaçu: 1996. Durante o período abrangido pela pesquisa a Profa. Izolete foi professora da FACISA, Diretora por 3 mandatos. Atualmente é Diretora Administrativa do Campus de Foz do Iguaçu da UNIOESTE. Em 1992 a Profa. Izolete apoiou a nomeação de Marcos Vinicius para Presidente da UNIOESTE. (entrevista gravada)

Marcos Vinicius. Foi uma polêmica muito grande, porque se discutia que foi uma decisão política partidária e não política acadêmica, mas de qualquer maneira como é prerrogativa por lei do governador, ele foi o Diretor Presidente numa gestão de 4 anos.

Nesse meio tempo se parou a discussão dentro da comunidade acadêmica da universidade. Mas já tinha uma proposta de estatuto, de regimento e a comunidade acadêmica não estava envolvida porque já havia feito um processo. Mas claro, houve diversos entraves neste processo com o CEE que não demonstrava muito interesse que a Universidade fosse criada, não sei se com razão ou não porque a informação que chegava na comunidade era apenas que estava havendo entraves e até negativas de aceitar o processo de encaminhamento. O Relator levou quase 3 anos para fazer seu relatório, depois de encaminhado e voltava o processo para refazer, foi muito longo e no final no ano de 1994, opinião muito pessoal, também por uma decisão política se decidiu que a Universidade deveria ser criada e derrepente fizeram a indicação dos perito para fazer a avaliação da instituição, fizeram a avaliação. O CEE fez uma proposta de estatuto e de regimento que não aquele inicialmente mandado. Não foi levado ao conhecimento da comunidade acadêmica que estava sendo alterado substancialmente e resultado, eles aprovaram e agora um pouco sarcástico, eles aprovaram o estatuto e regimento que eles mesmos propuseram. E foi para o MEC. Foi assinado o decreto e somos considerados Universidade. Em Dezembro de 94 e 95 foi implantado a universidade. E posso adiantar, o regimento e estatuto que está aí é extremamente centralizador, ficou toda a administração acadêmica, financeira, administrativa, na mão da reitoria, os Pró-Reitores e o Reitor são os que tem poderes para decidir tudo.(...) Além a centralização foi instalada a burocracia.

Houve a intenção bem clara de centralizar o poder a preocupação foi mais com as atividades meios do que fins da Universidade. Vieram os equipamentos, mas não houve um trabalho para que este equipamentos fossem uma melhoria para a qualidade dos fins, Está se tentando retomar agora mas houve um tempo perdido com relação a isso. Acho que é sério.